



**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

JOÃO LUIZ STEFANIAK

**ESPAÇO, REVOLUÇÃO E UTOPIA: UM PASSEIO COM HENRI
LEFEBVRE PELAS RUAS DE SÃO PAULO EM JUNHO DE 2013**

**PONTA GROSSA
2018**

JOÃO LUIZ STEFANIAK

**ESPAÇO, REVOLUÇÃO E UTOPIA: UM PASSEIO COM HENRI
LEFEBVRE PELAS RUAS DE SÃO PAULO EM JUNHO DE 2013**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor do Programa de Pós Graduação em Geografia, Linha de Pesquisa Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof^a. Dr.^a Luiz
Alexandre Gonçalves Cunha

PONTA GROSSA

2018

S816 Stefaniak, João Luiz
Espaço, revolução e utopia: um passeio com Henri Lefebvre pelas ruas de São Paulo em junho de 2013/ João Luiz Stefaniak. Ponta Grossa, 2018.
190 f.; il.

Tese (Doutorado em Geografia – Área de concentração – Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

1. Movimento Passe Livre. 2. Junho de 2013. 3. Henri Lefebvre. 4. Sociedade e Revolução urbana. 5. Cotidiano urbano. I. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa – Doutorado em Geografia. III. T.

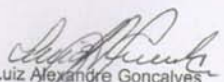
CDD : 910.162

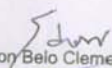
TERMO DE APROVAÇÃO

JOÃO LUIZ STEFANIAK

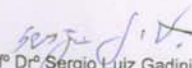
**"ESPAÇO, REVOLUÇÃO E UTOPIA: UM PASSEIO COM HENRY
LEFEBVRE PELAS RUAS DE SÃO PAULO EM JUNHO DE 2013"**

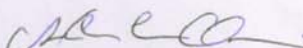
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no
Curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais
da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:


Prof.º Dr.º Luiz Alexandre Gonçalves
Cunha/Orientador
UEPG


Prof.º Dr.º Edson Belo Clemente de Souza
UEPG


Prof.º Dr.º Samuel Steiner dos Santos
UFSC


Prof.º Dr.º Sérgio Luiz Gadini
UEPG


Prof.ª Dr.ª Amélia Luiza Damiani
USP

Ponta Grossa, 31 de Agosto de 2018

Aos meus filhos Amanda e João Pedro.

AGRADECIMENTOS

A Pacha Mama, eterna companheira nesta curta mas intensa viagem pelo Universo.

A Madre Ayahuasca por revelar o deus que existe dentro de mim.

Ao Professor Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, meu orientador e sábio conselheiro.

Aos Professores Leonel Brizolla Monastirsky e Elson Manoel Pereira, pelas valiosas contribuições.

Ao Professor Boaventura de Souza Santos, meu coorientador, pela proveitosa estadia em Coimbra.

Aos Professores do Doutorado, que generosamente compartilharam seus saberes.

Aos meus colegas do Doutorado.

A Jeaneth, mãe de meus filhos Amanda e João Pedro.

A minha namorada Adriana.

Ao meu irmão e melhor amigo José Luiz.

A minha mãe Lídia e meu saudoso pai Luís.

A Henri Lefebvre companheiro deste passeio prazeroso pelas ruas paulistanas.

Aos contrerrâneos de Utopia.

Tem tanta coisa errada que não cabe em um cartaz.

escrito em um cartaz

RESUMO

Os acontecimentos que se desenrolaram no Brasil em Junho de 2013 estão inseridos na história contemporânea do país. A partir dos protestos convocados pelo Movimento do Passe Livre contra o aumento da tarifa do transporte público uma multidão toma conta das ruas das principais cidades brasileiras. A presente pesquisa busca compreender como foi possível um movimento pontual, que está relacionada a questão urbana, foi capaz de catalisar a indignação de milhões de pessoas. A rua, mais do que cenário das manifestações, constituiu o espaço onde se gestou uma Nova Utopia. Em um curto momento da nossa história se vislumbrou uma revolução. Esta revolução, segundo Henri Lefebvre, representa a superação da velha sociedade industrial por uma nova: a "sociedade urbana". Em Junho de 2013 as velhas ideologias foram incapazes de conter a rebelião que nas ruas colocaram em questão o velho sistema. A "revolução urbana" se fez presente em um momento fugaz mas intenso onde a juventude precarizada se apropriou da cidade rompendo com o alienante cotidiano das cidades.

Palavras chaves: Junho de 2013, questão urbana e sociedade urbana.

ABSTRACT

The events that developed in Brazil in June 2013 are part of the country's contemporary history. From the protests called by the Movement of the Free Pass against the increase of the rate of the public transport a crowd takes care of the streets of the main Brazilian cities. The objective of this present research is to understand how a punctual movement, which is related to the urban question, was able to catalyze the indignation of millions of people. The street, more than scene of the manifestations, constituted the space where a New Utopia was born. In a brief moment of our history a revolution was envisioned. This revolution, according to Henri Lefebvre, represents the overcoming of the old industrial society by a new one: the "urban society". In June of 2013 the old ideologies were unable to contain the rebellion that put in the streets questioned the old system. The "urban revolution" was present in a fleeting but intense moment where the precarious youth appropriated the city by breaking with the everyday alienator of the cities.

Keywords: June 2013, urban question and urban society.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 - Manifestação em Ponta Grossa (17/06/2013).....	14
ILUSTRAÇÃO 2 - Manifestação em Brasília (17/06/2013).....	37
ILUSTRAÇÃO 3 - Capas da Folha de S.Paulo (13 e 16/06/2013).....	46
ILUSTRAÇÃO 4 - Manifestantes de Junho de 2013.....	49
ILUSTRAÇÃO 5 - Manifestação do MPL.....	53
ILUSTRAÇÃO 6 - Manifestação na Av. Paulista em São Paulo.....	68
ILUSTRAÇÃO 7 - Manifestação na Av. Presidente Vargas/RJ.....	70
ILUSTRAÇÃO 8 - Mapa Global da Crise de 2008.....	82
ILUSTRAÇÃO 9 - Favela de Paraisópolis/SP.....	94
ILUSTRAÇÃO 10 - Fluxograma da velocidade de tráfego em São Paulo.....	105
ILUSTRAÇÃO 11 - "Os retirantes" de Portinari.....	134
ILUSTRAÇÃO 12 - Henri Lefebvre.....	145
ILUSTRAÇÃO 13 - Maio de 1968.....	153

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Número de manifestantes em milhares em São Paulo - junho de 2013.....	42
GRÁFICO 2 - Quantas pessoas foram as ruas - a partir de 17/06/2013.....	43
GRÁFICO 3 - Número de cidades em que houve protestos diários entre 17 e 29 de junho de 2013.....	44
GRÁFICO 4 - Idade dos manifestantes em São Paulo.....	50
GRÁFICO 5 - Por quais motivos você veio participar da manifestação? (SP).....	62
GRÁFICO 6 - População rural e urbana do mundo (1950-2050).....	90
GRÁFICO 7 - Taxa de desemprego no Brasil (% de janeiro de cada ano).....	96
GRÁFICO 8 - Índice de "Pobreza Extrema" ou "Miséria" no Brasil.....	97
GRÁFICO 9 - Mortes, por tipo de usuários das vias – SP.....	104
GRÁFICO 10 - Número de mortes no trânsito São Paulo/Nova York (2013).....	104
GRÁFICO 11 - Frota de automóveis - Região Metropolitana de São Paulo (2001 a 2012)- em milhões.....	106
GRÁFICO 12 - Composição da frota em São Paulo – 2012.....	106
GRÁFICO 13 - Frota de veículos automotores no Brasil por tipo (2001-20012) - em milhões de unidades.....	107
GRÁFICO 14 - Frotas de automóveis - Brasil, Principais RMs e Demais municípios (2011 - 2012).....	108
GRÁFICO 15 - Participação no PIB dos EUA por setor – 2013.....	179

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Opinião sobre os protestos contra o aumento da tarifa de ônibus em SP.....	35
TABELA 2 - Manifestações ocorridas em 20/06/2013.....	39
TABELA 3 - Tarifas em Queda - Capitais que já tiveram redução nas tarifas desde o início dos protestos.....	40
TABELA 4 - Idade dos manifestantes.....	51
TABELA 5 - Renda Familiar mensal dos manifestantes.....	55
TABELA 6 - Escolaridade dos Manifestantes.....	56
TABELA 7 - Evolução da População Urbana no Brasil.....	92
TABELA 8 - Sinistros indenizados no âmbito do seguro DPVAT, por ano de indenização.....	103
TABELA 9 - Valor estimado do patrimônio envolvido na mobilidade urbana, por tipo (bilhões de reais).....	109

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 RAIO.....	20
2.1 Quando tudo parecia caminhar suavemente.....	20
2.2 Eu sei que é junho.....	22
2.3 A centelha	28
2.4 A explosão.....	30
2.5 Quanto mais eles batiam.....	32
2.6 A multidão toma as ruas.....	36
2.7 Ocaso.....	41
2.8 "Datenas" e "jabores".....	44
2.9 Por que a juventude?.....	48
2.10 Movimento Passe Livre.....	52
2.11 Precários rebeldes.....	55
2.12 Revolta global.....	58
2.13 Afinal foi pelos vinte centavos.....	62
3 RUA.....	67
3.1 Por que na rua?.....	67
3.2 Espaço de encontros e desencontros.....	71
3.3 A crise.....	77
3.4 A questão urbana	83
3.5 A urbanização desigual e combinada.....	88

3.6 Crise urbana.....	94
3.7 O apocalipse acontece nas ruas das grandes cidades.....	102
4 UTOPIA.....	111
4.1 Território da utopia.....	111
4.2 As Novas Utopias.....	115
4.3 A Utopia Dialética de David Harvey.....	119
4.4 Utopia e ideologia.....	123
4.5 Ideologia e representação.....	129
4.6 Ideologia e espaço.....	134
5 REVOLUÇÃO.....	140
5.1 Qual revolução?.....	140
5.2 Dialética tridimensional.....	145
5.3 Irrupção.....	151
5.4 Espaço e política.....	158
5.5 Sociedade urbana.....	165
5.6 Desvelando o campo cego.....	170
6 SÍNTESE.....	181
REFERÊNCIAS.....	184

1 INTRODUÇÃO

Não há pensamento sem utopia.

Henri Lefebvre

No dia 17 de junho de 2013, em Ponta Grossa, cerca de cinco mil pessoas participaram do primeiro protesto que foi convocado na esteira das grandes manifestações que naquele mês sacudiam o cenário político do país. O protesto foi convocado por intermédio das redes sociais da Internet, mais precisamente por meio de um evento criado no Facebook por um grupo virtual denominado "Verás que teu filho não foge a luta! - Campos Gerais". Marcada para as dezoito horas daquele dia, a concentração da manifestação pontagrossense ocorreu na Praça Barão de Guaraúna, defronte a chamada Igreja dos Polacos, tradicional reduto dos atos e protestos políticos da cidade. O jornalista e professor Manoel Moabis, escreveu que:

Quem esteve Avenida Vicente Machado, considerada a principal via comercial da cidade, pode observar que não havia qualquer "comando" ou mesmo "organização" do evento, pelo menos nada que se posicionasse publicamente como tal. Tanto foi assim, que depois de caminharem pela Avenida Vicente Machado, ao chegar na entrada do principal terminal de transporte coletivo (localizado no centro da cidade), parte dos manifestantes decidiu voltar para a praça Barão de Guaraúna e o movimento ficou dividido. (MOABIS, 2014)

De fato, os protestos que ocorreram em Ponta Grossa tiveram como característica a total espontaneidade, diferentemente dos atos convocados e organizados pelo Movimento Passe Livre, poucos dias antes na capital paulista - mais precisamente no dia 6 de junho - contra o reajuste das tarifas do transporte público. Inclusive o próprio grupo que convocou as manifestação no Facebook se proclama "apartidário e sem organização central" e menos que uma pauta de reivindicações apresentava os ""motivos" principais da mobilização: os protestos que aconteciam em todo país, contra repressão, contra o monopólio da empresa de transporte coletivo da cidade e contra a PEC 37" (MOABIS, 2014).

Nesse dia que anunciava um gélido inverno, estivemos presentes em tal protesto, arregimentados então pela convocação publicada nas redes sociais. Diferentemente de outros atos e manifestações que participamos, em que atuamos inclusive na convocação e organização dos eventos, o que nos moveu para estarmos presentes a este não foi qualquer sentimento de engajamento militante ou mesmo simpatia pelas causas levantadas pelo grupo organizador, mas, sim, uma mescla de curiosidade com uma comiseração inquietante que beirava à perplexidade. Acompanhávamos, tanto pela imprensa como nas redes sociais, os desdobramentos do ato iniciado pela juventude paulistana que ganhavam novos contornos a partir do dia 14 de junho daquele ano, quando ocorreu grande repressão policial contra os manifestantes que repercutiu nacionalmente. No dia 20 de junho ocorrerá então, o ápice das manifestações e uma multidão de quase um milhão e meio de pessoas tomam as ruas pelo país a fora (só no Rio de Janeiro foram cerca de 300 mil). Em Ponta Grossa a chuva e o frio intensos atrapalharam a manifestação convocada pelo mesmo grupo para aquela data, porém, mesmo assim contou com cerca de mil participantes.

ILUSTRAÇÃO 1 - Manifestação em Ponta Grossa (17/06/2013)



Fonte: Jornal da Manhã

Foi inevitável a comparação inicial desses atos com as grandes manifestações que marcaram a história política brasileira: os comícios das "Diretas Já" em 1984 e o movimento "Fora Collor" em 1992. Veio na memória a imagem do jovem estudante que, ainda em dezembro de 1983, vestido de amarelo, participou do comício realizado em Ponta Grossa e que, apesar de contar com a participação de pouco mais de mil pessoas, foi emblemático pois foi o primeiro ato pelo movimento pelas "Diretas Já" realizado no Paraná, poucos dias após a morte de Teotônio Vilela, o seu idealizador. Já no comício realizado agosto de 1992 pelo movimento dos "Caras Pintadas", que em Ponta Grossa era centralizado por integrantes do Diretório Central de Estudante (DCE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, tivemos a honra de fazer o discurso de encerramento, na qualidade de presidente do Partido dos Trabalhadores local. O comício foi precedido por uma grande passeata e ao final desta, cerca de trinta mil pessoas se concentraram na Rua Benjamin Constant a mais larga do centro da cidade. Mas desconsiderando a grande magnitude destas manifestações de massa, que mobilizaram milhões de manifestantes nas ruas e praças brasileiras, a grande verdade é que existem poucos elementos que permitem aprofundar esta comparação.

Com certeza, também foi natural o exercício de se elaborar um quadro comparativo entre os acontecimentos daquele mês de junho de 2013 com aqueles ocorridos ao redor do mundo em 2011. A instrumentalidade das redes sociais da Internet, a espontaneidade das mobilizações, o protagonismo juvenil, a crítica a democracia representativa, etc. são alguns elementos que identificam os protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013, com os movimentos antissistêmicos que ocorreram em outros países desde o início desta década. No entanto, enquanto tanto nos Estados Unidos como na Europa (Espanha, Grécia, Islândia e Portugal) esses movimentos repercutiram a crise econômica global de 2008, no Brasil, ele ocorre em um contexto de crescimento econômico e de redução da pobreza. Os efeitos da crise econômica, principalmente nos países europeus, representou o desgaste e consequentemente a massiva reprovação dos seus respectivos governos, enquanto os índices de popularidade dos governantes brasileiros, em especial da presidente Dilma Rousseff eram altos (em pesquisa de opinião realizada

pelo Instituto Datafolha realizada nos dias 20 e 21 de março de 2013 a presidente tinha alcançado o seu maior índice de aprovação de 65%, sendo que na pesquisa realizada em 27 e 28 de junho de 2013 este índice caiu para 30%).

Porém, dentre os diferentes fatores que se evidenciam, em uma análise preliminar das rebeliões em curso naquele mês de junho, e que destoam dos diversos movimentos que lhe antecederam, diz respeito a motivação inicial dos manifestantes, que está inserido na questão da mobilidade urbana. Desde de 2003, com a explosão da chamada "Revolta do Buzu" ocorrida em Salvador, é amplamente reconhecida a capacidade mobilizadora das reivindicações em torno da mobilidade urbana, em especial, quando dos reajustes da tarifa do transporte coletivo. Em Ponta Grossa temos igualmente na memória a experiência da nossa participação na manifestação realizada em 31 de março de 2006, quando pela primeira vez, cerca de 2 mil manifestantes conseguiram bloquear o terminal central, interrompendo o tráfego dos ônibus urbanos. Mas, no entanto, a indagação que não conseguíamos responder naquele momento era de como essa reivindicação pontual teve a capacidade de catalisar um sentimento tão amplo de indignações que afloraram naquelas rebeliões juninas? De pronto intuímos que esta questão poderia nortear a reflexão que deu origem a esta pesquisa. Coincidentemente estávamos iniciando naquele mesmo período a releitura da "Revolução Urbana" de Henri Lefebvre e prontamente vislumbramos nas contribuições do filósofo francês o suporte teórico capaz de embasar esta empreitada. A tese que ora apresentamos é fruto desta reflexão inicial, que surgiu naquela noite fria e movimentada do mês de junho.

Ainda durante as refregas de junho de 2013, os sociólogos Ricardo Antunes e Rui Braga apresentam um artigo com o sugestivo título de "Os dias que abalaram o Brasil", definindo as rebeliões como "um movimento, amplo de massa, polissêmico e multiforme, bastante diferente de outros que aconteceram na recente história do país. (ANTUNES & BRAGA, 2014). De fato, é forçoso reconhecer a multiplicidades de significados e formas, ante a complexidade do fenômeno social estudado, o que impõem a definição de recortes espaciais e temporais que permitem a sua melhor contextualização.

Assim, a delimitação espacial define como lócus principal a cidade de São Paulo, onde se iniciaram os primeiros atos contra a majoração da tarifa do transporte coletivo. E, mesmo reconhecendo que as manifestações se estenderam para além do mês de junho de 2013, a delimitação temporal define o período de 6 a 21 de junho de 2013 (respectiva a data do início e do encerramento das manifestações paulistanas organizadas pelo Movimento do Passe Livre).

O método utilizado é o dialético/materialista o que implica na negação da possibilidade da neutralidade científica. Na realidade, toda interpretação do mundo, toda forma de conhecimento do real está inevitavelmente situada pelo posicionamento de classe, a perspectiva política, pelos interesses materiais, ou condicionamento cultural (GRÜNER, 2007, p. 101), enfim pela subjetividade do intérprete, mesmo que adote uma postura supostamente neutra em relação ao objeto estudado. Como o embasamento teórico da pesquisa se encontra na obra de Henri Lefebvre, é importante esclarecer que o método regressivo-progressivo desenvolvido pelo filósofo francês será considerado, não numa perspectiva de ecletismo metodológico, mas dentro da interação necessária para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que a reflexão em torno do esboço epistemológico é imprescindível para a compreensão do pensamento lefebvriano.

Quanto ao procedimento metodológico iremos utilizar a pesquisa bibliográfica, que implica em um conjunto ordenado de procedimentos em busca por soluções para os questionamentos suscitados. Em complemento a pesquisa bibliográfica será procedida a análise documental, especificamente das pesquisas de opiniões e dados estatísticos atinentes ao objeto de estudo, que serve para o embasamento quantitativo da pesquisa. Importante ressaltar a necessidade de mais um recorte, desta vez de natureza bibliográfico. Autor profícuo e ao mesmo tempo eclético, a obra de Henri Lefebvre abrange uma gama variável de temas, sendo que esta pesquisa se concentra fundamentalmente aos livros onde o filósofo se atém as questões relativas ao urbano: "Le droit à la ville", 1968; "La révolution urbaine", 1970, "Du rural à l'urbain", 1970; "Espace et politique, 1972" e "La production de l'espace, ,

1974", merecendo destaque também o ensaio "La Irrupcion: de Nanterre au somment", 1968, que aborda os acontecimentos de Maio de 1968.

O texto expositivo vai se desdobrar em quatro capítulos. No primeiro será realizado a contextualização das manifestações ocorridas em junho de 2013, denominando o fenômeno estudado como "Junho de 2013", expondo cronologicamente os eventos ocorridos na capital paulista, e explicitando alguns aspectos relevados na tentativa da compreensão do objeto do estudo: a participação majoritária da juventude precarizada nos eventos; o protagonismo do Movimento do Passe Livre (MPL); a contraditória postura da grande mídia em relação aos acontecimentos; e finalmente, é enfatizada a centralidade da questão da mobilidade urbana como o fator desencadeador dos eventos.

Em seguida, no segundo capítulo será desenvolvida a análise da questão urbana. Partindo da definição lefebvriana de rua, vai situá-la como o lócus principal do desenrolar dos acontecimentos de Junho de 2013. Será demonstrada que a atual crise estrutural do capitalismo decorre do desmonte do sistema financeiro imobiliário. A centralidade da questão urbana é reforçada como elemento motivador dos acontecimentos de Junho de 2013, sendo que esta questão por sua vez decorre fundamentalmente do desenvolvimento urbano desigual e combinado, principal causa da chamada crise urbana, em que se destaca a crise da mobilidade nas grandes cidades.

No terceiro capítulo, será analisada a categoria Utopia. Junho de 2013 situa a rua como território da Utopia em seu sentido hodierno, e contrapõe as Novas Utopias a chamada utopia clássica. Dentro da Geografia o conceito de Utopia Dialética, formulado por David Harvey, merece destaque. A partir do resgate da definição marxiana de ideologia, evidencia-se a relação desta com a utopia, no sentido, de contraposição entre as duas categorias. Em seguida será ressaltada a diferenciação entre utopia e representação, para então destacar a produção do espaço enquanto representação e ideologia. Neste aspecto sobressai a contribuição de Henri Lefebvre, em especial a sua trilogia, que explica a produção social do espaço enquanto prática espacial (espaço percebido), representações do espaço (espaço concebido) e espaços de representação (espaço vivido).

Por fim, no último capítulo, Junho de 2013 será abordado a luz da ideia de revolução, mais precisamente do conceito de revolução urbana formulado por Henri Lefebvre. O estudo do fenômeno social urbano será confrontado com a produção teórica de Lefebvre a partir de 1968. Nesse contexto, é realizada a análise dos acontecimentos ocorridos no Brasil em 2013 sob a luz daqueles que marcaram Maio de 1968, em França. Um breve parêntese é aberto para discorrer sobre a peculiar epistemologia elaborada pelo filósofo francês. Em seguida é discorrido acerca da imbricação entre espaço e política, para, posteriormente, analisar a "sociedade urbana" postulada como uma hipótese teórica. Derradeiramente, a partir de uma reflexão que propõe o desvelar do "campo cego" lefebvriano será constatada que existem elementos concretos para afirmar que a sociedade caminha para a urbanização total, confirmando-se parcialmente a tese do filósofo francês. Junho de 2013, então, se explica como um fenômeno inserido no "ponto crítico", no interregno entre a velha sociedade industrial que avança para a sociedade urbana.

2 RAIO

Numa enchente amazônica
Numa explosão atlântica
E a multidão vendo em pânico
E a multidão vendo atônita
Ainda que tarde
O seu despertar

Chico Buarque de Holanda

2.1 Quando tudo parecia caminhar suavemente

Naquele final de outono do ano treze do Século XXI, tendo como palco as ruas e praças brasileiras, explode um amplo movimento de massas até então inusitado. E, tendo como ponto de partida os protestos convocados pela juventude paulistana contra o aumento da tarifa dos ônibus de transporte coletivo, gigantescas manifestações vão tomar conta do país.

O jornalista Alan Gripp, em um artigo publicado em dezembro de 2013, na *Folha de São Paulo*, intitulado “Não era pelos vinte centavos”, registrou que “quando um grupo de jovens se reuniu no dia 6 de junho na Avenida Paulista para contestar o aumento da tarifa de ônibus de São Paulo” (GRIPP, 2013), ninguém imaginava que seria o estopim de um movimento de protesto de magnitude equivalente a campanha das “Diretas Já” e o “Fora Collor”. Essa frase sintetiza o sentimento de surpresa, e que em alguns casos beirou a total perplexidade, que tomou conta da opinião pública e dos analistas políticos quanto a dimensão que os protestos viriam adquirir ao decorrer daquele mês de junho.

A rapidez e a potência dessas manifestações que irromperam as ruas brasileiras naquele fim de um abafado outono, trouxe ao imaginário de vários autores e articulistas, numa clara inspiração marxiana, a ideia do raio. A expressão “raio em céu azul” é citada por Marcelo Pomar e Rudá Ricci (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 8) (RICCI & ARLEI, 2014, p. 17). Léo Lince

escreve “com a repentina rapidez dos relâmpagos” em artigo publicado em livro de autoria de Chico Alencar (ALENCAR, 2013, p. 39). Ainda nessa linha, Marco Aurélio Nogueira inicia sua obra sobre o tema com a frase “em junho de 2013, quando tudo parecia caminhar suavemente no Brasil” (NOGUEIRA, 2013, p. 31) e Manuel Castells em obra acerca dos protestos ocorridos em 2011 em diversos países do mundo, introduz no posfácio da edição brasileira, que o mesmo tipo de manifestação aconteceu também no Brasil “sem que ninguém esperasse” (CASTELLS, 2014, p. 178). Raquel Rolnik na introdução de “Cidades Rebeldes” faz referência a “um trovão em um céu aparentemente sereno” (MARICATO et al., 2013, p. 8), e complementa:

Podemos pensar essas manifestações como um terremoto (...) que perturbou a ordem de um país que parecia viver uma espécie de vertigem benfazeja de prosperidade e paz, e fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos. (MARICATO et al., 2013, p. 8)

Tal surpresa, ou perplexidade, em relação a Junho de 2013 é, com certeza, instigadora e desafia a se inserir no debate acerca desse fenômeno social tão complexo. Parâmetros comparativos necessariamente surgem dessa reflexão, pois a tendência é buscar entender Junho de 2013 a partir das manifestações massivas vivenciadas pela sociedade brasileira nas décadas finais do século passado – as Diretas Já (1984) e o Fora Collor (1992) –, ou pela equiparação aos protestos que afloraram em 2011 nos Estados Unidos, mundo árabe e na Espanha: “Occupy Wall Street”, “Primavera Árabe” e “Los Indignados”, respectivamente.

A intenção de mergulhar nesse oceano de perplexidade e buscar contribuir para desatar o nó górdio de junho de 2013 é o fio condutor desta tese, sendo que neste primeiro capítulo se fará um esforço para clarificar os aspectos relevados ao pesquisador na abordagem do tema.

Não há necessidade de sustentar o nível de complexidade do fenômeno estudado, que é evidente. Partindo desse pressuposto, é necessário fazer um recorte geográfico e temporal para buscar expor um itinerário lógico e uma linha que demarque as questões a serem problematizadas, dentre as inúmeras determinações que integram o objeto da pesquisa.

Por qual razão a irrupção das manifestações teve origem na cidade de São Paulo, a maior metrópole do sul do continente americano? Por que a questão urbana, em especial o transporte coletivo e a mobilidade nos grandes centros, foi o estopim do movimento? Quais são os atores que protagonizaram o estalo inicial, que ao final retumbou nas ruas de várias cidades brasileiras?

As múltiplas dimensões do fenômeno, a extensão territorial continental dos protestos que replicaram “nas capitais de todas as regiões, nas cidades médias e até nos grotões, território que jamais se defronta com tal fenômeno” (ALENCAR, 2013, p. 39), e a permanência das manifestações por um período razoavelmente longo em algumas capitais (especialmente no Rio de Janeiro onde “junho” perdurou até meados do mês de outubro de 2013) exigem que se faça o recorte espacial: será abordado de forma mais enfática os fenômenos ocorridos na capital paulista, onde tudo começou; e temporal: o mês de junho de 2013, que sucederam ao protesto inicial ocorrido no sexto dia daquele mês.

2.2 Eu sei que é junho

Antes de mais nada é importante salientar que a surpresa e perplexidade ante o fenômeno cessa imediatamente a partir do momento em que o pesquisador social passa a buscar compreender o objeto escolhido para seu estudo.

Ruda Ricci por exemplo, cita a frase “raio em céu azul” de Marco Aurélio Garcia do prefácio do livro de Laís Abramo, escrito em 1999 e que discorria sobre as greves operárias do ABC paulista, onde negava que estas seriam “fruto do acaso ou de fatores imponderáveis” (RICCI & ARLEI, 2014, p. 17). Já Marcelo Pomar é mais enfático ao introduzir seu livro, afirmando que “não foi um raio em céu azul” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 8) buscando demonstrar que o movimento iniciado no sexto dia de junho de 2013 foi consequência das sucessivos protestos realizados em torno da questão do transporte coletivo urbano no país.

A citação de Raquel Rolnik também aparece enquanto critica a um editorial do semanário francês “Le Point” de matiz neoliberal que analisa os acontecimentos de junho de 2013. Na apresentação do livro “Cidades Rebeldes” ela chega afirmar que a simplificação apresentada pelos editores daquela revista são “patéticas para o grupo de autores que compõe esta bela e forte tentativa de interpretação das chamadas revoltas de junho” (MARICATO et al., 2013, p. 8).

Ou seja, a partir do sentimento inicial de espanto e perplexidade o cientista social busca imediatamente contextualizar o fenômeno para tentar situar em seguida as suas possíveis causas e consequências. Buscando trilhar um racional itinerário a primeira questão a ser resolvida é a denominação do fenômeno. Manifestação, protesto, revolta, rebelião são os nomes geralmente associados aos acontecimentos de Junho de 2013 e igualmente foram utilizados em diversos livros e artigos escritos sobre o tema.

Uma das denominações que foi divulgada na imprensa e replicadas em diversos textos e artigos foi “revolta dos vinte centavos”, que está associado a principal reivindicação que, em sua fase inicial, agregou os manifestantes paulistanos: a redução do aumento da tarifa dos ônibus coletivo na capital paulista, que foi majorado em vinte centavos. Foi inevitável associar o termo “revolta dos vinte centavos” ao episódio da história brasileira conhecido como “Revolta do Vintém” ocorrido nas ruas do Rio de Janeiro, então capital do Império do Brasil, entre 28 de dezembro de 1879 e 4 de janeiro de 1880, contra a cobrança de um tributo de vinte réis, ou seja, um vintém, nas passagens dos bondes. Aos gritos de “Fora o vintém” a população espancou os condutores, esfaqueou os burros, virou os bondes e arrancou os trilhos ao longo das ruas. O valor aproximado em reais, seria de menos de vinte centavos na moeda que atualmente vigora no país, o que na época poderia render em torno de 139 gramas de açúcar e 29 gramas de banha. Pouco significativo, mas relevante quando considerado que os usuários desse serviço público eram de baixa renda. A estatística de feridos e mortos não é precisa, estima-se que houve no mínimo três mortes. Desgastado, o ministério caiu, tendo o novo

ministério revogado o tributo (ANTONELLI, 2013). Sobre esse episódio vale a pena ler o texto de Marcus Lopes¹.

¹ REVOLTA DO VINTÉM, O PASSE LIVRE DO SÉCULO 19. Não é de hoje que aumentos das tarifas de transporte público tornam-se estopim para manifestações e revoltas populares no Brasil. Em 1880, a cobrança de uma taxa na passagem de bonde transformou a capital do Império, o Rio de Janeiro, em praça de guerra - e contribuiu para desestabilizar a monarquia brasileira, que cairia nove anos depois. O movimento, considerado o primeiro grande distúrbio urbano no país pela melhoria dos serviços públicos, ficou conhecido como Revolta do Vintém. Pelo menos três pessoas morreram e centenas ficaram feridas durante os dias em que a confusão tomou conta das ruas do Rio. Um vintém equivale a menos de 20 centavos em dinheiro de hoje, mas o cálculo é uma aproximação.

A revolta começou em 13 de dezembro de 1879, quando a Coroa anunciou um imposto de 20 réis - equivalente a um vintém - sobre as tarifas de bondes puxados a burro, um dos principais meios de transporte da população na época. O tributo, chamado de "imposto do vintém" seria cobrado diretamente nas passagens a partir de 1º de janeiro de 1880 e foi instituído pelo governo como forma de diminuir o déficit público. Na prática, era um aumento no preço da passagem, e considerável: da ordem de 20%.

Não tardou para que a medida ganhasse as páginas dos jornais e a reação negativa da população. A principal crítica era que o novo imposto atingiria da mesma maneira os ricos e os pobres, já que o bonde era praticamente o único meio de deslocar-se por grandes distâncias na cidade. A primeira manifestação ocorreu no dia 28 de dezembro. Foi um ato pacífico que reuniu 5 mil pessoas (a população do Rio era de 1,1 milhão de habitantes) no Campo de São Cristóvão para ouvir o discurso do abolicionista e republicano José Lopes Trovão. Dono do jornal *Gazeta da Noite*, Trovão tornou-se um dos principais líderes do movimento. Dali, a multidão seguiu em passeata até o Palácio da Boa Vista, onde estava o imperador dom Pedro II. Um mensageiro da Coroa trouxe a informação de que o monarca, mesmo a contragosto, aceitaria receber uma comissão de manifestantes para discutir a taxa, mas o recado foi ignorado. Os republicanos procuravam tirar o máximo de proveito político da situação. Mesmo assim, o dia terminou sem incidentes e a multidão se dispersou em paz.

Nos dias seguintes, a imprensa conservadora criticou o fato de os manifestantes não terem aberto o diálogo com dom Pedro II. No dia em que o imposto começaria a ser cobrado, uma grande manifestação foi organizada no Largo do Paço. Trovão fez um breve discurso pedindo que a população resistisse pacificamente à cobrança do imposto, mas não foi ouvido. Grupos de manifestantes começaram a seguir pelas ruas da Carioca, Uruguaiana, Visconde do Rio Branco e Largo São Francisco, ponto de partida e chegada da maioria das linhas.

Ali, começou o confronto. Para protestar contra a cobrança do vintém adicional, os manifestantes tomavam os bondes, espancavam os condutores, esfaqueavam os animais utilizados como tração, despedaçavam os carros, retiravam os trilhos e, com eles, arrancavam as calçadas. Os focos de tumulto pipocaram em vários pontos do centro do Rio de Janeiro, com barricadas e depredação. Manifestantes entraram em conflito com a polícia, que respondeu à bala, matando três pessoas.

A confusão continuou no dia seguinte. Trilhos de bonde continuaram a ser arrancados das ruas e as chaves dos veículos, roubadas. Das janelas, garrafas e pedras eram atiradas em direção aos veículos. No decorrer do dia, várias pessoas foram presas e a polícia solicitou reforço ao Exército, que passou a controlar a situação reprimindo os focos com golpes de cassetete - ou tiros. No dia 3 de janeiro, a situação estava um pouco mais calma, resumindo-se a alguns focos de tumulto na Rua do Ouvidor, rapidamente sufocados pelas tropas do Exército.

A situação só foi totalmente controlada no final do dia 4, quando alguns manifestantes tentaram impedir a circulação de bondes na Rua Sete de Setembro, sem sucesso. Por causa da pressão popular, o imposto acabou sendo revogado em setembro de 1880. Mas os danos foram além de manifestantes mortos e dos bondes destruídos. Diante do desgaste político, todos os integrantes do Ministério da Fazenda foram substituídos por ordem do imperador.

Não se sabe ao certo o número de feridos durante as manifestações e tampouco se os mortos foram apenas os três registrados no primeiro dia do confronto. O que se sabe é que o Rio de Janeiro viveu dias de grande tumulto, com saques de lojas, roubos e população em pânico. O episódio foi resgatado na minissérie *Chiquinha Gonzaga*, exibida pela Rede Globo em 1999 e

O termo “revolta dos vinte centavos” foi mais frequentemente utilizado nos textos e artigos que salientam a questão do transporte coletivo urbano quando abordam os acontecimentos de Junho de 2013. Já a “Revolta do Vintém” por sua vez, apesar de haver registros de protestos contra o aumento da tarifa do bonde anteriormente, é uma data emblemática desse movimento, razão pela qual a denominação relacionada aos “vinte centavos” ganhou destaque na imprensa e repercutiu inclusive nos textos e artigos acadêmicos.

Mas talvez o movimento de Junho de 2013 tenha sido mais conhecido pela denominação “Jornadas de Junho”. Não se sabe ao certo como surgiu tal nome para designar os protestos, que iniciaram a partir da reivindicação pontual da juventude paulistana contra o aumento da passagem e ganharam uma repercussão nunca jamais vista em todo o país. De novo é inevitável a comparação histórica, pois as “jornadas” juninas de 2013 foram precedidas por outras jornadas de junho, a de 1848, primeiro levante operário de caráter francamente revolucionário, que tomou conta das ruas de Paris.

Os acontecimentos ocorridos nos dias 23, 24 e 25 de junho de 1848 na capital francesa, envolveu de um lado o proletariado parisiense, e do outro lado, o exército burguês e a Guarda Nacional, comandados pelo general Cavaignac, que acabaria subindo ao poder posteriormente. Esta revolta operária entrou para a história com o nome de Jornadas de Junho. Os

que retratou a vida da compositora do século 19. Na trama, a protagonista, na pele da atriz Regina Duarte, se vê em meios às manifestações contra a taxa.

"A Revolta do Vintém representou uma mudança na forma de atuação política, até então concebida apenas como a atividade institucional e parlamentar, com um sistema eleitoral marcado pelo voto indireto e censitário", afirma o historiador Claudio H. M. Batalha, do departamento de História da Universidade Estadual de Campinas e coordenador do Dicionário do Movimento Operário: Rio de Janeiro do Século XIX aos anos 1920. "A política deixou de ser restrita ao Parlamento e passou a ser feita também nas ruas, por meio de panfletos, comícios e manifestações." Batalha lembra que a revolta teria efeitos de longo prazo, ao ampliar as campanhas abolicionista e republicana com gente na rua.

É muito difícil - tirando o foco de que a razão que deu início ao protesto foi o aumento no preço do transporte urbano - traçar paralelos entre o que aconteceu na década final do império e as manifestações que começaram a ocupar as ruas das principais cidades brasileiras em junho. "Ambos tiveram como estopim o aumento do custo das passagens do transporte público, depararam-se com reações violentas da polícia e a questão inicial dos transportes apontou para outros problemas enfrentados pela população", afirma Batalha. "Mas na Revolta do Vintém as lideranças políticas tiveram papel essencial, enquanto que o processo recente é muito mais horizontalizado", diz o historiador. Para Batalha, assim como a Revolta do Vintém mudou a percepção da política, dos gabinetes para as ruas, no final do império, muita gente acredita que algo similar ocorrerá a médio prazo no processo que o país vivenciou a partir do meio do ano.

operários, que devido à crise estavam desempregados e viviam de abono público, entraram em desespero quando o abono foi suspenso e se viram entregues à própria sorte.

Os episódios ocorridos naquela primavera de 1848 teve um cronista privilegiado que foi Karl Marx, que assim narrou os acontecimentos:

Aos operários não restava escolha: ou morriam à fome ou iniciavam a luta. Responderam, em 22 de Junho, com a imensa insurreição na qual se travou a primeira grande batalha entre ambas as classes em que se divide a sociedade moderna. Foi uma luta pela manutenção ou destruição da ordem burguesa. O véu que encobria a república rasgou-se. (MARX, 2009)

Esta comparação entre as duas “jornadas de junho” é explicitada no prefácio de Michael Hardt sugestivamente intitulado “Maldito junho!” do livro organizado por Bruno Cava e Giuseppe Cocco “Amanhã vai ser maior”:

Inspirado por três dias de barricadas e insurreição nas ruas de Paris, em junho de 1848, Karl Marx escreveu que o “leão proletário” tinha se levantado e rugido. O proletariado parisiense revoltoso foi rapidamente vencido, mas a sua face sombria e ameaçadora chegara à cena da história. Nas “jornadas de junho” brasileiras, em 2013, a multidão mostrou a sua face de modo semelhante. Embora não tenha vencido imediatamente, este leão também pode anunciar notícias sobre nosso futuro. (CAVA & COCCO, 2014, p. 7)

Já outros autores negam a similitude entre os eventos de junho de 2013 e de 1848. Deste campo de pensadores destacamos André Singer que discorda desta comparação:

As jornadas originais constam de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* como nada menos que “o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias”. Trata-se do momento em que, na conjuntura aberta pela revolução de 1848, o proletariado de Paris lança-se a uma tentativa insurrecional, sendo esmagado pela repressão à bala comandada pelo general Cavaignac. Apesar da derrota armada, Marx empenha-se em registrar que os insurretos sucumbiram com todas as honras, tendo feito a Europa tremer “frente ao terremoto de junho”.

O junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado. As relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa. Prova disso é que as propostas de Constituinte exclusiva e plebiscito para a reforma política caíram no vazio, tendo sido esquecidas quase logo depois que o mês acabou. (SINGER, 2013).

Como frisado anteriormente, não se sabe como originalmente foi utilizada a expressão “Jornadas de Junho de 2013” para nomear os protestos que são objeto desta tese, mas a similitude histórica com os eventos de Paris de 1848 podem ser uma pista importante. No entanto, a polêmica suscitada em torno da comparação histórica, apesar de pertinente, não será objeto desta pesquisa, o que poderia justificar a utilização do termo “Jornadas de Junho”.

Apesar das diversas alcunhas postas ao movimento ocorrido em Junho de 2013 existe uma tendência atual a qual o autor da presente pesquisa adere: a de prevalecer apenas a data “Junho de 2013” para denominar os eventos estudados.

Ao contrário do primavera junho do hemisfério norte para nós do sul este mês representa o fim do outono e início do inverno (gélido e quase sempre seco para os habitantes da porção meridional do país e úmido e abafado para aqueles que moram na região norte e na faixa costeira que se estende do litoral fluminense ao potiguar). Junho é um mês ao mesmo tempo de imersão reclusa e de juninas festividades. Junho representa a antítese do imaginário que prevalece de um país iminentemente tropical. Este sentimento é expressado de forma magistral pelo poeta nordestino Alceu Valença em sua canção “Junho”:

Eu sei que é junho, o doido e gris seteiro
Com seu capuz escuro e bolorento
As setas que passaram com o vento
Zunindo pela noite, no terreiro
Eu sei que é junho!

Eu sei que é junho, esse relógio lento
Esse punhal de lesma, esse ponteiro,
Esse morcego em volta do candeeiro
E o chumbo de um velho pensamento

Eu sei que é junho, o barro dessas horas
O berro desses céus, ai, de antiauroras
E essas cisternas, sombra, cinza, sul

E esses aquários fundos, cristalinos
Onde vão se afogar mudos meninos
Entre peixinhos de geleia azul
Eu sei que é junho!

Apesar de inicialmente ter utilizado na fase inicial da pesquisa o termo “Jornadas de Junho de 2013” para nominar o fenômeno social estudado

passemos a utilizar apenas a expressão “Junho de 2013”, tendo a poesia como inspiração.

2.3 A centelha

Como já referido acima o cientista político André Singer não reconhece a equiparação de Junho de 2013 com as Jornadas de Junho de 1848. Ele classifica aqueles ocorridos em 2013 como “acontecimentos” que desenrolaram em três distintas fases, “as quais duraram cerca de uma semana cada uma. A ebulição foi iniciada por fração pequena, embora valorosa, da classe média, com mobilizações praticamente circunscritas à cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho” (SINGER, 2013). Esta proposta de divisão vai ser utilizada para apresentar, mesmo que de forma sintética, um resumo dos fatos ocorridos principalmente na capital paulista.

As fontes de informações são diversas, mas basicamente será utilizado a narrativa apresentada por Elaine Judensneider, Luciana Lima e Pablo Ortelano no livro “Vinte centavos: a luta contra o aumento” e, como contraponto, as notícias vinculadas na chamada grande imprensa, em especial nos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo.

Tudo começou com o aumento da tarifa do transporte de ônibus coletivo da capital paulista, decretada em 2 de junho de 2013 pelo então prefeito Fernando Haddad, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. De imediato o Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL) convoca através do Facebook o primeiro ato contra o aumento da tarifa “partindo do Teatro Municipal, centro velho de São Paulo”, sendo que na convocatória se justifica da seguinte maneira o ato, “apesar do argumento de que o aumento é abaixo da inflação e da promessa de implantação do bilhete único mensal, defendemos que todo aumento da tarifa é injusto e aumenta a exclusão social” (...) “O Passe Livre luta junto à população por um transporte público de qualidade e tarifa zero para todos” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 28). Maria da Glória Gohn resumiu o evento:

O 1º protesto de junho aconteceu em pontos-chave para circulação e visibilidade na cidade: partiu da região central, seguiu para a Avenida 9 de Julho, depois Avenida 23 de Maio e Avenida Paulista – “ponto oficial” de inúmeras manifestações em São Paulo. Já no 1º ato houve depredações (...) terminou com confrontos com a polícia, que usou gás e balas de borracha, e fez 15 detenções; 10 pessoas ficaram feridas (GOHN, 2014, p. 25).

O MPL inaugura a tática que iria marcar todos os atos de Junho de 2013: a tomada e fechamento das principais ruas e avenidas das cidades nos horários de pico do trânsito de veículos e pessoas. “Apostando na estratégia clássica do Passe Livre, a manifestação passa rapidamente pelo prédio da prefeitura em direção ao Vale do Anhangabaú e dali à Avenida 23 de maio, uma das principais vias expressas da cidade” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 29).

De outro lado, os principais jornais do país repercutem uma cobertura negativa do ato de 6 de junho, tentando desqualificar as manifestações como atos de vandalismo lideradas por partidos políticos de extrema esquerda, legitimando a reação violenta da polícia militar. A edição de 7 de junho de 2013 do jornal “Estado de São Paulo” traz na sua capa a seguinte manchete “Protesto contra a tarifa acaba em depredação e caos em SP”. Já a “Folha de São Paulo” alardeia também como manchete de capa: “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP”, e ilustra com uma grande foto de manifestantes queimando simbolicamente catracas feitas de papelão. No caderno “Cidades” a matéria destaca o confronto com a polícia militar e os supostos atos de vandalismo praticados pelos integrantes do MPL:

Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP

Manifestação liderada por estudantes reuniu ao menos 2.000 pessoas e fechou a avenida Paulista

A PM utilizou balas de borracha e gás para tentar conter depredação; houve 15 detidos e 3 feridos

DE SÃO PAULO

Em protesto contra a elevação da tarifa de ônibus, metrô e trens em São Paulo, manifestantes entraram em confronto com a Polícia Militar, interditaram vias e provocaram cenas de vandalismo ontem à noite na região central.

O ato levou à interdição de vias como 23 de Maio, Nove de Julho e Paulista na hora de pico. Estações de metrô foram depredadas e fecharam.

No centro e na Paulista, quebraram placas, picharam muros e ônibus, atearam fogo, provocaram danos a um shopping e ao Masp.

Os manifestantes são ligados ao Movimento Passe Livre, liderado por estudantes e alas radicais de partidos.

Eles marcaram novo protesto para hoje às 17h no largo da Batata, em Pinheiros.

O reajuste da tarifa de ônibus, metrô e trens, de R\$ 3 para R\$ 3,20, vale desde domingo e ficou bem abaixo da inflação. A alta dos ônibus foi de 6,7%, contra 15,5% do IPCA. O aumento foi decidido pelo prefeito Fernando Haddad (PT) e pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB).

O ato, diz a PM, reuniu cerca de 2.000 pessoas --organizadores falavam em 6.000.

Eles saíram em passeata às 18h do centro até a Paulista.

Houve ao menos 15 detidos, incluindo Altino de Melo Prazeres, presidente do sindicato dos metroviários. Segundo a polícia, dois PMs e um manifestante se feriram.

A PM utilizou bombas de gás e balas de borracha.

O Metrô disse lamentar os "fatos violentos" e que estuda responsabilizar autores. A assessoria de Haddad afirmou que "a prefeitura entende a manifestação", mas que lamenta que ela "tenha tomado proporções violentas".

Organizadores argumentaram que não era possível controlar toda a multidão. (FOLHA DE SÃO PAULO, 7 jun 2013)

A impressão que prevalecia até então era que o roteiro que se desenrolava já era conhecido. Em 2011 o MPL paulistano organizou uma série de manifestações contra o aumento da tarifa do transporte público que não lograram êxito, apesar de conseguir grande repercussão pública. Em 2013, vários protestos já tinham acontecidos em Porto Alegre (21/01), Curitiba (25/03), Goiânia (08/05), Natal (15/05) e Rio de Janeiro (03/06), convocados pelo MPL - que já estava organizado em várias cidades, constituindo um movimento social de projeção nacional - ou pelo movimento estudantil. Todos estes atos, até então, não conseguiram atingir seu objetivo que era evitar o aumento da tarifa do transporte público.

Porém, a centelha lançada dia 06 de junho caiu em um rastro de pólvora!

2.4 A explosão

Em 8 de junho de 2013, uma quinta-feira, ocorre o segundo ato de protesto liderado pelo MPL em São Paulo, contando com aproximadamente cinco mil pessoas que bloqueiam a marginal do rio Pinheiros e vão em direção à Avenida Paulista.

O roteiro escolhido pelo MPL visou claramente a obstrução das principais artérias da cidade de São Paulo tornando ainda mais caótico o trânsito na hora do “rush”:

A manifestação saiu do Largo do Batata, espécie de centro comercial do bairro de Pinheiros, em direção à Marginal Pinheiros, uma das duas grandes vias expressas que definem o centro expandido da cidade. Embora a cidade estivesse relativamente acostumada a manifestações nas avenidas do centro, não havia muitos precedentes de passeatas que tentassem bloquear vias expressas – muito menos uma tão essencial como a Marginal Pinheiros, considerada a segunda via da América do Sul em volume de tráfego de veículos (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 37).

Novamente a reação dos meios de comunicação de massa é tentar deslegitimar os protestos com o discurso contra o vandalismo. Também aparece com mais ênfase a desqualificação dos manifestantes taxados de punks e integrantes de partidos de extrema esquerda. A reação mais virulenta é do jornal “Estado de São Paulo” que no seu editorial da edição do sábado seguinte ao ato assim qualifica a conduta dos manifestantes:

Não passou de um festival de vandalismo a manifestação de protesto contra o aumento da tarifa de ônibus, metrô e trem, que na quinta-feira paralisou importantes vias da capital paulista, entre 18 e 21 horas. Este é mais um dia que vai entrar para a já longa lista daqueles em que a maior cidade do País ficou refém de bandos de irresponsáveis, travestidos de manifestantes. Apesar de há muito o atrevimento desses grupos não ser uma novidade para os paulistanos, desta vez a população teve motivos para se assustar mais do que por ocasião de outros protestos, por causa da fúria destrutiva. (ESTADO DE SÃO PAULO, 10 jun 2013).

Em 10 de junho houve um protesto contra o reajuste da tarifa de ônibus no Rio de Janeiro que mobiliza pouco mais de trezentas pessoas na Cinelândia. A polícia militar reprime o ato lançando bombas de efeito moral e balas de borracha, sendo que 31 manifestantes são presos.

No dia 11 de junho acontece o terceiro protesto em São Paulo. O número de participantes do ato é equivalente ao anterior, mesmo sob forte chuva. No entanto, a reação da polícia militar é mais violenta, vinte pessoas são detidas, inclusive jornalistas, sendo que cerca de cem pessoas são feridas entre manifestantes, jornalistas e policiais. Em resposta a repressão da polícia “87 ônibus foram queimados ou apedrejados, vitrines quebradas, bancos depredados e estações de metrô danificadas (...) revolta atribuída a violência

da repressão policial que usou balas de borracha, bombas de efeito moral e spray de pimenta” (GOHN, 2014, p. 27).

De fato, a tônica do ato do dia 11 de junho em São Paulo foi a violenta repressão policial contra os manifestantes que se concentram inicialmente na Avenida Paulista e pacificamente seguem até o Terminal Parque Dom Pedro, principal terminal de ônibus do centro da cidade e sofrem o ataque das forças policiais, se dispersando em grupos distintos para retornar à Avenida Paulista.

Ao chegarem à avenida, no vão livre do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP), são novamente atacados pela polícia militar. Ao longo das seis horas de protestos, 20 pessoas são presas (...) e outras duas são atropeladas por um automóvel – cujo motorista foge sem prestar socorro – no meio da manifestação. (...) Por toda a noite, as ondas de repressão policial motivam depredações e queima de sacos de lixo. Além de estações do metrô e agências bancárias, é depredado a sede do Partido dos Trabalhadores. Apesar da tentativa de militantes do MPL de impedir o ataque, o prédio tem seus vidros quebrados e o muro pichado” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 63).

Apesar da violência desproporcional da polícia militar contra os manifestantes a reação da grande imprensa é uníssona em condenar os participantes e organizadores dos protestos. A desqualificação é traduzida basicamente por três predicados: vândalos, baderneiros e “jovens”.

Mas o rastilho de pólvora tinha alcançado o barril: a indignação dos habitantes das cidades brasileiras.

2.5 Quanto mais eles batiam

O quarto protesto convocado pelo MPL ocorreu em 13 de junho, reuniu cerca de 20 mil manifestantes e iria “marcar a virada do olhar da sociedade, a opinião pública passa a dar apoio aos manifestantes, e ir às ruas para se manifestar também” (GOHN, 2014, p. 27), apesar da campanha orquestrada da grande mídia na tentativa de desqualificar e denegrir a imagem dos manifestantes, em especial a do MPL.

Neste dia os principais jornais paulistas conclamaram em seus editoriais uma postura mais enérgica (leia-se: violenta) do Estado contra os manifestantes: O Estado de São Paulo proclama “Chegou a hora do basta”:

No terceiro dia de protesto contra o aumento da tarifa dos transportes coletivos, os baderneiros que o promovem ultrapassaram, ontem, todos os limites e, daqui para a frente, ou as autoridades determinam que a polícia aja com mais rigor do que vem fazendo ou a capital paulista ficará entregue à desordem. (...) Atacada com paus e pedras sempre que tentava conter a fúria dos baderneiros, a PM reagiu com gás lacrimogênio e balas de borracha. (...) A PM agiu com moderação, ao contrário do que disseram os manifestantes, que a acusaram de truculência para justificar os seus atos de vandalismo. (...) O fato é que a população quer o fim da baderna – e isso depende do rigor das autoridades. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 13/06/2013)

Já Folha de São Paulo salienta o caráter violento dos “jovens” que organizam as manifestações e também pedem exigem a força policial para “Retomar a Paulista”:

Oito policiais militares e um número desconhecido de manifestantes feridos, 87 ônibus danificados, R\$ 100 mil de prejuízos em estações de metrô e milhões de paulistas reféns do trânsito. Eis o saldo do terceiro protesto do Movimento Passe Livre (MPL), que se vangloria de parar São Paulo – e chega perto demais de consegui-lo. (...) São jovens predisposto à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço viajar de ônibus e trens superlotados. (...) Sua estratégia para atrair a atenção pública é prejudicar o número máximo de pessoas. É hora de pôr um final nisso. (FOLHA DE SÃO PAULO, 13/06/2013).

Estes editoriais raivosos, que exigem a intervenção enérgica das autoridades, é precedido pelo comentário de Arnaldo Jabor na edição do dia 12 de junho do “Jornal da Globo”, difundido em todo o território nacional pela poderosa Rede Globo de Televisão tentando desqualificar as pessoas que participavam dos protestos:

Mas afinal o que provoca o ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa em São Paulo queimou dezenas de ônibus! Não pode ser por causa de 20 centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível: ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs não. Os mais pobres ali era os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis molotovs, que ganham muito mal. (...) Esses caras vivem no passado de uma ilusão, eles são a caricatura violenta da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui. Realmente, esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 81)

Apesar da violência da repressão policial do dia 11 de junho o MPL continua a preparação do ato do dia 13 de junho. Um militante escreve no site “TarifaZero.org”, ligado ao movimento, atribui a violência à ação da polícia militar:

Já presenciei situações em que o Estado foi não só repressor, mas cruel: nas duas vezes em que o nosso movimento reduziu as passagens em Floripa. Quanto mais eles batiam, mais o movimento crescia. Muitos vieram, não só contra a injustiça no transporte, mas contra a injustiça em relação à liberdade de lutar. Por sinal, um direito que temos apenas porque muitos se manifestaram, por vezes de forma mais intensa. Quinta-feira vai ser maior! (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 48)

A polícia militar entendeu perfeitamente o recado transmitido pela mídia tradicional, verdadeira porta voz do “establishment”, e ataca violentamente os manifestantes presentes no ato do dia 13 de junho. Edson Fernandes e Ricardo de Freitas Roseno sintetizam bem os acontecimentos:

Vários jornalistas e manifestantes foram alvejados por balas de borracha, atingidos por spray de pimenta no rosto e intoxicados com gás lacrimogêneo. Bombas e tiros disparados, indiscriminadamente, contra a multidão. Muitas pessoas ficaram feridas, algumas gravemente. Pessoas que sequer participavam do protesto, mas estavam nos arredores, em lojas e bares, também sofriam agressões por parte dos policiais. Não havia distinção entre imprensa, manifestante e transeunte. Qualquer um que estivesse próximo era atingido. (FERNANDES & ROSENO, 2013, p. 18)

E ironicamente os órgãos de imprensa que no dia anterior exigiam o “rigor das autoridades” passam a atacar os “excessos” da atuação violenta da polícia militar. Emblemático seria uma das manchetes do conservador Estado de São Paulo de 15 de junho que retrata esta inversão de posição: “‘Baderneiro’ vira ‘mocinho’ com reação desproporcional.”

Esta mudança de postura em relação aos protestos também se constata na opinião pública. O Instituto Data Folha em pesquisa realizada dia 18 de junho evidencia claramente que ocorreu entre 13 a 18 de junho um acréscimo significativo do apoio dos paulistanos aos protestos em curso.

TABELA 1 <i>Opinião sobre os protestos contra o aumento da tarifa de ônibus em SP</i> (Resposta estimulada e única, em %)		
	Em 13/06/2013	Em 18/06/2013
A favor	55%	77%
Conta	41%	18%
Indiferente	3%	5%
Não sabe	1%	1%

Fonte: Datafolha

Este trecho de artigo de Plínio de Arruda Sampaio Junior condensa os acontecimentos que marcaram os protestos liderados pelo MPL entre os dias 11 e 13 de junho que marcaram uma reviravolta aparentemente inesperada:

No dia 11 de junho, os combates entre a tropa de choque e os manifestantes repetiram-se. De Paris, onde defendia a candidatura de São Paulo à Expo 2020, em companhia do governador Geraldo Alckmin, Haddad condenou os protestos e enalteceu o comportamento da polícia militar. Os governantes apostavam no esvaziamento natural do protesto. Não foi o que ocorreu. As imagens da guerra campal entre a tropa de choque e os manifestantes circularam nas redes sociais e começaram a mudar o estado de espírito da opinião pública. A truculência da tropa de choque funcionou como um estopim que detonou a indignação popular. A intrepidez dos jovens que desafiavam bombas e balas de borracha evidenciava a covardia da polícia e legitimava os métodos de luta do MPL. Nos fluxos de mensagens que circulavam na internet já era possível identificar que os protestos tinham se transformado em uma revolta da juventude. No ato do dia 13 de junho, mais de 20 mil pessoas foram às ruas de São Paulo apoiar o MPL. Apareceram cartazes anunciando: “Não é só por 20 centavos”. Sem perceber que os protestos tinham adquirido um caráter de massa e seguindo as instruções de Alckmin, a tropa de choque reagiu com violência redobrada. A repulsa da opinião pública foi imediata. Os métodos convencionais de repressão estavam desmoralizados. A essa altura dos acontecimentos, a grande mídia – que até o dia anterior aticava a polícia e intrigava a opinião pública contra os jovens –, sem nenhum pudor, começou a defender a legitimidade das manifestações. As pesquisas registravam que 80% dos brasileiros aprovavam os protestos. (SAMPAIO JUNIOR, 2013)

2.6 A multidão toma as ruas

Entramos na segunda etapa dos acontecimentos como define André Singer, que assim a descreve:

O uso desmedido da força atraiu a atenção e a simpatia do grande público. Inicia-se, então, a segunda etapa do movimento, com as manifestações de 17, 18, 19 e 20 de junho, quando alcança o auge. Agora outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas. De milhares, as contas de gente na rua passam a centenas de milhares. (SINGER, 2013)

De fato, a partir da repercussão da violência policial os movimentos iniciados em São Paulo ganham dimensão nacional. Nos dias que se seguiram pipocaram em várias cidades do Brasil movimentos similares a dos jovens paulistanos. Apesar da multiplicidade das bandeiras e reivindicações levantadas nestes protestos a questão do transporte público continuou em evidência, principalmente nas grandes e médias cidades, além do sentimento de solidariedade às vítimas da violência policial. Quando da manifestação convocada pelo MPL, que ocorreu no dia 17 de junho, aproximadamente 28 cidades em 11 estados diferentes foram palco de protestos nas ruas, sendo contabilizados mais de 300 mil manifestantes somente no Rio de Janeiro. Em Brasília fica registrada, talvez uma das cenas mais marcantes das Junho de 2013, com a ocupação da Esplanada dos Ministérios e invasão do teto do Congresso Nacional pelos manifestantes.

ILUSTRAÇÃO 2 - Manifestação em Brasília (17/06/2013)



Fonte: Agência Brasil; Autor: Valter Campanato

No dia 18 de junho, mais de 50 mil pessoas se reuniram na Praça da Sé em São Paulo, sendo que em mais de quinze estados brasileiros ocorreram protestos.

No dia seguinte, os governos estadual e municipal de São Paulo e do Rio de Janeiro anunciaram a redução da tarifa dos transportes públicos. Na edição de 20 de junho do jornal “Folha de São Paulo” o fato assim repercutiu:

Milhares nas ruas obrigam Alckmin e Haddad a recuar

Após protestos, Estado e prefeitura decidem baixar tarifa de transporte para R\$ 3, mas vão cortar investimentos

Rio e outras 6 capitais também terão redução de passagem de ônibus; mobilização foi a maior desde queda de Collor

DE SÃO PAULO DO RIO

Após protestos que levaram centenas de milhares de pessoas às ruas do país, os governadores e prefeitos de São Paulo e do Rio cederam e decidiram reduzir as tarifas do transporte coletivo.

A decisão dos governadores Geraldo Alckmin (PSDB) e Sérgio Cabral (PMDB) e dos prefeitos Fernando Haddad (PT) e Eduardo Paes (PMDB) já se repetiu em diversas cidades nas últimas semanas, incluindo outras cinco capitais --Cuiabá, Recife, João Pessoa, Porto Alegre e Aracaju. Natal também irá anunciar redução da tarifa hoje.

As manifestações pelo Brasil reuniram mais de 215 mil pessoas só na última segunda --na maior mobilização desde a queda do presidente Fernando Collor, em 1992.

Em São Paulo, a redução das passagens de ônibus, metrô e trens, de R\$ 3,20 para R\$ 3, começa a valer na próxima segunda-feira --três semanas depois do reajuste.

No Rio, a queda das tarifas de R\$ 2,95 para R\$ 2,75 será válida a partir de amanhã.

(...)

A pressão ganhou corpo com uma sequência de manifestações em São Paulo a partir do último dia 6. De lá para cá, houve seis grandes atos do Movimento Passe Livre, que interditaram vias importantes como avenida Paulista e marginal Pinheiros.

Apesar do teor pacífico da maioria dos manifestantes, eles acabaram com cenas de violência e pânico -- como incêndios, pichações e saques.

A bandeira da tarifa zero, que originou os protestos, acabou incorporando diversas outras reivindicações. (FOLHA DE SÃO PAULO, 14 jun 2013)

Inclusive esta mudança de postura vai refletir inclusive no editorial da mesma edição de 20 de junho, do mesmo periódico intitulado “Vitória das ruas”, que reconhece que a “a revogação do aumento das tarifas de transportes em São Paulo e no Rio é uma vitória indiscutível do Movimento Passe Livre”, e acrescenta que “os prefeitos Fernando Haddad (PT) e Eduardo Paes (PMDB), bem como os governadores Geraldo Alckmin (PSDB) e Sérgio Cabral (PMDB), saem atônitos das manifestações que os encurralaram.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 20 jun 2013)

Em 20 de junho foi o dia que marcou o maior número de manifestações e de pessoas protestando nas ruas. Segundo o levantamento do Portal G1 ocorreram manifestações em 25 capitais e em 143 cidades, conforme quadro abaixo:

TABELA 2 - Manifestações ocorridas em 20/06/2013

Estado	Capital	N. de cidades
Alagoas	Maceió – 10 mil	1
Amapá	Macapá – 1 mil	1
Amazonas	Manaus – 100 mil	1
Bahia	Salvador – 20 mil	6
Ceará	Fortaleza – 40 mil	1
Distrito Federal	Brasília – 60 mil	1
Espírito Santo	Vitória – 100 mil	7
Goiás	Goiânia – 20 mil	6
Maranhão	-	3
Mato Grosso	Cuiabá – 45 mil	1
Mato Grosso do Sul	Campo Grandes – 30 mil	2
Minas Gerais	Belo Horizonte – 20 mil	15
Pará	Belém – 15 mil	1
Paraná	Curitiba – 3 mil	5
Paraíba	João Pessoa – 22 mil	2
Pernambuco	Recife – 52 mil	7
Piauí	Teresina – 15 mil	2
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro – 300 mil	18
Rio Grande do Norte	Natal – 15 mil	1
Rio Grande do Sul	Porto Alegre – 18 mil	12
Rondônia	Porto Velho – 20 mil	3
Roraima	Boa Vista – 2 mil	1
Santa Catarina	Florianópolis – 30 mil	8
São Paulo	São Paulo – 100 mil	28
Sergipe	Aracajú – 20 mil	1
Tocantis	Palmas – 15 mil	1

Fonte: Portal G1

A vitória dos manifestantes de Junho de 2013 em São Paulo e no Rio de Janeiro se repete durante todo o mês de junho em várias cidades, conforme levantamento do jornal Folha de São Paulo.

TABELA 3 - Tarifas em Queda**Capitais que já tiveram redução nas tarifas desde o início dos protestos.**

Capitais	A partir de	De	Para	Redução em %
Goiânia	13 de junho	R\$3,00	R\$2,70	10%
Rio de Janeiro	21 de junho	R\$2,95	R\$2,75	6,8%
Recife	20 de junho	R\$1,50 a R\$3,45	R\$1,40 a R\$3,35	6,7% a 2,9%
São Paulo	24 de junho	R\$3,20	R\$3,00	6,3%
Curitiba	1 de julho	R\$2,85	R\$2,70	5,2%
João Pessoa	1 de julho	R\$2,30	R\$2,20	4,4%
Natal	23 de junho	R\$2,30	R\$2,20	4,3%
Aracaju	Indefinido	R\$2,45	R\$2,35	4,1%
Campo Grande	1 de julho	R\$2,85	R\$2,75	3,5%
Cuiabá	19 de junho	R\$2,95	R\$2,85	3,4%
Manaus	10 de junho	R\$3,00	R\$2,90	3,3%
Vitória	8 de junho	R\$2,45	R\$2,40	2,0%
Porto Alegre	Indefinido	R\$2,85	R\$2,80	1,8%
Belo Horizonte	Indefinido	R\$2,80	R\$2,75	1,8%

Fonte: Folha de São Paulo

No dia 21 de junho o MPL anuncia que não convocaria novas manifestações. A partir desta data os protestos se concentram nas cidades sedes da Copa das Confederações. Neste período várias pessoas morrem durante os embates com as forças policiais e surgem os mártires das Junho de 2013. Em 26 de junho ocorre o último grande protesto em Belo Horizonte, quando 50 mil manifestantes enfrentam a polícia militar, durante o jogo em que o Brasil vence o Uruguai e se classifica para o final da Copa das Confederações.

Em 30 de junho de 2013 o Brasil vence a Espanha no final das Copas das Confederações.

O mês de junho de 2013 termina. E nunca mais será esquecido.

2.7 Ocaso

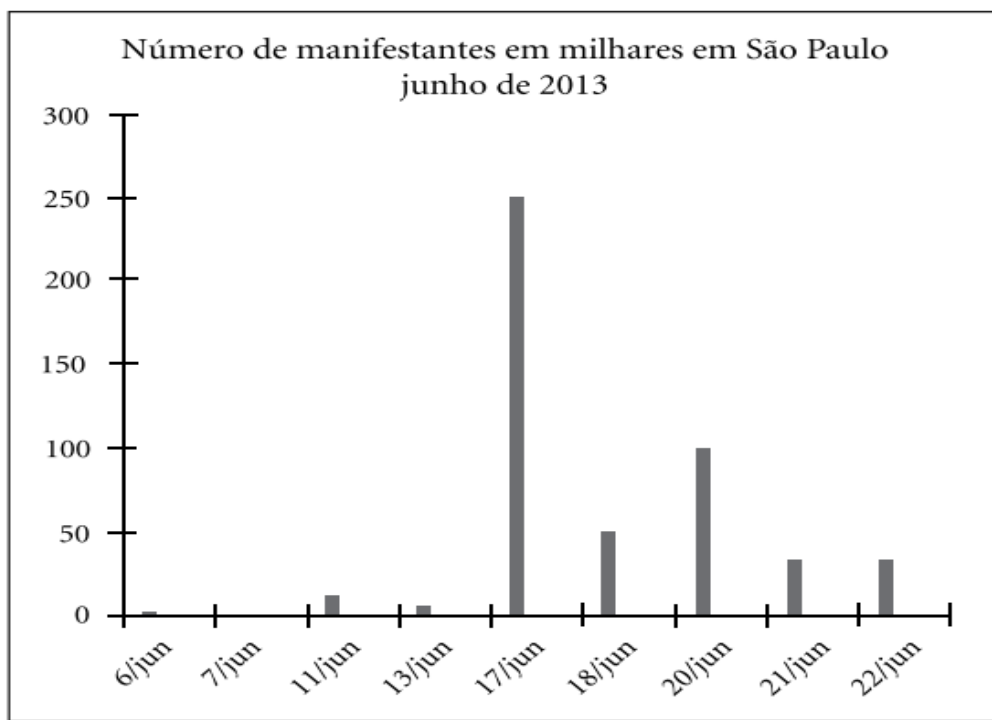
Seguindo a divisão de Junho de 2013 em três períodos distintos conforme proposição de André Singer, chegamos na terceira fase dos acontecimentos, já entrando no inverno daquele ano de 2013:

Na terceira e última etapa, que vai do dia 21 até o final do mês, o movimento se fragmenta em mobilizações parciais com objetivos específicos (redução de pedágios, derrubada da PEC 37, protesto contra o Programa Mais Médicos, etc.). Por exemplo, em São Paulo, uma passeata contra o Projeto de Emenda Constitucional 37 reuniu cerca de 30 mil pessoas no sábado, 22. Na mesma tarde, em Belo Horizonte, perto de 70 mil pessoas protestaram contra os gastos para a Copa diante do jogo entre Japão e México. Ainda sob o impulso da força liberada na segunda fase, mas já separadas por inclinações diferentes, as manifestações começam a se dividir, como um rio que se abrisse em múltiplos braços no descenso da montanha. (SINGER, 2013).

No locus principal desta pesquisa, a capital paulistana, sem sombra de dúvida o fato mais relevante para o arrefecimento do movimento foi justamente a vitória obtida pelo MPL com a redução do valor da tarifa do transporte coletivo, que era a sua principal reivindicação.

No gráfico abaixo podemos observar a evolução das manifestações em número de participantes na cidade de São Paulo:

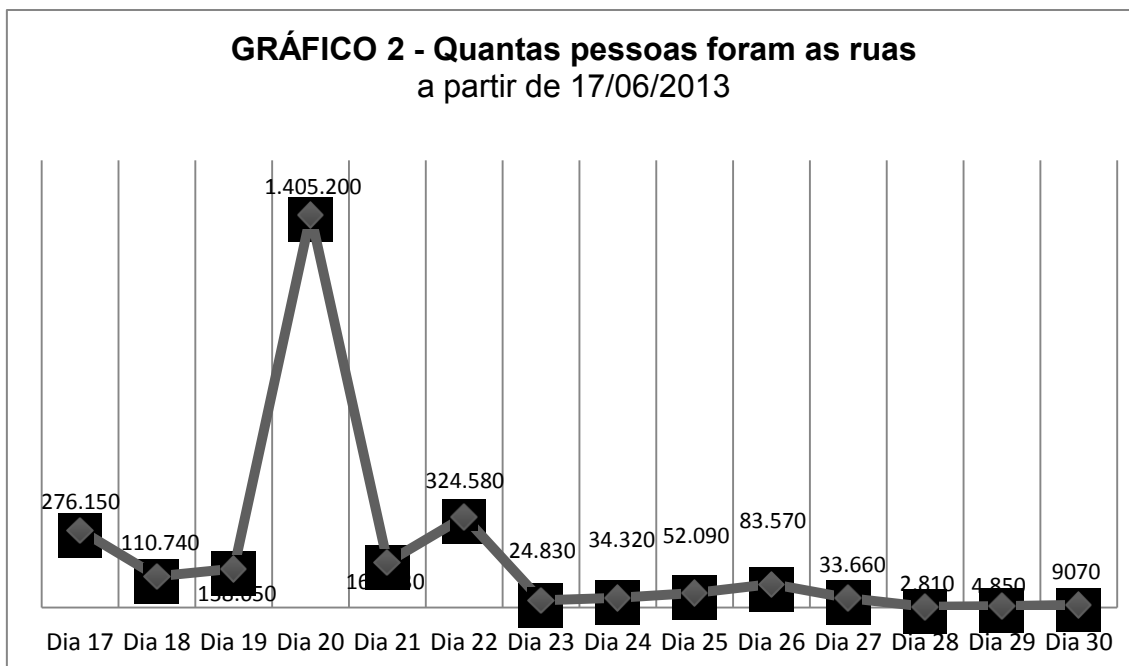
GRÁFICO 1



Fonte: Lincoln Secco

Verifica-se pelo gráfico que em São Paulo, diferentemente de outras cidades brasileiras, foi no dia 17 e não no dia 20 de junho, que ocorreu o pico de participação nos protestos, sendo que, a redução da tarifa dos ônibus coletivos aconteceu no dia 19 de junho e no dia 21 de junho o MPL deixou de convocar os atos que até então organizava.

Já o quadro de participantes dos protestos em todo o território brasileiro constante do infográfico apresentado pelo Portal G1 observa-se um cenário um pouco distinto daquele da cidade de São Paulo, sendo que contabiliza o ato paulistano do dia 17 de junho com números diferentes daquele gráfico anterior:

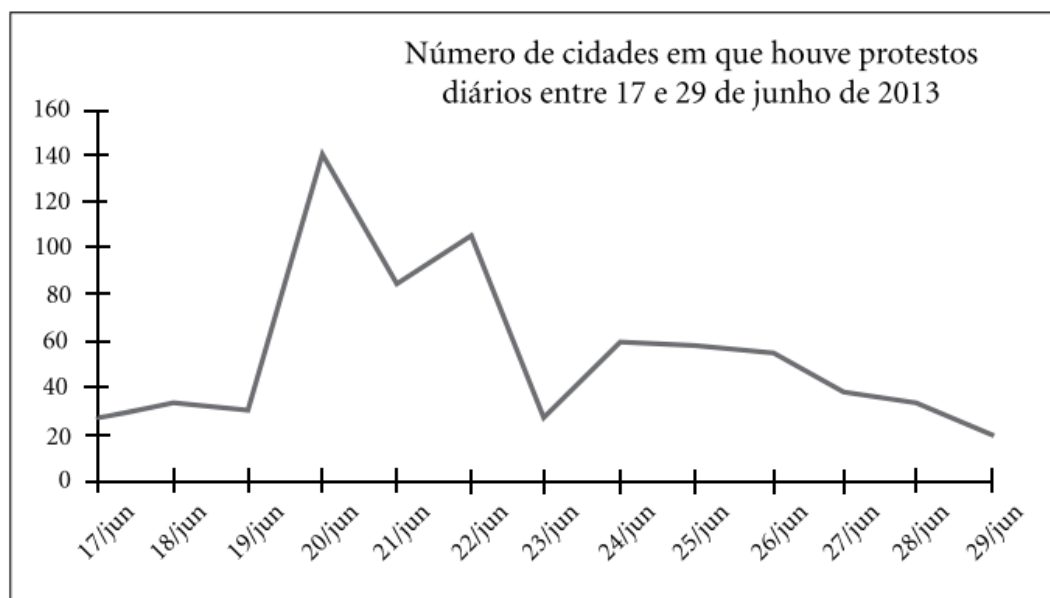


Fonte: Portal G1

De qualquer forma, o arrefecimento dos protestos ocorre a partir do dia 22 de junho, sendo que os maiores atos vão acontecer então nas capitais que sediam os jogos da seleção brasileira na Copa das Confederações, como Belo Horizonte, Brasília e Fortaleza.

Segundo Lincoln Secco “a abrangência geográfica dos protestos cresceu e se manteve em patamar elevado mesmo depois de uma queda mais abrupta do número de manifestantes” (MARICATO et al., 2013, p. 70), como vemos neste gráfico:

GRÁFICO 3



Fonte: Lincon Seco

Pode-se afirmar que a diminuição do número de participantes e o espalhamento geográfico dos protestos, que ocorreu principalmente a partir de 20 de junho, tem vinculação direta com a fragmentação das reivindicações que foram inclusive fomentadas pelas campanhas mediáticas da chama grande imprensa. Muitas das cidades que realizaram protestos de rua a partir do dia 17 de junho inclusive, como é o caso de Ponta Grossa (PR), entre outras, não tinham na pauta de reivindicações dos manifestantes a questão do valor da tarifa do transporte coletivo. Neste caso prevaleceu a pulverização das demandas e o espírito catártico dos eventos que serviu de desaguadouro de uma indignação generalizada e latente, principalmente de setores da classe média tradicional.

O ocaso dos acontecimentos de Junho de 2013 aconteceu de forma serena e aparentemente tudo retomou o seu lugar. Será?

2.8 "Datenas" e "jabores"

Não será objeto desta pesquisa a análise aprofundada da manipulação midiática de Junho de 2013, mas para uma melhor contextualização dos fatos ocorridos não se pode prescindir de considerar a postura da chamada grande imprensa uma vez que ela quase sempre replica de forma imediata a percepção ideológica dominante dos acontecimentos.

Como já referido acima a grande imprensa prontamente buscou deslegitimar os protestos ocorridos a partir de 6 de junho e igualmente desqualificou os manifestantes acusando de vandalismo desde o primeiro momento.

Exemplo disto foi a clara manipulação empreendida pelo jornal “Folha de São Paulo”, que na citada edição de 13 de junho, onde em seu editorial incita explicitamente a reação violenta do aparelho repressivo estatal monta sua capa para evidenciar ainda mais a desqualificação dos ativistas de Junho de 2013. A sua manchete é “Governo de SP diz que será mais duro contra vandalismo” e uma grande foto de um policial militar de arma em punho aparece aparentemente acuado diante da violenta ação dos manifestantes.

Já no dia seguinte, na edição de 14 de junho, após o comando da Polícia Militar cumprir a promessa de reprimir de forma rigorosa e violenta os protestos do ato do dia anterior a “narrativa” é completamente alterada. Na capa do jornal aparece estampada a manchete “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos”. A foto que apresentada com destaque é de um policial militar agredindo frequentadores de um bar na Avenida Paulista que não estavam sequer participando do ato. Logo abaixo aparece a foto da repórter Giuliana Vallone que foi atingida no olho por uma bala de borracha e que foi viralizada na Internet como uma das imagens mais emblemáticas da violência policial contra os manifestantes. “A cobertura do jornal (...) não era mesma. Até mesmo o episódio do agredido na noite de terça-feira [que aparece na capa anterior] é resgatado: a conduta do policial tida como exemplar (...), passa a ser questionada a partir do depoimento de um fotógrafo independente” (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 106).

ILUSTRAÇÃO 3 - Capas da Folha de S.Paulo (13 e 16/06/2013)



Fonte: Folha de São Paulo

A matéria acerca do ataque a jornalistas publicado pela “Folha de São Paulo” em claro tom de desaprovação a truculência policial também tem grande repercussão:

Jornalistas são feridos por disparos de policiais militares
Sete repórteres da Folha foram feridos, dois deles por balas de borracha; 'o policial mirou em mim e atirou', afirma fotógrafo

DE SÃO PAULO

A repressão aos protestos contra o aumento da tarifa do transporte também atingiu jornalistas, entre eles sete repórteres da Folha.

Os casos mais graves foram os dos repórteres Giuliana Vallone e Fábio Braga, atingidos no rosto por disparos de bala de borracha da PM.

Giuliana foi ferida na região do olho direito e precisou ser socorrida. Por volta das 20h, ela registrava o protesto na rua Augusta quando foi alvejada. A cabeleireira Valdenice de Brito, 40, testemunhou o disparo.

"Quando ela me disse para sair dali por causa do tumulto, um policial mirou e atirou covardemente nela", afirma.

Giuliana foi levada para o hospital Sírio-Libanês. Até a conclusão desta edição, a jornalista continuava sendo atendida. Ela havia tomado 15 pontos no rosto.

O repórter-fotográfico Fábio Braga foi atingido por dois disparos de bala de borracha, na virilha e no rosto.

Braga registrava o protesto na esquina da rua Maria Antônia com a Consolação. "Eles nos encurralaram e abriram fogo aleatoriamente. Os manifestantes chegaram a ajoelhar e colocar as mãos para cima, mesmo assim a PM atirou."

Com o impacto, Braga caiu e foi socorrido por outros jornalistas. Logo em seguida, enquanto deixava o local, recebeu novo tiro de bala de borracha. "No segundo disparo, o policial mirou em mim e atirou", diz ele, que passa bem. (FOLHA DE SÃO PAULO, 14 Jun 2013)

Mas com certeza dois episódios televisivos são os exemplos mais clamorosos da manipulação pela mídia dos acontecimentos de Junho de 2013. O primeiro tem como protagonista o apresentador sensacionalista José Luiz Datena do programa televisivo Brasil Urgente, que foi narrado em um artigo de Silvia Viana que foi publicado no livro "Cidades Rebeldes" e que merece ser destacado:

[José Luiz Datena] esbravejava e gesticulava em pé, e tinha a seu lado um quadro, no qual eram transmitidas as imagens-objeto de seus comentários. (...) Seguíamos o script: "Baderna, me inclua fora dessa [...] protesto tem de ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública". (...) Daí o conselho tático do apresentador, que exclui do possível qualquer estratégia: "Isso joga esses caras contra a população, porque tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento". Para reafirmar o que todos temem, e devem continuar temendo, o programa elaborou a nova enquete de sempre: "Então eu vou fazer uma pergunta em cima disso aqui. Deixa eu ver a pergunta que fizeram aí: 'você é a favor desse tipo de protesto?'". Alguma coisa saiu do lugar quando os números apareceram de cabeça para baixo: "Até agora... a maioria... eu não sei se os caras entenderam bem... mas a maioria tá achando que esse protesto de quebrar tudo é legal...". O riso irônico que então despontava foi prontamente recolhido: "Quer dizer... a opinião do povo prevalece, eu não quero aqui... eu dou minha opinião, eu não sou a favor de quebra-quebra, protesto, porque eu acho que é vandalismo, acho que é vandalismo". Seguiu-se a necessidade de retomar o que fora perdido mediante a autoridade de quem porta o microfone: "Esse tipo de protesto com baderna, eu sou contra, eu votaria no não, eu votaria no não!". Contudo, "a voz do povo é a voz de Deus", e esse seguia sua recusa. Contra o sobrenatural, cabia ainda um último recurso: a correção científica. Para que hipótese e resultado permanecessem o mesmo, a pesquisa carecia de precisão conceitual: "Será que nós formulamos mal a pergunta? 'Você é a favor de protesto com baderna?' Eu acho que essa seria a pergunta. [...] Faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor, [...] porque aí fica claro, que senão o cara não entende". E então, o "povão" ou, mais precisamente, aquela audiência específica, habituada a temer fantasmas de Vândalos e Bandidos, se mostrou teimosa na resposta que, a essa altura, só poderia ser lida como uma reação irracional: "Já deu pra sentir: o povo tá tão pê da vida [...] que apoia qualquer tipo de protesto [...]. Fiz duas pesquisas, achei até que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo entendida. A palavra 'protesto' poderia englobar um protesto com baderna ou sem baderna, mas as duas pesquisas deram praticamente a mesma proporção, o mesmo resultado. As pessoas estão apoiando o protesto

porque não querem o aumento de passagem. Então pode tirar daqui”. (MARICATO et al., 2013, p. 54).

O outro episódio envolveu o comentarista político Arnaldo Jabor da Rede Globo, que conforme citação anterior, comparou a ação do MPL com a de facções criminosas no que ele qualificou como “ódio a cidade”. No entanto, em entrevista à Rádio CBN filiada à Globo na manhã de 17 de Junho, ele apresenta uma autocrítica e se declara a favor do Movimento do Passe Livre:

Amigos ouvintes, outro dia eu errei. Sim. Errei na avaliação no primeiro dia das manifestações contra o aumento das passagens em São Paulo. Falei na TV sobre o que me parecia um bando de irresponsáveis fazendo provocações por causa de 0,20 centavos. Era muito mais que isso. Pois eu fiz um erro de avaliação. E esta é minha autocrítica. (...) Hoje eu acho que o Movimento Passe Livre expandiu-se como uma força política original. Até mais rica que os caras-pintadas justamente não tem um rumo e objetivo certo a priori. (JUDENSNAIDER et al., 2013, p. 106)

Esta guinada de posição da grande mídia foi objeto de muitas análises e pesquisas e foi determinante para o desenrolar do processo que culminou com a vitória do movimento que conseguiu prevalecer a sua reivindicação. Por esta razão abre-se este parêntese para contextualizar este aspecto que com certeza foi relevante nas consequências advindas de Junho de 2013 mas que não integram o objeto central desta pesquisa.

2.9 Por que a juventude?

Apesar da mídia tradicional, a partir de 14 de Junho, tentar desconstruir o protagonismo da juventude em Junho de 2013, este resulta insofismável. A campanha que se desenvolveu é no sentido de destacar o caráter “sério” das manifestações e a multiplicidade das reivindicações: muito além dos vinte centavos! Mas a presença juvenil ainda é marcante.

Lucien Goldmann em um debate sobre o “Maio de 1968” levantou a questão acerca do protagonismo estudantil daquele histórico movimento (LEFEBVRE et al., 1968, p.5). A pergunta era “por que os estudantes?”, agora pode ser atualizado para “por que a juventude?”

O debate mais aprofundado do significado deste protagonismo juvenil será realizado a seguir, mas é inevitável para uma contextualização correta do movimento destacar o papel dos jovens nos protestos.

Uma visita rápida nos sites de pesquisa das imagens pela rede mundial de computadores é suficiente para constatar que a maioria dos participantes dos protestos são jovens. O semblante dos manifestantes evidencia a sua faixa etária. A rebeldia e irreverência presente nos atos também são atributos juvenis, sendo que Rudá Ricci menciona “a carnavalização política das ruas” (RICCI & ARLEY, 2014, p. 33). A imagem abaixo é apenas uma, escolhida entre muitas outras que demonstram a participação massiva da juventude em Junho de 2013. Para comprovar tal constatação nada mais adequada que a frieza dos dados estatísticos, que são alheios a sensibilidade dos fotógrafos que registraram as Junho de 2013.

ILUSTRAÇÃO 4 - Manifestantes de Junho de 2013Fonte: Internet

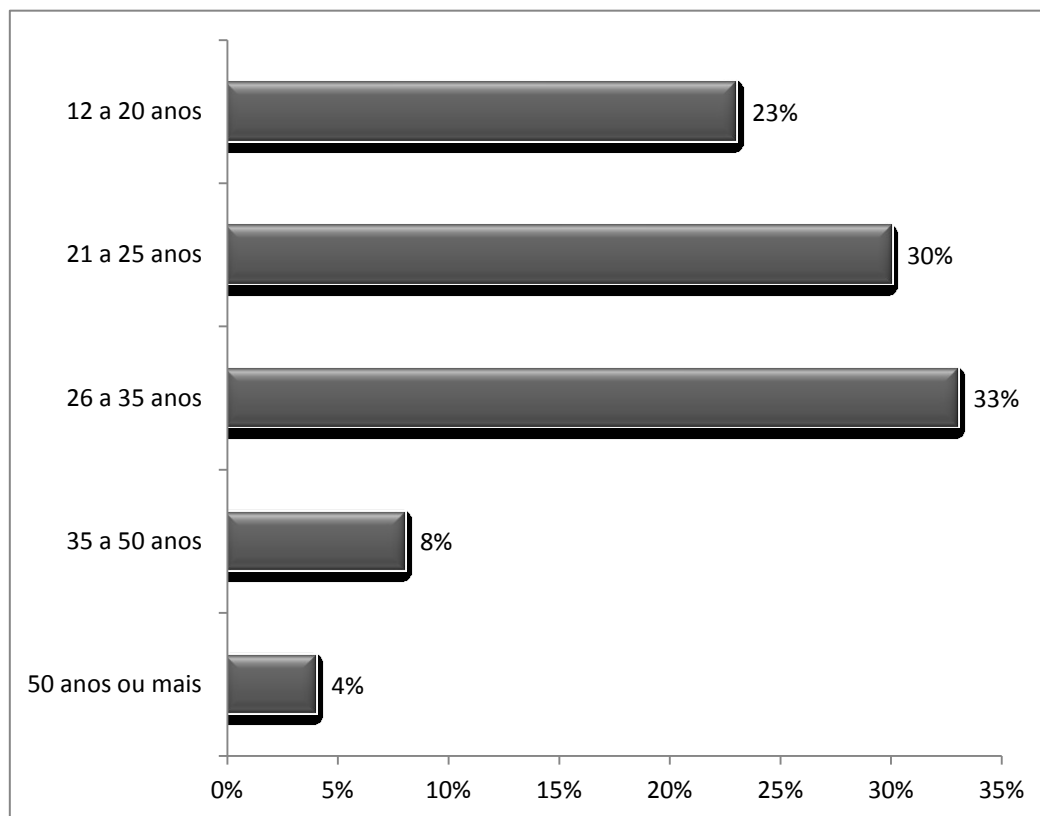


Fonte: autoria desconhecida

Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha no dia 17/06/2013, junto aos manifestantes que se concentraram no Largo da

Batata, no Bairro de Pinheiros, em São Paulo, o resultado por faixa etária foi o seguinte:

GRÁFICO 4 - Idade dos manifestantes em São Paulo



Fonte: Datafolha

Os dados acima permitem apontar que 54% dos manifestantes tinham entre 12 a 25 anos. É inegável, portanto, do ponto de vista quantitativo que a maioria dos manifestantes paulistanos das Junho de 2013 era constituída por jovens. Este quadro pode ser explicado pelo papel protagonista que o MPL (Movimento Passe Livre) nos protestos na capital paulista, onde emerge as Junho de 2013 para ganhar as ruas de aproximadamente quatrocentas cidades brasileiras. Também é expressiva a participação de jovens adultos, entre 28 a 35 anos, sendo que apenas 12 por cento de todos os manifestantes tinha mais de 36 anos.

Interessante que este quadro é bastante homogêneo se comparado as manifestações ocorridas em outros locais, conforme quadro elaborado por André Singer:

TABELA 4 - Idade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais Jovens	53% (12 a 25)	51% (12 a 25)	41% (15 a 24)	43% (14 a 24)	55% (até 25)
Idade intermediária	35% (26 a 35)	31% (26 a 35)	39% (25 a 34)	38% (25 a 39)	29% (26 a 39)
Mais Velhos	12% (acima de 36)	19% (acima de 36)	20% (acima de 35)	19% (acima de 40)	17% (acima de 40)

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para Oito Capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

A chamada grande imprensa, principalmente na primeira semana dos protestos, tentou deslegitimar o protagonismo da juventude em Junho de 2013. A campanha que se desenvolveu foi no sentido de destacar o caráter pouco “sério” das manifestações liberadas por “jovens” baderneiros e inconsequentes.

Esta predominância juvenil é atenuada a partir de 14 de Junho, como atesta André Singer, no artigo em que divide as Junho de 2013 em três etapas distintas.

Deve-se observar, contudo, que não foi pequena a presença de não jovens, ao menos na segunda fase, à medida que as passeatas ganhavam amplitude. Comparando os números encontrados pelo Datafolha em São Paulo, vemos que de 17 para 20 de junho aumenta a proporção de mais velhos. Mas não estamos em face de um crescimento linear, pois a posterior demonstração de Belo Horizonte teve caráter particularmente jovem. (SINGER, 2013)

No entanto, a participação de novos atores nos protestos a partir de 20 de Junho não descaracteriza o caráter juvenil dos protestos. A partir de 22 de Julho o epicentro das manifestações se desloca para outras grandes metrópoles sedes dos jogos da Copa das Confederações (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Fortaleza), onde a participação da juventude nos atos continua sendo majoritária.

A porção jovem da população brasileira, com idade entre 14 e 25 anos, teve um papel decisivo em Junho de 2013, exercido a partir de uma práxis política autônoma e horizontal, sem a constituição de uma vanguarda ou de lideranças personificadas.

Este protagonismo esteve relacionado com a capacidade da juventude de catalisar o sentimento de indignação por parte de uma parcela considerável da população, que foi às ruas protestar, apresentando uma multiplicidade de reivindicações, mas que manteve centralidade a questão do transporte coletivo durante todo o processo.

Como afirma Giuseppe Cocco “a juventude não é uma questão de idade, mas de vida e liberdade!” enfatizando a potência dos jovens “porque já tem a vivência da exploração e da injustiça sobre eles, suas famílias e seus amigos” (CAVA & COCCO, 2014, fls. 32).

No mesmo sentido escreve Léo Lince, sobre este protagonismo juvenil em Junho de 2013:

Como no caso de maio de 1968, a espoleta sismográfica que desencadeou no Brasil o pandemônio de junho foi, também, a juventude. Na composição etária das primeiras manifestações; no cerne do tsunami que trouxe para as ruas o sanatório do mal-estar geral; na guerrilha diária que se seguiu ao refluxo da grande onda; nos coletivos articulados (Passe Livre, Mídia Ninja, Black Bloc) que se tornaram conhecidos do grande público, sem qualquer sobra de dúvida, foi através da feição juvenil que o Brasil real mostrou a cara do seu descontentamento profundo. (ALENCAR, 2017, fls. 43).

Esta vivência e expertise juvenil de se indignar com o estado de contas é um elemento crucial para entender Junho de 2013 em toda a sua extensão.

2.10 Movimento Passe Livre

Em artigo coletivamente construído o Movimento Passe Livre evoca as revoltas populares em torno da questão do transporte coletivo urbano, “como um fantasma que ronda as cidades deixando marcas vivas no espaço e na

memória, as revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras” (MARICATO et al., 2013, p. 13). É assim, como legatários de uma luta contra a exclusão urbana que o MPL se apresenta. E enfatizam, que “no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa experiência concreta da luta contra exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre” (MARICATO et al., 2013, p. 14).

ILUSTRAÇÃO 5 - Manifestação do MPL



Fonte: MPL

As origens do MPL estão no movimento estudantil de Florianópolis (LIBERATO, 2006, p. 219). Teve seu início em 2000, por iniciativa de um pequeno grupo de militantes integrantes Juventude Revolução (JR) organização estudantil ligada a tendência trotskista O Trabalho, do Partido dos Trabalhadores. O termo “passe livre” estava associado com a reivindicação de isenção do pagamento da tarifa de ônibus urbano municipal para os estudantes. Em 2003 ocorre em Salvador a chamada “Revolta do Buzu”, que

inspirará mais tarde a “Revolta da Catraca” que em 2004 consegue barrar o aumento da tarifa em Florianópolis e aprova a lei do passe livre estudantil.

Em 2005 o MPL ganha amplitude nacional em uma plenária realizada no V Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Neste evento o MPL aprova seus princípios organizativos:

3.1. Autonomia e independência

Acreditamos que as pessoas diretamente envolvidas na luta são responsáveis pelas escolhas e criação das regras do movimento, sem depender de organizações externas como partidos e/ou entidades estudantis e financiamentos que exijam contrapartidas.

3.2. Apartidarismo mas não anti-partidarismo

Acreditamos em uma nova forma de se fazer política e não nos organizamos para eleições. Pressionamos o governo por políticas públicas, mas defendemos na nossa prática cotidiana que existe política além do voto. No entanto, é preciso deixar claro que ser “apartidário” não significa ser “antipartidário”. Assim como os apartidários, militantes de partidos políticos são totalmente bem vindos para colaborar na luta por passe livre.

3.3. Horizontalidade

Não existe hierarquia neste movimento. Não existe uma direção centralizada onde poucos decidem por muitos. Todos têm igual poder de participação. (MPL, 2015).

O MPL está organizado nas seguintes cidades e regiões: ABC (SP), Distrito Federal (DF), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Grande Vitória (ES), Guarulhos (SP), Joinville (SC), Natal (RN), Niterói (RJ), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São José dos Campos (SP), São Luís (MA), Goiânia (GO), além de São Paulo (SP). Atualmente a principal campanha do MPL é a Tarifa Zero, que reivindica a gratuidade para todos os usuários do transporte coletivo.

É incontestável que o MPL de São Paulo teve um papel central no desencadeamento dos protestos que iriam ganhar todo o território nacional em Junho de 2013. É importante frisar que este protagonismo inicial foi fundamental para que o movimento tomasse a dimensão que teve, pois o MPL conseguiu através de sua luta, a partir de uma pauta muito específica vinculada a questão da mobilidade urbana, catalisar o sentimento de indignação represado em uma grande parcela da população brasileira.

2.11 Precários rebeldes

Para muitos autores Junho de 2012 representou um protesto da classe média brasileira. De fato se formos utilizar os indicadores de renda como base para uma análise dos estratos sociais que participaram das manifestações podemos constatar que de fato, além de jovens estes estão nas camadas intermediárias da população neste quesito, conforme quadro elaborado por André Singer (SINGER, 2013):

TABELA 5 - Renda Familiar mensal dos manifestantes

Faixas	Rio de Janeiro 20/06	Oito Capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	34% (até 1 SM)	15% (até 2 SM)	20% (até 2 SM)
Intermediária 1	54% (de 2 a 5 SM)	30% (de 2 a 5 SM)	36% (de 2 a 5 SM)
Intermediária 2	1% (de 6 a 10 SM)	26% (de 5 a 10 SM)	24% (de 5 a 10SM)
Alta	10% (mais de 11 SM)	23% (mais de 10 SM)	21% (mais de 10SM)

Fonte: Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare. *6% não responderam.

Em São Paulo o Instituto Data Folha também fez uma pesquisa sobre o perfil dos manifestantes, sendo que no entanto, não foi questionada a faixa de renda. No entanto, foi perguntada aos entrevistados a ocupação principal sendo que as respostas foram as seguintes: assalariado registrado 39%; assalariado sem registro 3%; funcionário público 4%; autônomo regular 7%; profissional liberal (autônomo universitário) 3%; empresário 5%, freelance/bico 6%; estagiário/aprendiz (remunerado) 6%; desempregado 3%; estudante 22% (Fonte: Datafolha).

No entanto, para complementar a análise desta estratificação social, além dos critérios de renda e ocupação é necessário acoplar ao perfil dos manifestantes o seu grau de escolaridade. Novamente destaca-se o quadro comparativo apresentado por André Singer onde constatamos:

TABELA 6 - Escolaridade dos Manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito Capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais Baixa	1% (Fund.)	2% (Fund.)	14% (Fund.)	8% (Médio Incomp.)	4% (Fund.)
Intermediária	22% (Médio)	20% (Médio)	52% (Médio comp./Sup.Inc.)	49% (Médio comp./Sup.Inc.)	31% (Médio)
Alta	77% (Sup.)	78% (Sup.)	34% (Sup.Comp.)	43% (Sup.Comp.)	66% (Sup.)

Fonte: Para São Paulo, Datafolha. Para o Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo horizonte, Innovare.

Confluindo comparativamente os indicadores de renda, grau de escolaridade e faixa etária teríamos um cenário onde desponta a participação majoritária da juventude de classe média em Junho de 2013. Neste sentido destaca-se a análise de André Singer:

Nas oito capitais pesquisadas, nada menos que 43% dos manifestantes tinham diploma universitário, quando, em 2010, apenas 8% da população brasileira possuía o canudo. Mesmo em São Paulo, onde a formação universitária é mais comum, os diplomados não superavam 18% da população com 15 anos ou mais em 2010. Tal informação torna plausível uma influência relevante da classe média tradicional nas manifestações, como propuseram alguns analistas, uma vez que, apesar das importantes transformações recentes, em que um contingente de jovens de baixa renda ingressou no ensino superior, é provável que, na maioria dos casos, a posse do diploma seja elemento distintivo de pertença à camada que já se estabeleceu há pelo menos uma geração. (SINGER, 2013).

Excetuando o perfil dos manifestantes do Rio de Janeiro, onde 34% destes tinham renda familiar mais alta e 14% tinha escolaridade baixa, podemos afirmar que a participação de setores mais populares da população nos protestos ocorridos nas demais cidades foi inexpressível, fato que reforça a tese da hegemonia da classe média.

No entanto, se observa por outro lado, que no que se refere a renda, verificamos que o percentual de manifestantes com renda de até cinco salários mínimos é relevante (88% no Rio de Janeiro, 56% em Belo Horizonte e 45% nas demais capitais pesquisadas). Em São Paulo o número de assalariados 42% e de outros que trabalham em condições de subordinação (freelances 6% e estagiários/aprendizes 6%) entre os manifestantes também é expressivo.

Daí pode-se afirmar que estamos diante de um descompasso entre o alto grau de escolaridade (por exemplo São Paulo, com 78% dos manifestantes com ensino superior) e uma renda salarial familiar mensal que não é compatível com as profissões típicas da classe média tradicional. Esta contradição revela uma das características da constituição de uma nova classe social: o precariado, ou como melhor conceitua Elísio Estanque entre outros autores, uma “classe-em-construção” (ESTANQUE, 2014).

Elísio Estanque destaca que existem três tipos de precariado. O primeiro “é constituído por aqueles que acabam por se ver afastados das velhas comunidades e famílias da classe trabalhadora” geralmente sem instrução e afeitos a um discurso populista de extrema-direita. O segundo tipo é composto de migrantes e de minorias, que, “por não terem presente nem um sítio a que chamem seu, vivem imbuídos de um forte sentimento de privação relativa”. E o terceiro é formado pelos “instruídos, que, por força do trabalho inconstante e da falta de oportunidade para impor uma narrativa às suas vidas, experimentam um sentimento de privação relativa e de frustração quanto ao respetivo *status*, uma vez que lhes falta um sentido de futuro” (ESTANQUE, 2014), sendo que nesta tipologia pode-se afirmar que a maioria dos manifestantes de Junho de 2014 estaria incluída no terceiro tipo que é considerado com potencialidades transformadoras, podendo ser chamados de precariado progressista.

Alguns autores, como Giovanni Alves sustentam que Junho de 2013 trata-se da “revolta do precariado no Brasil”. Neste contexto o precariado constitui-se numa “camada social da classe do proletariado constituída por jovens altamente escolarizados desempregados ou inseridos em relações de trabalho e vida precárias” (ALVES, 2013)

Assim, pode-se afirmar que o conceito de precariado se distingue das classes médias e operárias tradicionais. O precariado mantém a perspectiva de ascensão social própria das classes médias, mas no que concerne as condições econômicas objetivas se aproxima mais da situação vivida pelo proletariado.

Por esta razão Giovanni Alves define o precariado como “uma contradição viva” que assim expressa:

É importante salientar que o precariado como camada social do proletariado é, *em si e para si*, profundamente contraditório, tendo em vista que ele incorpora as contradições candentes da ordem do capital em sua etapa de crise estrutural. Na medida em que o precariado é constituído por jovens altamente escolarizados, ele tende, por um lado, a incorporar a contradição radical entre, por um lado, os sonhos de consumo e anseios de ascensão social, e por outro, os carecimentos radicais inscritos na busca por uma vida plena de sentido – carecimentos radicais incapazes de serem realizados no seio da ordem burguesa. Enfim, no seio do precariado reside a contradição radical da forma-mercadoria entre *valor de troca* e *valor de uso*.

No capítulo final desta tese será novamente abordada a questão da composição do papel das classes sociais no movimento de Junho de 2013. Por hora, dentro da busca de uma contextualização inicial do fenômeno social pesquisado ressalta-se a caracterização dos seus protagonistas.

2.12 Revolta global

Outra contextualização necessária é situar Junho de 2013 no âmbito da série de manifestações que ocorreram a partir do início da segunda década do século XXI em diversos lugares do globo terrestre.

Muitos escritos foram lavrados esboçando um quadro comparativo de Junho de 2013 com os diversos movimentos que pipocaram em diferentes países e que marcaram um novo ciclo de lutas antissistêmicas com características específicas comuns a todas elas, mesmo com ressaltadas especificidades. Dentre estas obras se destacam o livro de Manuel Castells

“Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet” e “Nas ruas: a outra política que emergiu em Junho de 2013” de Rudá Ricci e Patrick Arley, que embasaram a maior parte deste subcapítulo.

Na análise de Ruda Ricci e Patrick Arley, introduz o capítulo nominado sugestivamente por “As ruas, pelo mundo, inauguram o século XXI”, assim:

As mobilização sociais que tiveram início em junho de 2010 no Egito, em toda a Primavera Árabe, dos indignados da Espanha e Occupy no EUA (em 2011), ou mesmo as que desencadearam o maior impacto na institucionalidade pública vigente, a da Islândia, em 2008, tiveram pontos em comum, em meio a tantas peculiaridades. (RICCI & ARLEY, 2014, p. 81)

Pode-se considerar como algumas destas características comuns: 1) estruturação dos movimentos em redes sociais da Internet; 2) protagonismo da juventude; 3) sentimento de indignação como fator subjetivo determinante; 4) resistência à repressão policial como motivadora da adesão popular aos protestos; 5) ocupação dos espaços públicos (praças e ruas) como principal estratégia de mobilização; 6) fragmentação e multiplicidade das reivindicações dos movimentos; e 7) adoção de estruturas organizativas autônomas e horizontalizadas.

No prefácio de sua obra Manuel Castells escreve que os movimentos começaram “nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle dos governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de poder”, para completar a seguir que “os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, e viral, de imagens e ideias” (CASTELLS, 2013, p. 8). O papel central das redes sociais é o enfoque principal do autor, sendo irrefutável que atualmente o chamado ciberespaço cada vez mais torna-se o centro de discussão e organização de uma nova forma de se construir politicamente estes movimentos.

Em relação ao protagonismo juvenil, dentre os pontos acima referidos comuns a todos os movimentos emergidos no início da segunda década deste século, o exemplo mais emblemático foi sem dúvida o desdobramento das

revoltas dos indignados espanhóis em Portugal, que ficou conhecido como “geração a rasca”, destacando justamente o conflito geracional que envolve o precariado português constituído, como em grande parte da Europa, de jovens altamente escolarizados. O movimento foi inspirado em uma canção do grupo musical Deolinda, intitulado “Parva que eu sou” que retrata a situação da juventude portuguesa:

Sou da geração sem remuneração
E nem me incomoda esta condição.
Que parva que eu sou!

Porque isto está mal e vai continuar,
Já é uma sorte eu poder estagiar.
Que parva que eu sou!
E fico a pensar,
Que mundo tão parvo
Que para ser escravo é preciso estudar.

Sou da geração 'casinha dos pais',
Se já tenho tudo, para quê querer mais?
Que parva que eu sou!

Filhos, marido, estou sempre a adiar
E ainda me falta o carro pagar,
Que parva que eu sou!
E fico a pensar
Que mundo tão parvo
Onde para ser escravo é preciso estudar.

Sou da geração 'vou queixar-me para quê?'
Há alguém bem pior do que eu na TV.
Que parva que eu sou!
Sou da geração 'eu já não posso mais!'

Que esta situação dura há tempo demais
E parva não sou!
E fico a pensar,
Que mundo tão parvo
Onde para ser escravo é preciso estudar.

A violência das forças de repressão, em grau de intensidade variado, foi a tônica dos protestos globalizados, o que correspondeu ao aumento da solidariedade popular aos eventos. Infelizmente, no Brasil em Junho de 2013 e nos meses seguintes, foram registradas vítimas fatais em decorrência direta ou indireta da repressão policial aos manifestantes: em 17 de junho, em Ribeirão Preto o estudante Marcos Delefrate, 18, foi atropelado quando participava dos protestos; no dia 20 de junho, a gari Cleonice Vieira de Moraes, de 51 anos, estava trabalhando próximo do locais das manifestações, quando foi atingida por uma bomba de efeito moral, vindo a falecer vítima de um infarto fulminante

causado pela tensão; no mesmo dia, o ator Fernando da Silva Cândido participou de uma manifestação no Rio de Janeiro, morreu vítima de infecção pulmonar grave após inalar gás das bombas de efeito moral; no dia 22 de junho, em Belo Horizonte, Douglas Henrique de Oliveira Souza caiu de um viaduto, ficando internado por cinco dias antes de falecer; na mesma data Luiz Felipe Aniceto de Almeida, 22 anos, também caiu do mesmo viaduto e morreu no dia 12 de julho (MASCARANHAS, 24 fev 2014).

Manuel Castells constrói um raciocínio onde situa e conecta o sentimento de indignação com o conceito de horizontalidade e de autonomia que vão marcar todos os movimentos a partir de 2011:

A passagem da indignação à esperança realiza-se por deliberação no espaço da autonomia. As tomadas de decisão em geral ocorrem em assembleias e em comitês por elas designados. Na verdade, trata-se de movimentos sem liderança, não pela falta de líderes em potencial, mas pela profunda e espontânea desconfiança da maioria dos participantes do movimento em relação a qualquer forma de delegação de poder. Esta característica essencial dos movimentos observados resulta diretamente de uma de suas causas: a rejeição dos representantes políticos pelos representados, depois que se sentiram traídos e manipulados em sua experiência com a política instituída. (CASTELLS, 2013, p. 162).

Também a própria pluralidade de reivindicações que surgem destes processos decorre da concepção organizativa horizontal pois decorrem do caráter catártico dos movimentos, onde as múltiplas demandas dos diversos atores envolvidos são incorporadas ao rol de reivindicações (quando formalizadas!) dos movimentos.

Apesar da relevância das redes sociais na articulação e organização dos movimentos a sua materialização se deu através da tomada das ruas e outros espaços públicos pelos manifestantes.

Em maio de 2013, iniciou-se quase que concomitantemente com Junho de 2013 os protestos na Turquia, que começou como um protesto ambiental pacífico contra a demolição do Parque Taksim Gezi. Os protestos converteram-se em distúrbios quando um grupo de manifestantes que ocupava o parque foi atacado pela polícia. Desde então, o tema dos protestos ampliou-se para além da demolição do parque, tornando-se em

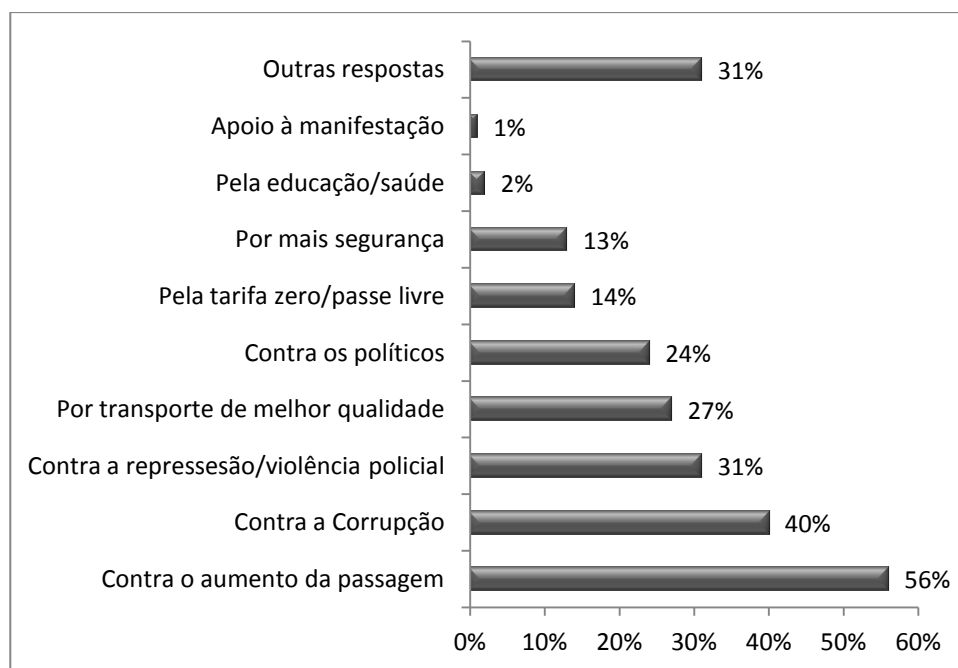
manifestações antigovernamentais mais amplas com cerca de 2,5 milhões de pessoas.

A similitude com Junho de 2013 e o movimento turco não se limitam apenas a coincidência do período em que se realizaram, mas também o fato de que o estopim de ambos foi uma questão relacionada com o cotidiano dos manifestantes nas maiores cidades dos respectivos países. A luta pelo direito à cidade foi o elemento inicial que motivou os protestos sendo que este elemento será problematizado no segundo capítulo da presente tese.

2.13 Afinal foi pelos vinte centavos

Qual os motivos que impulsionaram a multidão que foram as ruas em Junho de 2013? Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha no dia 17/06/2013, junto aos manifestantes que se concentraram no Largo da Batata, no Bairro de Pinheiros, em São Paulo, ao resultado, em resposta estimulada e múltipla, foi o seguinte:

GRÁFICO 5 - Por quais motivos você veio participar da manifestação? (SP)



Fonte: Datafolha

A predominância da questão do transporte coletivo urbano é clara, mesmo considerando a amplitude da participação popular, pois a manifestação pesquisada foi a do dia 17 de junho, ou seja, quando Junho de 2013 já teria atingido projeção nacional. Mas esta questão do transporte e da mobilidade urbana só é possível ser assimilada em um contexto mais amplo.

Como afirma Ermínia Maricato categoricamente “é impossível dissociar as principais razões objetivas e subjetivas” de Junho de 2013, “da condição das cidades” (MARICATO et al., 2013, p. 19). Mais do que explicar Junho de 2013 a partir da questão urbana, pode-se percorrer o sentido inverso, compreender a questão urbana neste novo século a partir das reflexões que resultam da análise deste fenômeno social.

O espaço urbano não pode ser compreendido mais como apenas o chão, o substrato físico onde se fixam os meios de produção, ou mesmo, o suporte ou “lugar” da reprodução social. A cidade hodierna é a síntese de profundas transformações do modo de produção capitalista, sendo que podemos falar tanto na “fabrilização das cidades” (FERRARI, 2012), como olhar a produção do espaço urbano “como um negócio” (CARLOS & CARRERAS, 2005). A cidade é ao mesmo tempo espaço e produto (mercadoria) do processo de produção capitalista. Mas uma das principais consequências desta mudança estrutural/sistêmica é a “introdução de profundas transformações na vida cotidiana como decorrência, de modificações na prática socioespaciais reveladas (...) através de uma nova relação espaço-tempo” (CARLOS & CARRERAS, 2005, p. 31).

E é aí, neste cotidiano vivido pela juventude e por toda a sociedade urbana, onde se plantou as sementes da indignação que explodiu em junho de 2013 em mais de 400 grandes e médias cidades brasileiras. Como ensinou Henri Lefebvre “a problemática do espaço, envolvendo as do urbano (a cidade, sua extensão) e do cotidiano (o consumo programado), desloca a problemática da industrialização” (LEFEBVRE, 2006). Portanto, se for possível falar de uma sociedade pós-industrial, seu “problema novo” não é mais o da produção das relações sociais, mas precisamente o de sua reprodução.

É justamente a questão da mobilidade urbana que mais impõe sacrifícios no cotidiano das pessoas, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras. A classe média das grandes cidades, enfiadas em seus automóveis nos horários de “rush”, torna-se prisioneira dos engarrafamentos diários. Mas são os pobres que sofrem mais com este problema, pois se espremiam em ônibus e trens superlotados, todos os dias, deixando, através das tarifas cobradas pelas catracas do transporte coletivo, mais de três salários mínimos por ano. E “para um terço da população” o tempo perdido no trânsito “é de mais de três horas, ou seja, uma parte da vida se passa nos transportes, seja ele um carro de luxo ou num ônibus ou trem superlotado” (MARICATO, 2013, p. 25). Uma parte dos jovens, filhos da classe média motorizada, se mistura com o povo de menor renda, para ir para as escolas e faculdades, vivenciando o lado mais duro deste cotidiano.

Esta dura realidade vivida por milhões de pessoas todos os dias é agravada pela ação do Estado, que impulsiona esta lógica que sufoca a sociedade. As políticas públicas implementadas por todas as esferas do Poder Público priorizam o transporte individual em detrimento do coletivo: desoneração fiscal para a produção de automóveis, construção de uma grande infraestrutura para circulação de veículos, incremento da segregação espacial da população de baixa renda para as mais longínquas periferias com o consequente aumento das despesas com o transporte. Aliado a isto tudo, para aquele que, em seu “dia de fúria” se rebela contra este estado de coisas, sobra a violência policial.

Como vimos anteriormente, depois do dia 14 de junho a mídia tradicional tentou de todas as formas, apagar do imaginário popular a centralidade da luta pela redução das tarifas do transporte público.

Esta estratégia que passava pela retórica da “politização” do movimento, na realidade, buscava escamotear a radicalidade da reivindicação inicial, pois os “vinte centavos” era a consigna que representava a bandeira com maior potencial para revelar as contradições do sistema.

A questão do transporte e da mobilidade urbana é uma questão da cidade capitalista “e não há solução para esta questão dentro da ordem capitalista” (STEFANIAK, 2014, p. 56). Portanto, a aparentemente simplória reivindicação de redução da tarifa revela a contradição insanável do sistema, uma vez que, a construção da cidade capitalista sempre teve inserida (atualmente de forma mais contundente) na lógica de produção e acumulação capitalista, sendo possível afirmar que “neste contexto as lutas pelas reivindicações populares mais elementares colocam em cheque a ordem estabelecida e de forma pedagógica vão desvelando a incapacidade do Estado capitalista em resolver satisfatoriamente estas demandas” (STEFANIAK, 2014, p. 246).

Para melhor entender a relação entre as demandas do transporte coletivo e o direito à cidade é indispensável rememorar a lição de Henri Lefebvre, de que o direito à cidade “se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na sociedade, ao habitat e ao habitar. O direito à “obra” (à atividade participante) e o direito à “apropriação” (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade”. (LEFEBVRE, 2001, p. 134)

Neste sentido, a proposta de passe livre ou tarifa zero encampada pelo MPL está associada ao direito de *apropriação* do transporte coletivo como um serviço público, que pela lógica da cidade capitalista é tratada como uma mercadoria e vinculada a produção e acumulação capitalista da empresa concessionária ou permissionária deste serviço público privatizado. O direito à “obra” no contexto de Junho de 2013 está vinculado ao direito de manifestação em si: da ocupação da rua como espaço público, uma forma efetiva de atividade participante, especialmente da juventude que não possui, fora da institucionalidade forjada pelo Estado capitalista, outro espaço de inserção.

No caso de Junho de 2013, como em outras manifestações ocorridas no início deste século, o direito à “obra” lefebvriano se constitui em uma nova práxis, onde são gestados novos mecanismos autônomos e horizontais de organização e participação política. É importante salientar que quando se fala em “protagonismo da juventude” em Junho de 2013, este se constrói através

de um ator coletivo. Como salienta Rudá Ricci a marca registrada do MPL e de outros ativismos presentes nos protestos foi a busca da “autonomia e horizontalidade como obsessão” (...) “que significa, para eles, independência ou, ainda, ausência de vanguarda” (RICCI & ARLEY, 2014, p. 36).

3 RUA

Ainda vão me matar numa rua.
Quando descobrirem,
principalmente,
que faço parte dessa gente
que pensa que a rua
é a parte principal da cidade.

Paulo Leminski

3.1 Por que na rua?

As ruas das cidades brasileiras foram o grande palco de Junho de 2013! mas não só isso...

Algumas grandes ruas e avenidas das metrópoles brasileiras se transformaram em símbolos dos protestos e replicaram nas imagens das gigantescas aglomerações de manifestantes nas redes sociais da Internet, bem como nas capas dos principais periódicos, bem como ganharam uma notoriedade ainda maior nos meios de comunicação televisa. As avenidas Paulista em São Paulo e Presidente Vargas no Rio de Janeiro tomadas pela multidão é o retrato mais representativo de Junho de 2013.

Na verdade as mobilizações de rua não foram inventadas em Junho de 2013. As manifestações de massa com magnitude semelhante a Junho de 2013 que ocorreram no Brasil, o movimento das Diretas Já! que iniciou-se em maio de 1983 e durou quase todo o ano de 1984 e o Movimento pelo Impeachment de Collor, conhecido como Movimento dos Caras Pintadas, também foram marcadas pela presença de centenas de milhares de pessoas nas ruas e praças das principais cidades brasileiras, em 1992.

No entanto, naqueles movimentos de massa ocorridos nos últimos vinte anos do século passado, as passeatas pelas ruas das cidades geralmente precediam um grande comício ou concentração que ocorria em uma praça, e que na realidade era considerado o principal ato do evento. A violência policial

que marcou em diferente graus de repressão os protestos de Junho de 2013 era exceção nestes atos massivos.

Em Junho de 2013 a confrontação a ordem estabelecida foi a grande marca do movimento. Tomar as ruas passou a ser uma estratégia e ao mesmo tempo a principal tática de mobilização dos movimentos, em especial o MPL, como foi salientado no capítulo anterior da tese.

ILUSTRAÇÃO 6 - Manifestação na Av. Paulista em São Paulo



Avenida Paulista, SP.

O Movimento Passe Livre, assina artigo onde explica a sua estratégia de “retomada do espaço urbano” bem como o seu método de organização dos atos pelos manifestantes:

A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. É assim, na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais –, que se dá a verdadeira gestão popular. Foi precisamente isso que aconteceu em São Paulo quando, em junho de 2013, o povo, tomando as ruas, trouxe para si a gestão da política tarifária do município e revogou o decreto do prefeito que aumentava a passagem em vinte centavos. (MARICATO et al., 2013, p. 14)

Vale destacar que esta tática de tomar as ruas, impedindo o fluxo de pessoas e veículos é articulada espacialmente em um tempo apropriado e que a potencializa: o “rush” ou “hora de pico” das grandes cidades. Como vai ser aprofundado a seguir neste capítulo a mobilidade urbana nas metrópoles e grandes cidades brasileiras representa um dos ingredientes mais explosivos na chamada questão urbana. O tempo diário que um trabalhador, morador no subúrbio ou nas cidades dormitórias das regiões metropolitanas, dispensa no itinerário moradia-trabalho-moradia chega a oito horas nos casos mais extremos. E esta situação não atinge apenas os moradores da periferia que se utilizam do transporte coletivo urbano, mas também os usuários de veículos individuais, especialmente os automóveis, que neste horário em especial se veem presos nos cada vez maiores engarrafamentos que não apenas afligem as capitais mas como as cidades médias brasileiras.

ILUSTRAÇÃO 7 - Manifestação na Av. Presidente Vargas/RJ



Avenida Presidente Vargas, RJ.

Esta centralidade do que o MPL denominou “retomada do espaço urbano” será analisada neste capítulo desta tese. Mas além da questão urbana que ocupa este papel central da análise de Junho de 2013, outro elemento de natureza política, ajuda a entender a indagação sobre o porquê da rua ter assumido este protagonismo nas lutas sociais desenvolvidas globalmente neste novo século. Esta questão é de natureza iminentemente política e diz respeito a grave crise que atravessa a política institucional, não só no Brasil como em outras partes do mundo, onde as manifestações de massa questionaram as práticas políticas, mesmo em países com tradição de democracia consolidada, como Estados Unidos, Espanha e Islândia.

O cientista político Marco Aurélio Nogueira em seu livro “As ruas e democracia” salientam que “as vozes das ruas” em Junho de 2013 refletiram o cansaço da sociedade brasileira em relação ao modo que se exerce a política no país. A análise realizada pelo autor afirma que a partir do processo de redemocratização brasileira, a reação da classe política em relação a crise vivida com a eleição de Collor de Mello pelo voto popular em 1989, representando naquele momento a “negação da política” e culminando com o

seu impedimento em 1992. Se seguiu então a reação das elites políticas que repercutiu no fortalecimento do sistema corporativo baseado no regime presidencialista sustentado por grandes coalizões parlamentares. Evidentemente que neste contexto foi inevitável uma crise política de grande magnitude que o autor explica desta forma:

A corrupção, as operações de compra-e-venda de apoios políticos, os desvios de verbas públicas, as condutas pessoais, incompatíveis com a esperada dignidade dos mandatos políticos cresceram de forma assustadora, desqualificando a democracia e agravando a crise de confiança política. (...) Passou a produzir inúmeros problemas e nenhuma solução, acorrentado a um tempo pretérito, ao passo que a sociedade avança pelas ondas líquidas e digitais da vida hipermoderna. (NOGUEIRA, 2013, fls. 33)

O historiador Felipe Demier em um artigo publicado no JunhoBlog, descreve este sentimento de desaprovação às práticas políticas institucionalizadas:

Estando os canais institucionais do regime praticamente fechados às demandas populares de cariz reformista, as mobilizações de rua se apresentaram, provavelmente, como a única opção para aqueles descontentes com a impossibilidade de usufruir, na prática, os direitos sociais fixados em lei. Assim, a repentina e surpreendente opção das massas por tomar as ruas pode ser compreendida mais como uma expressão da eliminação das mediações (representações) políticas reformistas no interior do próprio regime (e aqui a viragem do Partido dos Trabalhadores – PT – é o aspecto decisivo) do que como obra de uma suposta subjetividade política radical alcançada pelos setores populares. (...) Os protestos se iniciaram do modo como até então vinham se apresentando os reclamos populares ao longo dos aproximadamente vinte e cinco anos de refluxo do movimento de massas: atos realizados por setores de vanguarda, uma habitual repressão policial e o sórdido silêncio por parte da grande imprensa, uma das principais instituições auxiliares do regime democrático-blindado – convém apontar. (DEMIER, 2015)

Estes dois aspectos, a insatisfação com o sistema de representação política e a adoção de uma estratégia de mobilização que prioriza a tomada das ruas pelos manifestantes, estão imbricados em um sentimento marcante de indignação política latente e a explosão massiva das multidões que vivenciam as condições de precariedade econômica e social nas grandes cidades brasileiras.

3.2 Espaço de encontros e desencontros

Para o urbanismo a rua é “via”, urbana por excelência, contrapondo as estradas que ligam cidades e regiões entre áreas rurais. A rua é espaço, geralmente público, onde ocorre o tráfego de pessoas e mercadorias. É na rua que se “fixam os fluxos”, pois é nela que se instalam canos, cabos e fios que conduzem as redes de água, energia, telefonia, etc., que compõem os chamados extensores urbanos que ampliam às áreas urbanas das cidades. A rua é espaço de urbanidade, pois diferem das vias expressas destinadas a circulação de automóveis em detrimento dos pedestres. Os pedestres são a razão de ser da rua.

Conceituar a rua é uma tarefa aparente singela. Mas para entendê-la realmente e situá-la historicamente, necessária se faz a complexificação para enfatizar as contradições inerentes ao seu conceito.

Henri Lefebvre se utiliza da categoria “rua” para contextualizar as contradições ao que denomina de “fase crítica” do processo de transmutação qualitativa da sociedade industrial a uma nova, que ele denomina de “sociedade urbana”:

A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. Quando se suprimiu a rua (desde Le Corbusier, nos “novos conjuntos”), viu-se as consequências: a extinção da vida, a redução da “cidade” a dormitório, a aberrante funcionalização da existência. A rua contém as funções negligenciadas por Le Corbusier: a função informativa, a função simbólica, a função lúdica. Nela joga-se, nela aprende-se. (Lefebvre, 1999, p. 29)

Em seguida, Henri Lefebvre aponta as contradições inerentes a rua enquanto lugar de encontro das pessoas:

Lugar de encontro? Talvez, mas quais encontros? Superficiais. Na rua, caminha-se lado a lado, não se encontra. É o “se” que prevalece. A rua não permite a constituição de um grupo, de um “sujeito”, mas se povoa de um amontoado de seres em busca. De que? O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. A mercadoria que não pôde confinar-se nos lugares especializados, os mercados, invadiu a cidade inteira. (...) A rua? Uma vitrina, um desfile entre as lojas. A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as

peças em espetáculo umas para as outras. Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem, crítica da rua e deve ir mais longe: a rua torna-se o lugar privilegiado de uma repressão, possibilitada pelo caráter "real" das relações que aí se constituem, ou seja, ao mesmo tempo débil e alienado-alienante. A passagem na rua, espaço de comunicação, é a uma só vez obrigatória e reprimida. (LEFEBVRE, 1999, p. 30).

Talvez seja a partir desta contradição revelada por Lefebvre é que se pode buscar entender as ruas de Junho de 2013. Elas não foram apenas o palco dos acontecimentos, mas foi nas ruas que se fermentou parte do caldo de indignação que iria transbordar naquele outono. Nas ruas das grandes metrópoles é onde aparece de forma mais visível "a rua como espaço deste encontro alienante" que as pessoas que nelas transitam acabam sendo envolvidas. Enfatiza Henri Lefebvre que:

Se a rua pôde ter esse sentido, o encontro, ela o perdeu, e não pôde senão perdê-lo, convertendo-se numa redução indispensável à passagem solitária, cindindo-se em lugar de passagem de pedestres (encurralados) e de automóveis (privilegiados). A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação de pedestres, ainda tolerada, é aí determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos. O tempo torna-se o "tempo-mercadoria" (tempo de compra e venda, tempo comprado e vendido). A rua regula o tempo além do tempo de trabalho; ela o submete ao mesmo sistema, o do rendimento e do lucro. Ela não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo. A organização neocapitalista do consumo mostra sua força na rua, que não é só a do poder (político), nem a da repressão (explícita ou velada). A rua, série de vitrinas, exposição de objetos à venda, mostra como a lógica da mercadoria é acompanhada de uma contemplação (passiva) que adquire o aspecto e a importância de uma estética e de uma ética. A acumulação dos objetos acompanha a da população e sucede a do capital; ela se converte numa ideologia dissimulada sob as marcas do legível e do visível, que desde então parece ser evidente. É assim que se pode falar de uma *colonização do espaço urbano*, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo "sistema dos objetos" tornados símbolos e espetáculo. (LEFEBVRE, 1999, p. 31)

O movimento iniciado em 6 de Junho de 2013, a partir dos protestos convocados pelo MPL contra o aumento da tarifa do ônibus urbano foi uma luta contra esta "colonização do espaço urbano" definida por Lefebvre. O Movimento do Passe Livre assim expressa esta insurgência:

Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da

circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre. (MARICATO et al., 2013, p. 13)

Esta dualidade que é inerente ao conceito de rua e cujas contradições se acentuam nas chamadas “cidades globais” explica em parte a explosão dos acontecimentos de Junho de 2013, pois como questiona Henri Lefebvre “a rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos” (LEFEBVRE, 1999, p. 30). Portanto, a rua que é o lugar deste “encontro alienante” cotidianamente vivido pelas pessoas nas grandes cidades capitalistas pode se transformar no espaço da revolução, uma vez que o “acontecimento revolucionário, ele geralmente ocorre na rua. Isso não mostra também que sua desordem engendra uma outra ordem?”, e continua o filósofo francês suas reflexões, “o espaço urbano da rua não é o lugar da palavra, o lugar da troca pelas palavras e signos, assim como pelas coisas? Não é o lugar privilegiado no qual se escreve a palavra? Onde ela pôde tornar-se “selvagem” e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições?” (LEFEBVRE, 1999, p. 31)

Sim, a rua é espaço da revolução, mas também espaço da reação! Neste contexto Henri Lefebvre é incisivo quando afirma que “em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua.” Na realidade, a rua é um espaço de “livre circulação” controlada pelo Estado. Continuando em torno da reflexão lefebvriana, pode-se destacar um dos aspectos mais relevantes de Junho de 2013, que foi a repressão violenta das forças policiais e a reação igualmente violenta de parte dos ativistas:

A uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes. Trata-se de uma aparência caricata

de apropriação e de reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto à verdadeira apropriação, a da "manifestação" efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento. (LEFEBVRE, 1999, p. 31)

Com certeza Junho de 2013 foi uma “manifestação efetiva” como citada acima. A efetividade de Junho de 2013 foi tal que o combate das forças repressivas do Estado, em especial, na sua primeira fase foi intenso. Quando as “ruas” quebram o silêncio imposto tacitamente pelo sistema a reação dos “aparelhos” do Estado são acionados, incluindo aqui a “grande mídia” que integram os instrumentos ideológicos utilizados para construir o chamado “senso comum”. Os protestos de Junho de 2013 foram “violentos”, produzidos por “jovens vândalos” que colocaram em risco o direito de ir e vir das pessoas interrompendo o fluxo das principais vias públicas da cidade, justamente na hora de pico.

Interessante que Junho de 2013 inaugura uma nova característica que vai se integrando paulatinamente à forma das manifestações no País, que é justamente a carnavalização dos protestos. Rudá Ricci explica que o carnaval é uma “transgressão autorizada”, rebaixando as autoridades e banalizando o poder instituído, autoridades criando desta forma novas identidades:

Ora, tal potencial inscrito na cultura brasileira se viu atualizado nas manifestações de junho. Cartazes, máscaras, danças, estandartes, camisetas, adesivos, faixas, agrupamentos uniformizados, havia de tudo um pouco. Pequenos agrupamentos LGBT portando cartazes irônicos e maliciosos ladravam com meninos e meninas que ainda portavam seus uniformes colegiais de instituições confessionais; mães segurando pelas mãos seus filhos pedindo licença para militantes que reivindicavam a descriminalização da maconha. (...) Muitas mobilizações se juntaram – esta é a novidade – facilmente identificadas pelos cartazes que portavam. (RICCI & ARLEY, 2014, p. 34)

No Rio de Janeiro a carnavalização foi conduzida de forma literal após ser sancionada uma lei estadual, na lógica da criminalização dos manifestantes, que proibia o uso de máscaras em eventos que não sejam “culturais”. Mariana Corrêa dos Santos descreve os episódios:

A resposta foi rápida. Bailes de máscaras, com máscaras de carnaval, começara a aparecer por toda a cidade. Na Cinelândia, um baile convocado pelo “OcupaCâmara Rio” quase não pôde acontecer,

pois as revistas policiais de participantes acabaram com pelo menos quatro detenções e um atropelamento em frente do Teatro Municipal. No entanto, um ajuda torrencial ajudou a terminar o conflito e os dançantes puderam fazer sua “formação de quadrilha” lúdica, com festejos de São João. “Olha o Choque! Não! É mentira! Ahhhh! Outro baile, realizado na Praça São Salvador, invadiu carnavalescamente o Palácio Guanabara com marchinhas, rimas e palavras de ordem contra o governo do estado. Toda e qualquer manifestação passou a contar com mascarados e mascarados, nem que estivessem penduradas no pescoço. (CAVA & COCCO, 2014, P. 196).

Por fim, uma das principais característica das ruas de Junho de 2013 foi que elas foram transformadas em espaços de efetivo exercício da democracia horizontal. A realização de assembleias nas ruas e em outros espaços públicos que foi adotada como principal forma de deliberação por parte do MPL nas manifestações paulistanas também foi replicada em diversas outras cidades. Esta prática está vinculada ao autonomismo como corrente política hegemônica nos movimentos sociais que protagonizaram as manifestações que floresceram na segunda década deste século, que se fundamenta no princípio da negação da ampla representação/delegação e no incremento da democracia direta.

O esboço de um conceito de rua aqui realizado, a partir da contextualização apresentada por Henri Lefebvre na obra “Revolução Urbana” não tem a intenção, muito menos a pretensão, de atingir uma definição definitiva. Na ciência em geral, mas em especial nas ciências sociais, as definições não são definitivas, pois sempre estão a crivo das experimentações e da evolução histórica e espacial dos fenômenos estudados. Trata-se apenas de um esforço do autor da tese no sentido de estabelecer um parâmetro coerente para o desenvolvimento do itinerário reflexivo proposto para a pesquisa. A rua lefebvriana trata-se de uma “abstração científica” que tem como pressuposto o materialismo histórico. As “ruas” da cidade política, da cidade mercantil e da cidade industrial são constituídas pelos determinantes que marcaram as diversas sociedade que nelas viveram, contingenciadas pelo modo de produção e reprodução específico de cada época. A “rua” aqui é marcada por uma sociedade de transição que podemos chamar de pós-industrial, a qual Henri Lefebvre denomina de “sociedade urbana”.

3.3 A crise

Acima foram analisadas, principalmente, as motivações dos manifestantes para elegerem a rua como espaço privilegiados dos protestos de Junho de 2013. Mas os desejos e motivações dos ativistas talvez seja insuficiente para explicar o fenômeno. Para tanto temos que identificar suas causas mediatas e imediatas. Uma pista importante é que os massivos movimentos de rua que surgiram a partir de 2011 em vários países do mundo foi precedido da chamada Grande Recessão de 2008, que abalou o centro econômico-financeiro global, os Estados Unidos.

A origem da crise de 2008 está umbilicalmente ligada a questão urbana estadunidense, em especial a questão da moradia. A política habitacional americana, no final do século passado, estava centrada no financiamento bancário nas aquisições de residências. O excesso de liquidez do sistema financeiro mundial, e em especial, nos Estados Unidos criou uma onda de empréstimos, sendo que a partir de 1998 foram concedidos a clientes sem condições de quitar as parcelas do financiamento, incluindo desempregados e pessoas que não tinham renda nem patrimônio. Toda a operação financeira estava lastreada por hipotecas e os próprios imóveis eram a garantia da operação. O volume destas operações se tornou gigantesco e passaram a ser denominadas de “subprime”, ou de “segunda linha” numa tradução livre, razão pela qual a Grande Recessão de 2008 acabou sendo denominada também como “crise dos “subprimes””.

Os “subprimes” foram incluídos em pacotes de papéis no mercado derivativo chamados de Obrigações de Dívida Colateralizadas (CDOs), assim como das Obrigações de Ação Colateralizadas (CBOs) e Obrigações de Hipoteca Colateralizadas (CMOs), que eram vendidos no mercado especulativo de capitais, principalmente na Europa, como aplicações rentáveis e afiançadas pelas principais agências de classificação de risco (Standard & Poor's, Fitch e Moody's). A arquitetura destes papéis envolviam uma operação complexa que fazia “desaparecer” o fato de que elas tinham como lastro os contratos

“subprimes”. Criou-se então um círculo especulativo nada virtuoso onde o famoso “ganha-ganha” prevalecia: ganharam muito dinheiro os agentes do mercado imobiliários pois o preço dos imóveis nos Estados Unidos subiram estratosféricamente; ganharam os bancos através da venda dos fundos (CDOs, CBOs e CMOs) no mercado derivativo, que compensavam largamente os juros menores cobrados nos contratos de venda dos imóveis; e ganharam os aplicadores nestes fundos que, remuneravam com juros altos os investimentos. A lógica era simples: em caso de inadimplência dos contratos de financiamentos imobiliários nos Estados Unidos, bastava executar a hipoteca que era lastreadas por imóveis sobrevalorizados, que em face a demanda existente eram facilmente revendidos, na maioria das vezes com ágio em decorrência da constante majoração dos preços no mercado imobiliário.

Acontece que, como explica David Harvey em seu livro “O enigma do capital”, esta bolha estourou em 2006, inicialmente sem alarido por parte dos governos e da mídia, pois as pessoas afetadas eram as de baixa renda, principalmente afro-descentes, imigrantes (principalmente latinos) e mães solteiras, que não conseguiram quitar os contratos de financiamento imobiliário e foram despejados de suas casas, mas somente a partir de meados de 2007 quando a classe média branca começou a ser despejada foi que as autoridades e a grande imprensa passa a levar em consideração os acontecimentos, sendo que “até o fim de 2007, quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e outros 4 milhões corriam o risco de ser despejados” tendo como consequência o fato que “os valores das casas despencaram em quase todos os EUA e muitas famílias acabaram de vender mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel”, e completa o autor: “isso desencadeou uma espiral de execuções hipotecárias que diminuiu ainda mais os valores” (HARVEY, 2008, p. 8).

Ao estourar a bolha especulativa repentinamente se constatou que os contratos de financiamento imobiliário “subprime” não tinham nenhum lastro, pois, em face da drástica redução dos valores das residências financiadas pelos bancos, ele desapareceu, e a execução das hipotecas na prática tinham apenas um efeito social devastador, que era o despejo de milhões de famílias de suas casas, sendo que os bancos ficavam com os imóveis fechados pois

não existiam mais compradores com renda ou patrimônio para garantir novos contratos imobiliários. Por outro lado, os investidores dos fundos colocados a vendas no mercado derivativo, descobriram da forma mais dramática que eles se transformaram em “papéis podres”, sem valor de mercado.

A “crise dos subprimes”, que iniciou de forma tímida em 2006, perdurou todo o ano de 2007, até que em 15 setembro de 2008, data que ficou conhecida como “Segunda-feira negra”, um dos bancos de investimentos mais tradicionais dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, foi à falência, e as Bolsas de Valores do mundo todo despencaram. O que se seguiu foi chamado por alguns comentaristas econômicos de “derretimento” do sistema financeiro internacional, que somente foi parcialmente evitado com a pronta ajuda estatal. O socorro financeiro veio dos diversos governos, sendo que segundo vários cálculos, chegou a cifra de um trilhão de dólares dos contribuintes estadunidenses, despejados sem cerimônia pelo presidente George W. Bush, para salvar os grandes bancos.

Por óbvio, num sistema econômico totalmente financeirizado, os reflexos da crise no setor produtivo foram enormes, conforme descreve David Harvey, primeiramente a crise atinge a economia estadunidense:

No fim de 2008, todos os segmentos da economia dos EUA estavam com problemas profundos. A confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e as lojas e as fábricas fecharam. Muitos dos tradicionais ícones da indústria dos EUA, como a General Motors, chegaram perto da falência, e um socorro temporário das montadoras de Detroit teve de ser organizado. (HARVEY, 2008, p. 12)

Em seguida é sentido os efeitos da Grande Depressão de 2008 em todos as economias do mundo globalizado:

A economia britânica estava igualmente com sérias dificuldades, e a União Europeia foi abalada, mesmo com níveis desiguais, com a Espanha e a Irlanda, juntamente com vários dos Estados orientais europeus que recentemente aderiram à União, mais seriamente afetados. A Islândia, cujos bancos tinham especulado nesses mercados financeiros, ficou totalmente falida. No início de 2009, o modelo de industrialização baseado em exportações, que gerou um crescimento tão espetacular no Leste e Sudeste da Ásia, contraía-se a uma taxa alarmante (muitos países como Taiwan, China, Coreia do Sul e Japão viram suas exportações caírem em 20% ou mais em apenas dois meses). O comércio global internacional caiu em um

terço em poucos meses, criando tensões nas economias majoritariamente exportadoras, como a da Alemanha e a do Brasil. Produtores de matérias-primas, que andavam em alta no verão de 2008, de repente depararam com uma queda de preços que trouxe sérias dificuldades para países produtores de petróleo, como a Rússia e a Venezuela, assim como os Estados do Golfo. O desemprego começou a aumentar a uma taxa alarmante. Cerca de 20 milhões de pessoas perderam subitamente seus empregos na China, e relatos perturbadores de agitação social vieram à tona. Nos Estados Unidos, o número de desempregados aumentou em mais de 5 milhões em poucos meses (de novo, fortemente concentrado em comunidades afro-americanas e hispânicas). Na Espanha, a taxa de desemprego saltou para mais de 17%. (HARVEY, 2008, p. 12)

E o “balanço contábil” da crise é algo quase que surreal, pois as cifras apresentadas são difíceis de assimilar sem uma mínima capacidade de abstração:

Na primavera de 2009, o Fundo Monetário Internacional estimava que mais de 50 trilhões de dólares em valores de ativos (quase o mesmo valor da produção total de um ano de bens e serviços no mundo) haviam sido destruídos. A Federal Reserve estimou em 11 trilhões de dólares a perda de valores de ativos das famílias dos EUA apenas em 2008. Naquele período, o Banco Mundial previa o primeiro ano de crescimento negativo da economia mundial desde 1945. (HARVEY, 2008, p. 12)

Não existe a pretensão nesta pesquisa de aprofundar a compreensão, tanto das causas inerentes à crise de 2008, muito menos tentar abranger as consequências do fenômeno na atual conjuntura econômica, social e política global. O que interessa agora é contextualizar dois aspectos centrais para análise da temática estudada. O primeiro se refere a centralidade da questão urbana (em especial da habitação) como elemento conflagrador da crise em questão, e o segundo, a dimensão global da mesma, que se origina na potência hegemônica do sistema e repercute em escala mundial.

Para se entender o primeiro aspecto é pedagógico realizar um quadro comparativo entre as causas da crise de 2008 e a primeira grande crise econômica em escala mundial do capitalismo, a Grande Depressão de 1929. Esta foi marcada pelo “crash” da bolsa de Nova York, ocorrido na noite de 24 de outubro de 1929, também conhecido como “Terça-feira negra”, e envolveu basicamente a queda brusca do valor das ações comercializadas, que significou a falência de milhares de acionistas de um dia para outro. A crise de 2008 também teve como epicentro a crise financeira, que levou a bancarrota um dos mais tradicionais bancos estadunidenses. Mas o que interessa é a

diferença existente nos dois episódios. O primeiro decorreu da desvalorização de ações lastreadas no setor produtivo, pois apesar de atingir também os papéis de instituições financeiras, foi fundamentalmente a queda da atividade industrial nos Estados Unidos o fator determinante da crise. Já neste século, o estopim da crise foi a ausência de lastro nos contratos imobiliários, em especial, os celebrados por pessoas comuns, que buscaram satisfazer a sua demanda por moradia nos Estados Unidos, através do sistema financeiro. Esta questão não se trata de um aspecto secundário, e revela uma contradição específica da atual fase de desenvolvimento do sistema capitalista.

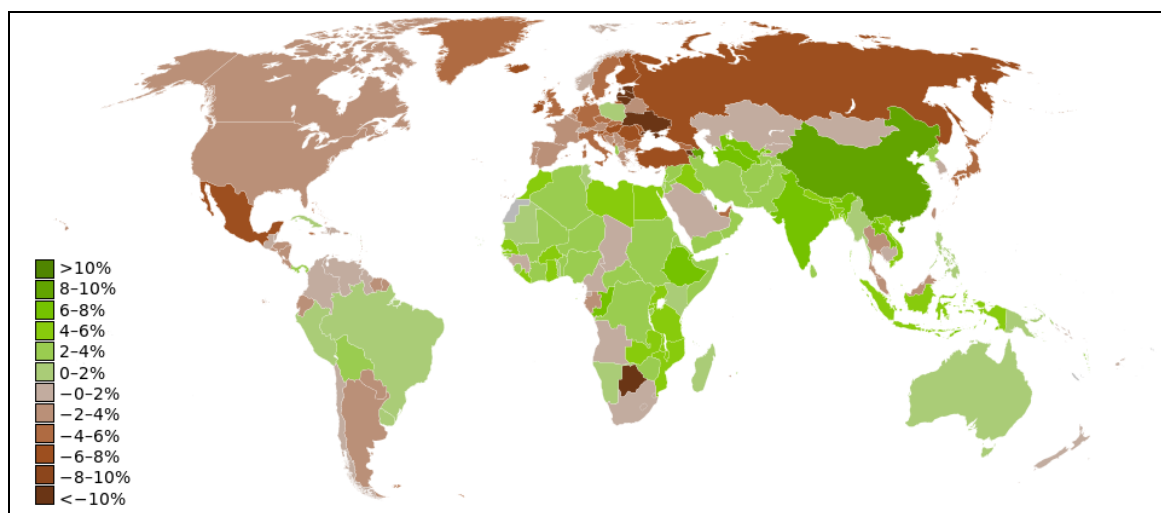
David Harvey já enfatiza em seu livro anteriormente citado que várias das crises financeiras ocorridas a partir de 1973, foram baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano:

A primeira crise em escala global do capitalismo no mundo pós-Segunda Guerra começou na primavera de 1973, seis meses antes de o embargo árabe sobre o petróleo elevar os preços do barril. Originou-se em um crash do mercado imobiliário global, que derrubou vários bancos e afetou drasticamente não só as finanças dos governos municipais (como o de Nova York, que foi à falência técnica em 1975, antes de ser finalmente socorrido), mas também as finanças do Estado de modo mais geral. O boom japonês da década de 1980 terminou em um colapso do mercado de ações e preços da terra em queda (ainda em curso). O sistema bancário sueco teve de ser nacionalizado em 1992, em meio a uma crise nórdica que também afetou a Noruega e a Finlândia, causada por excessos nos mercados imobiliários. (...) Crises associadas a problemas nos mercados imobiliários tendem a ser mais duradouras do que as crises curtas e agudas que, às vezes, abalam os mercados de ações e os bancos diretamente. Isso porque, como veremos, os investimentos no espaço construído são em geral baseados em créditos de alto risco e de retorno demorado: quando o excesso de investimento é enfim revelado (como aconteceu recentemente em Dubai), o caos financeiro que leva muitos anos a ser produzido leva muitos anos para se desfazer. (HARVEY, p. 2008, p. 13).

O fato da grande crise estrutural do capitalismo ter como causa o débâcle do mercado especulativo imobiliário estadunidense pode ser revelador de uma mudança também estrutural do próprio sistema, que se consubstancia na centralidade do urbano, que indica que o desenvolvimento urbano alcança um novo patamar no contexto do desenvolvimento econômico e social do capitalismo o que torna evidente a centralidade atual da chamada questão urbana na análise dos fenômenos sociais.

Desnecessário enfatizar o caráter global da Grande Repressão de 2008, basta uma rápida visualização no mapa que segue abaixo, para verificar que a abrangência de seus efeitos se deu em escala mundial. Em todos os países destacados em tons de vermelho verificou-se em 2009 a ocorrência de uma recessão econômica, que é mais evidente na América do Norte e no continente europeu:

ILUSTRAÇÃO 8 - Mapa Global da Crise de 2008



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=10058473>

O aspecto preponderante da análise aqui desenvolvida é salientar que a crise de 2008, diferente as que às antecederam, desde o início da década de setenta do século XX, influenciaram as economias globais como um todo, embora de forma desigual mas ao mesmo tempo combinada. Pode-se afirmar que este fato decorreu basicamente de dois fatores, sendo o primeiro, a chamada globalização da economia, a partir do fim da bipolarização mundial, visto que os países de economia socialista planificada tendiam a não sofrer os efeitos das crises econômicas dos países capitalistas, e; em segundo lugar, o fato de que a crise de 2008 emanou da economia hegemônica do capitalismo, os Estados Unidos.

Em relação a estes aspectos centrais para o desenvolvimento da pesquisa, a questão envolvendo a conformação da sociedade urbana como etapa atual do capitalismo será enfatizado de forma mais aprofundada no terceiro capítulo da tese. Já o segundo aspecto, será abordado adiante, no

contexto de enfatizar a centralidade hodierna do desenvolvimento espacial urbano. Junho de 2013 decorre da simultaneidade destes dois fatores.

3.4 A questão urbana

A questão urbana, em especial da moradia, esteve presente como reivindicação inserida nos movimentos globais ocorridos em 2011, especialmente no “Ocupy” estadunidense e nos “Indignados” espanhol. O movimento contra os despejos decorrentes das execução hipotecárias ganhou corpo a partir destes protestos e como uma das consequências políticas deste processo foi a eleição em Barcelona da alcaidessa Ada Colau em junho de 2015, pela coligação “Barcelona em Comum”. Colau integrou a chamada “Plataforma de Afectados pela Hipoteca” movimento que surgiu no período das manifestações de 2011 e emergiu como uma nova liderança política vinculado a um movimento de renovação do sistema democrático espanhol, encabeçado pelo partido político Podemos.

No entanto, as motivações dos manifestantes dos protestos que antecederam Junho de 2013 eram desde o início bastante plurais e variadas e estavam vinculadas a insatisfação contra regimes autoritários e antidemocráticos no mundo árabe, e com a crise do próprio modelo de representação política nas democracias mais avançadas, como nos Estados Unidos e na Europa ocidental. A situação econômica deteriorada decorrente da Grande Recessão de 2008 com certeza contribuiu para o clima de insatisfação generalizada, principalmente entre a população jovem.

Como já frisado, os protestos que explodiram em 2013, tanto na Turquia como no Brasil quase que simultaneamente, tiveram inicialmente como estopim a questão urbana. No caso turco mais relacionado a questão ambiental urbana, pois as manifestações iniciaram-se em Istambul, principal cidade do país, localizada na parte europeia da Turquia, e eram contra o derrube de 600 árvores do Parque Gezi, que no auge do movimento levou centenas de

milhares de manifestantes a protestarem na Praça Taksim, ao lado daquele parque. Como no caso brasileiro, a partir desta pauta inicial foram incorporados várias outras reivindicações, e os protestos se voltaram contra o autoritário governo turco, vinculado ao fundamentalismo islâmico, que tem forte apoio nas áreas rurais e pequenas cidades interioranas da Turquia.

Mas foi no Brasil que a questão urbana, em especial vinculada a mobilidade, foi mais relevante na fase inicial do movimento. Importante ressaltar que esta tese não vai tratar especificamente dos desdobramentos que levaram a ampliação das pautas e reivindicações dos protestos de Junho de 2013. A questão central que foi o fio condutor da pesquisa é tentar responder a seguinte indagação: por que a questão do desenvolvimento urbano na principal metrópole brasileira foi capaz de catalisar um amplo sentimento de indignação de uma parcela significativa da sociedade brasileira?

Vale sempre ressaltar o recorte temporal e espacial proposto no início desta tese. Mas a questão urbana se desdobrou em outras grandes cidades brasileiras, onde além da questão da tarifa dos transporte coletivo urbano os protestos tiveram como motivação a contradição aos altos investimentos do Estado nas obras de infraestrutura urbana para sediar a Copa das Confederações e em seguida a Copa Mundial de futebol e o abandono pelos gestores públicos das periferias metropolitanas, como foi o caso do Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Diversos autores se debruçaram neste tema, e apresentaram importantes reflexões a respeito da relevância da questão urbana como estopim de Junho de 2013. Foram produzidos vários artigos que apresentam uma leitura inicial dos acontecimentos de Junho de 2013, entre os quais se destacam alguns textos, dentre as quais o produzido por Marilena Chauí, que analisou especificamente as manifestações de junho de 2013 na capital paulista. Nele a autora destaca o que denominou de “o inferno urbano”, que era é um conceito definido e orientado “pelos imperativos dos interesses privados, as montadoras de veículos, empreiteiras da construção civil e empresas de transporte coletivo dominam a cidade sem assumir nenhuma responsabilidade pública”. Neste contexto, é enfatizado a “situação da vida

urbana nas grandes metrópoles brasileiras” (CHAUÍ, 2013), passando a autora a elencar aspectos relevantes da questão urbana de São Paulo e extensível às demais cidades brasileiras:

- explosão do uso do automóvel individual. A mobilidade urbana se tornou quase impossível, ao mesmo tempo em que a cidade se estrutura com um sistema viário destinado aos carros individuais em detrimento do transporte coletivo, mas nem mesmo esse sistema é capaz de resolver o problema;
- explosão imobiliária com os grandes condomínios (verticais e horizontais) e shopping centers, que produzem uma densidade demográfica praticamente incontrolável, além de não contar com redes de água, eletricidade e esgoto, os problemas sendo evidentes, por exemplo, na ocasião de chuvas;
- aumento da exclusão social e da desigualdade com a expulsão dos moradores das regiões favorecidas pelas grandes especulações imobiliárias e a consequente expansão das periferias carentes e de sua crescente distância com relação aos locais de trabalho, educação e serviços de saúde. (No caso de São Paulo, como aponta Erminia Maricato, deu-se a ocupação das regiões de mananciais, pondo em risco a saúde de toda a população; em resumo: degradação da vida cotidiana das camadas mais pobres da cidade);
- o transporte coletivo indecente, indigno e mortífero. No caso de São Paulo, sabe-se que o programa do metrô previa a entrega de 450 quilômetros de vias até 1990; de fato, até 2013, o governo estadual apresenta 90 quilômetros. Além disso, a frota de trens metroviários não foi ampliada, está envelhecida e mal conservada; à insuficiência quantitativa para atender à demanda, somam-se atrasos constantes por quebra de trens e dos instrumentos de controle das operações. O mesmo pode ser dito dos trens da CPTM, também de responsabilidade do governo estadual. No caso do transporte por ônibus, sob responsabilidade municipal, um cartel domina completamente o setor sem prestar contas a ninguém: os ônibus são feitos com carrocerias destinadas a caminhões, portanto feitos para transportar coisas, e não pessoas; as frotas estão envelhecidas e quantitativamente defasadas com relação às necessidades da população, sobretudo as das periferias da cidade; as linhas são extremamente longas porque isso as torna mais lucrativas, de maneira que os passageiros são obrigados a trajetos absurdos, gastando horas para ir ao trabalho, às escolas, aos serviços de saúde e voltar para casa; não há linhas conectando pontos do centro da cidade nem linhas interbairros, de modo que o uso do automóvel individual se torna quase inevitável para trajetos menores. (CHAUÍ, 2015)

Outra análise que aponta as condições de vida nas grandes metrópoles, destacando São Paulo é formulada por Plínio de Arruda Sampaio Junior:

A causa imediata das Jornadas de Junho foi o protesto indignado da juventude trabalhadora contra as péssimas condições de vida nas grandes cidades. O problema fica patente nas condições da

mobilidade urbana – o estopim da revolta da juventude. Inversamente proporcional à quantidade de automóveis nas ruas e aos investimentos públicos em transporte particular, o tempo gasto pelo cidadão em seus deslocamentos urbanos consome parcela crescente do tempo livre das pessoas. Em algumas capitais, alcança uma dimensão verdadeiramente absurda.

O caso de São Paulo é emblemático. Calcula -se que o paulistano gaste em média quase três horas por dia no trânsito. Os moradores pobres das regiões periféricas muito mais. Estão condenados a uma vida de tempo perdido, presos em congestionamentos intermináveis. Para chegar ao trabalho e voltar para a casa, são transportados como animais, espremidos como sardinhas, em trens, ônibus e metrô que se arrastam lentamente em jornadas que duram de quatro a cinco horas. Considerando que precisam de oito horas para dormir e que ficam à disposição do patrão pelo menos nove horas (uma de descanso), sobram-lhes apenas duas ou três horas para viver. Mesmo assim, a política econômica estimula a indústria do auto móvel, e o gasto público com transporte privado é 11 vezes superior às despesas com transporte público. Os planos diretores da cidade não cogitam colocar em questão a indústria do automóvel e da especulação urbana, obrigando o trabalhador a viver cada vez mais distante de seus empregos. (SAMPAIO JR., 2013)

Interessante é observar que existe uma quase unanimidade em relação aos autores analisados na pesquisa acerca da motivação imediata dos eventos de Junho de 2013 vinculadas a questão urbana, mais precisamente no que concerne a questão da mobilidade urbana. Mesmo fora do âmbito dos pensadores marxistas que em sua maioria são referenciados na presente tese, existe este entendimento. Exemplo é o economista de matiz liberal Roberto Macedo que em seu artigo reconhece que “em várias oportunidades as manifestações envolvem demandas de natureza econômica, inclusive a apontada como deflagradora de outras que se seguiram – qual seja, aquela voltada para reverter o aumento das tarifas de ônibus na cidade de São Paulo e até eliminá-las.” (FIGUEIREDO, 2014, p. 41).

Ocorre que se verifica que apesar do reconhecimento de que a questão urbana seja o principal motivação para o início das revoltas de Junho de 2013, quase todos os artigos pesquisados, tendem a centrar suas análises em outros aspectos de natureza econômica, sociológica ou política. Esta tendência não se restringe às análises dos economistas de linha mais ortodoxa, que situam as questões relativas ao desenvolvimento urbano, quase sempre no âmbito da “micro economia”. Mesmo os autores de formação marxista acabam por desviar a compreensão que indica a razão inicial dos movimentos no âmbito da

questão da mobilidade urbana para em seguida destacar outros aspectos inerentes ao fenômeno que passam a ser considerados mais relevantes.

Fugindo desta tendência uma das análises que chamam atenção pela veemência com que enfatiza a questão urbana como principal elemento de análise dos fenômenos que afloraram em Junho de 2013 foi o artigo de Ermínia Maricato, publicado no livro anteriormente referido “Cidades Rebeldes”, que recebeu o sugestivo título de “É a questão urbana, estúpido!”. Este título certamente é inspirado na antológica frase de autoria do marqueteiro James Carville, do então desconhecido governador do pequeno estado de Arkansas Bill Clinton. Nas eleições presidenciais de 1992 o então presidente republicano dos Estados Unidos George Bush, aparecia como imbatível após a vitória na Guerra do Golfo, que tinha resgatado a autoestima dos ianques depois da derrota na Guerra do Vietnã. No entanto, a crítica a recessão da economia nos Estados Unidos foi a aposta da campanha vitoriosa de Clinton e foi expressa em uma frase escrita em cartolina por Carville: “é a economia, estúpido!”.

Este artigo de Ermínia Maricato merece ser destacado pois encerra dois elementos centrais no enfoque desenvolvido por esta tese acerca de Junho de 2013. O primeiro, desenvolvido quase como um desabafo contra o que a autora chama de “analfabetismo urbanístico ou geográfico” (MARICATO, 2015, p. 21) e que consiste na constatação que a questão urbana é totalmente relegada no âmbito dos estudos pertinentes as ciências sociais de modo em geral, inclusive na própria geografia, fato obviamente que pode explicar o espanto e a perplexidade diante do gigantismo das revoltas ocorridas em Junho de 2013. O segundo, inversamente, se traduz na afirmação que o espaço urbano cumpre papel essencial no atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista e a questão urbana não correspondeu em Junho de 2013 apenas a causa imediata, ou o estopim, da sua fase inicial, mas sim o elemento essencial para explicar o fenômeno em sua totalidade. O desenvolvimento urbano, as contradições inerentes as condições de reprodução da força de trabalho (que atualmente acontecem fundamentalmente nas cidades) e a própria relevância estrutural do espaço urbano mercantilizado e financeirizado são fatores indispensáveis para compreender o atual desenvolvimento do capitalismo. A Grande Recessão de 2008 inclusive só pode ser efetivamente explicada se

considerada enquanto uma crise da “sociedade urbana”. Maricato explica no artigo que:

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo forma como se realizam fazem a diferença. Mas a cidade também não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos. (MARICATO, 2013)

Para um melhor desenvolvimento do raciocínio que conduz esta tese, o primeiro aspecto relativo a centralidade das cidades na reprodução da força de trabalho será analisado com maior profundidade no capítulo terceiro da tese, enquanto o tema mercantilização do solo urbano será desdobrado a seguir, quando será abordado os desdobramentos da crise urbana que ao fim, foi o principal ingrediente socioeconômico da explosão ocorrida em Junho de 2013.

3.5 A urbanização desigual e combinada

Para compreender a dimensão espacial da crise estrutural do capitalismo é fundamental observar a lição de David Harvey de que “a acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica”. Neste sentido, “sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar” (HARVEY, 2009, p. 40).

De fato o desenvolvimento do capitalismo, desde o seus primórdios, esteve sempre relacionado a expansão geográfica, sendo que já no Manifesto Comunista os jovens Marx e Engels afirmavam que “a indústria moderna criou o mercado mundial, tendo o descobrimento da América aberto o caminho para

isso”, sendo que esse mercado mundial “tem proporcionado um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação, à comunicação por terra.” (MARX & ENGELS, 2009).

Outra característica do desenvolvimento espacial do capitalismo salientado por David Harvey é que ele é realizado geograficamente de forma desigual e, acrescenta-se, combinada. Edward Soja quando da análise da obra “Capitalismo Tardio” do economista belga Ernest Mandel, explicita a tese do desenvolvimento geograficamente desigual e combinado:

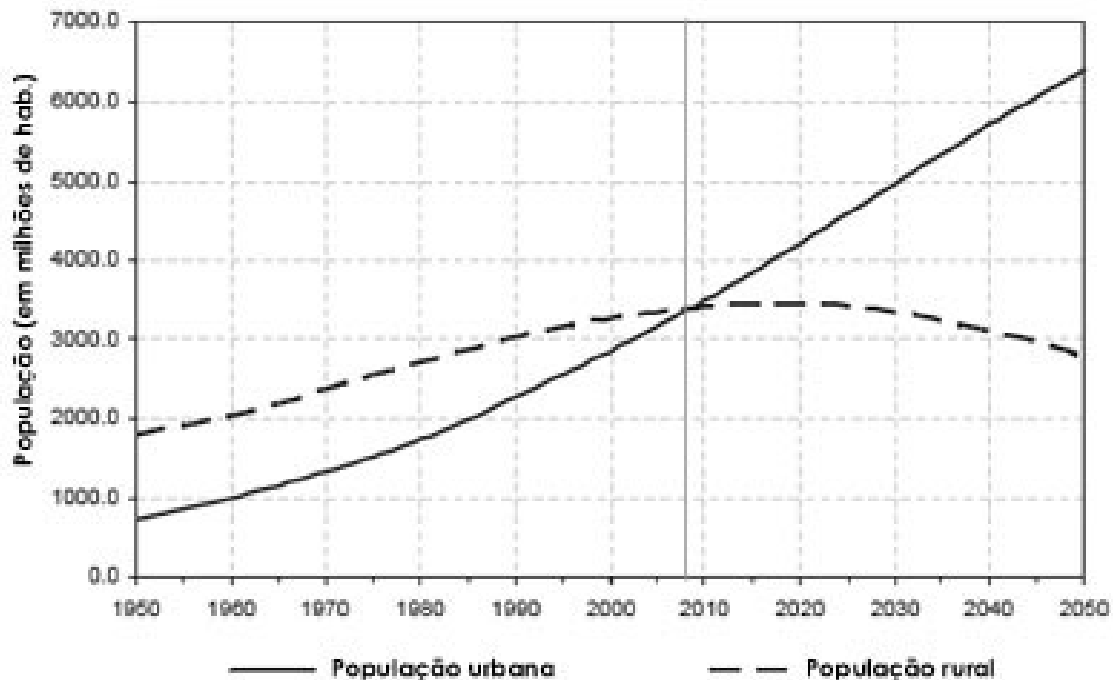
O que eu estou discutindo aqui, através das palavras de Mandel, não é apenas que o desenvolvimento capitalista é geograficamente desigual, pois uma certa desigualdade geográfica resulta de todos os processos sociais. O ponto fundamental é que o capitalismo – ou, se preferirmos, a atividade normal dos capitalistas em busca de lucros – baseia-se intrinsecamente, nas desigualdades regionais ou espaciais, como meio necessário de sua sobrevivência contínua. A própria existência do capitalismo pressupõe a presença mantenedora e a instrumentalidade vital do desenvolvimento geograficamente desigual (SOJA, 1993:129).

O desenvolvimento geográfico desigual e combinado ocorre em diferentes escalas: globalmente, em relação aos diferentes países; também no plano nacional, entre diferentes regiões de cada país; e até, na escala da cidade, onde o espaço urbano é organizado de forma desigual e combinada.

Apesar do fenômeno da mundialização/globalização do capitalismo ter sido já apontado por estudos econômicos realizados na metade do século XIX, como acima referido no Manifesto Comunista, a atual fase de desenvolvimento geográfico do capitalismo é marcada pelo fenômeno da urbanização. No quadro abaixo, elaborado por estudos da ONU/HABITAT, a projeção era de que no ano de 2010 a maioria da população mundial já habitaria as cidades, e em 2030 teríamos quase a proporção de sete pessoas vivendo nas cidades em cada dez.

GRÁFICO 6

POPULAÇÃO RURAL E URBANA DO MUNDO (1950-2050)



Fonte: ONU

Neste contexto de hiperurbanização acelerada é inevitável deixar de concluir o papel cada vez mais central das cidades no processo de desenvolvimento geográfico do capitalismo. Mas como aferir a dimensão desta centralidade e como ela influi no próprio desenvolvimento estrutural do sistema?

Emprestemos novamente o conceito de cidade de Marx e Engels, que pode ser expresso na assertiva da cidade é ser de fato o local da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto o campo mostra exatamente o oposto, isto é, o isolamento e a dispersão (MARX & ENGELS, 1998, p. 55). É inegável que a cidade é espaço de concentração, não apenas demográfico, mas de infraestrutura, inclusive dos equipamentos culturais, dos meios de produção, e, principalmente, e cada vez mais, de capital.

Ocorre que o conceito marxiano de cidade acima referido pode ser adotado para as cidades nos diversos modos de produção historicamente registrados. Para entender a cidade atual é preciso retomar a caracterização da

cidade capitalista formulada pelo autor desta tese anteriormente da seguinte forma:

- a) A mercantilização do espaço que implica na transformação do solo urbano em mercadoria e na constituição de um mercado específico, o mercado imobiliário especulativo;
- b) A industrialização, que permite através do desenvolvimento científico e tecnológico, a execução de um processo de urbanização racionalmente planejada sob a ótica do processo de acumulação capitalista;
- c) O papel central desempenhado pelo Estado-capitalista, garantidor do processo de acumulação e circulação do capital, inclusive do capital imobiliário;
- d) E, a segregação urbana, fruto do acirramento da divisão social do trabalho, e da racionalidade urbanística capitalista, com a criação de espaços específicos destinados as classes sociais subalternas, permitindo assim a crescente valorização das áreas nobres das cidades, destinadas ao mercado imobiliário. (STEFANIAK, 2015, p. 89)

O economista Paul Singer explica pedagogicamente o processo, que torna a propriedade fundiária urbana em uma mercadoria, conforme enfatizado no primeiro item das características próprias da cidade capitalista:

A “produção” de espaço urbano se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham uso agrícola. O seu “custo de produção” é, nestes casos, equivalente à renda (agrícola) da terra que se deixa de auferir. Mas não há uma relação necessária entre este “custo” e o preço corrente do mercado imobiliário urbano. Como a demanda por solo urbano frequentemente, dependendo, em última análise, do próprio processo de ocupação do espaço pela expansão do tecido urbano, o preço de determinada área deste espaço está sujeito a oscilações violenta, o que torna o mercado imobiliário essencialmente especulativo (SINGER, 1987, p. 23).

O processo de mercantilização do solo urbano não guarda correspondência direta a sua capacidade de produção de produtos primários, que elemento fundamental para a definição do “preço” do imóvel rural. O valor de troca do solo urbano depende fundamentalmente da chamada especulação imobiliária. Esta mercadoria especial que é o solo urbano, cria um mercado específico, o imobiliário, que na atual fase do modo de produção capitalista é um dos fatores principais de criação e acumulação de renda, como explica Ermínia Maricato:

“A renda fundiária ou imobiliária aparenta ser uma riqueza que flutua no espaço e aterrissa em determinadas propriedades, graças a atributos que podem estar até mesmo fora delas, como por exemplo um novo investimento público ou privado feito nas proximidades. A legislação e os investimentos urbanos são centrais para “gerar” essa

riqueza que irá favorecer (valorizar) determinados imóveis ou bairros”.
(MARICATO, 2015, p. 23)

Ainda no contexto da urbanização desigual e combinada constatamos que o desenvolvimento das cidades seguiram padrões espaciais distintos nos países centrais e periféricos.

No países da América do Sul, e especialmente no Brasil, o processo de urbanização se inicia apenas no século XX, fenômeno que Santos vai definir como “a urbanização pretérita”, e se intensifica a partir da quarta década do século passado, quando ocorre a inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira (SANTOS, 2009, p.31).

TABELA 7 - Evolução da População Urbana no Brasil

Ano	População Total	População Urbana	% de Urbanização
1940	41.236.315	12.880.182	31,23%
1950	51.944.397	18.782.891	36,16%
1960	70.070.457	31.303.034	45,08%
1970	93.139.637	52.084.984	55,98%
1980	118.562.549	112.706.056	67,70%
1991	149.094.266	112.706.056	75,47%
2000	171.279.882	139.156.969	81,23%
2010	190.732.694	160.879.708	84,35%

Fonte: IBGE 2010

Uma das características do processo de desenvolvimento urbano dos países periféricos do capitalismo é a constituição de assentamentos informais onde habita a população mais pobre, denominada genericamente de favelas. Mike Davis explica a globalização do fenômeno da favela (“slums”, em inglês), enfatizando a sua concentração nos países menos desenvolvidos:

Os pesquisadores da ONU estimam que havia pelo menos 921 milhões de favelados em 2001 e mais de um bilhão em 2005: quase a mesma população do mundo quando o jovem Engels aventurou-se pela primeira vez pelas ruas ignóbeis de St. Giles e da Old Town de

Manchester em 1844. (...) Os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde pelo menos um terço da população urbana global (DAVIS, 2006, p. 34).

A urbanização na periferia do capitalismo Ermínia Maricato vai denominar de “urbanização dos baixos salários”, que tem como característica esta autoconstrução pelos trabalhadores de baixa renda destes assentamentos informais, que assim explica:

Essa prática (da autoconstrução das casas) contribui para a acumulação capitalista durante todo o período de industrialização no Brasil, particularmente de 1940 a 1980, quando o país cresceu a taxas aproximadamente de 7% ao ano, e o processo de urbanização cresceu 5,5% ao ano (IBGE). A industrialização com baixos salários correspondeu a urbanização com baixos salários. O exemplo revela que uma certa modernização e um certo desenvolvimento (industrialização de capital intensivo, produção de bens duráveis) dependeram de um modo pré-moderno, ou mesmo pré-capitalista (a autoconstrução da casa), de produção de uma parte da cidade. Esta imbricação foi (e ainda é) fundamental para o processo de acumulação capitalista nacional e internacional. (MARICATO, 2015)

Portanto, diferentemente de um visão terceiro-mundista tão ao gosto dos cepalinos das décadas de 60 e 70 do século passado, onde a urbanização dos países subdesenvolvidos é caracterizada como uma urbanização sociopática (PEREIRA, 1973, p. 71), ou seja, atávica e deformada, que acaba criando uma população “marginal” ao processo de urbanização capitalista dos países ditos desenvolvidos, constata-se que a urbanização nos países periféricos podem ser entendida como integrante do próprio caráter desigual e combinado do próprio desenvolvimento capitalista.

Este desenvolvimento desigual e combinado das cidades capitalistas nos países periféricos cria uma situação explosiva a medida que coloca lado a lado a cidade informal criada pelos trabalhadores mais pobres e a cidade produzida pelas corporações imobiliárias. A famosa foto de Tuca Vieira, publicada no Jornal Folha de São Paulo, onde a favela de Paraisópolis aparece da varanda do luxuoso Edifício Penthouse, na vizinho bairro da classe abastada paulistana do Morumbi é o retrato mais fiel e emblemático deste cenário.

Neste quadro de intensa segregação espacial, que marca as médias e grandes cidades brasileiras, se intensifica a oposição primordial que está imbricada a produção da cidade capitalista, e que envolve de uma aqueles que visam unicamente auferir lucros através do especulativo mercado imobiliário e o restante da população que busca melhorar a sua qualidade de vida. É a contradição marxiana entre o valor de troca e o valor de uso que ganha contornos dramáticos no dia a dia das cidades brasileiras.

ILUSTRAÇÃO 9 - Favela de Paraisópolis/SP



Fonte: Folha de São Paulo; Autor: Andrade, T.

A compreensão, mesmo que de forma sintética do processo de urbanização desigual e combinado, é crucial para que seja possível entender a centralidade da crise urbana na atual fase do desenvolvimento do capitalismo, que contribui decisivamente para a explosão dos protestos de Junho de 2013.

3.6 Crise urbana

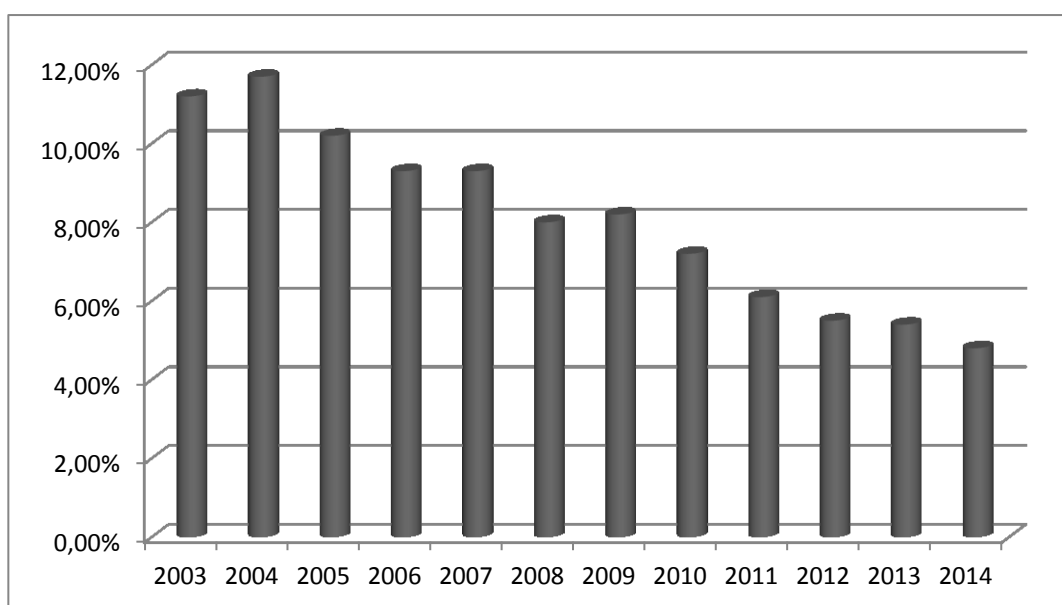
Antes de desenvolver o tema da crise urbana é importante reafirmar a frase de autoria de David Harvey em uma entrevista concedida em 2011 para o Jornal Página12, sobre as conexões entre urbanização e a grade crise estrutural do capitalismo de 2008: “Alguns querem falar da crise do subprime, eu quero falar das crises urbanas.” (HARVEY, 2011) Como mencionado anteriormente, não existe como dissociar a discussão da Grande Recessão de 2008 com a questão urbana. Neste sentido afirma Eliana Costa Guerra que “a questão urbana constitui aspecto incontornável na discussão da crise do capital e de suas formas de materialização” (GUERRA, 2011).

No artigo referido anteriormente, que analisa os acontecimentos de Junho de 2015, Ermínia Maricato afirma que “a vida nas cidades brasileiras piorou muito a partir dos últimos anos da década passada.” (MARICATO et al., 2013, p. 20) O ponto de partida da reflexão da autora é a existência no processo de urbanização brasileira “de grande parte de nossa cidades é construída pelos próprios moradores em áreas invadidas (...) ou adquiridas de loteadores ilegais” (MARICATO et al., 2013, p. 20) que já foi abordado no subcapítulo anterior da tese, e definida pela autora como “organização dos baixos salários”. Passa em seguida a autora a enfatizar o impacto das décadas de 80 e 90 do século passado, marcadas pelo baixo crescimento econômico, alto desemprego e recuo das políticas públicas e sociais, conforme estabelecia o receituário neoliberal adotado após a ascensão ao poder do presidente Collor de Mello e seguido por FHC. Este período coincide com a chamada globalização que coloca o Brasil no papel de exportador de “commodities” que vai reorientar os processos demográficos, com a interiorização da urbanização, especialmente para as médias cidades. Contraditoriamente, neste período ocorre avanços institucionais mais significativos que repercute no surgimento de uma nova política urbanística. Uma das características deste período é a urbanização dos assentamentos informais, que até então era invisível para o urbanismo e as administrações públicas. Esse movimento cria um novo quadro jurídico e institucional ligado às cidades que vai culminar na aprovação da Lei 10.257/2001, o Estatuto das Cidades, e a criação em 2003 do Ministério das Cidades. É neste período também que é gestado novas experiências administrativas, especialmente por municípios governados por partidos de

esquerda, preponderantemente o Partido dos Trabalhadores (PT) que inovam com a inclusão de novas práticas de democracia participativa, com destaque para o Orçamento Participativo implantado em Porto Alegre e que vai ser replicado em outras cidades.

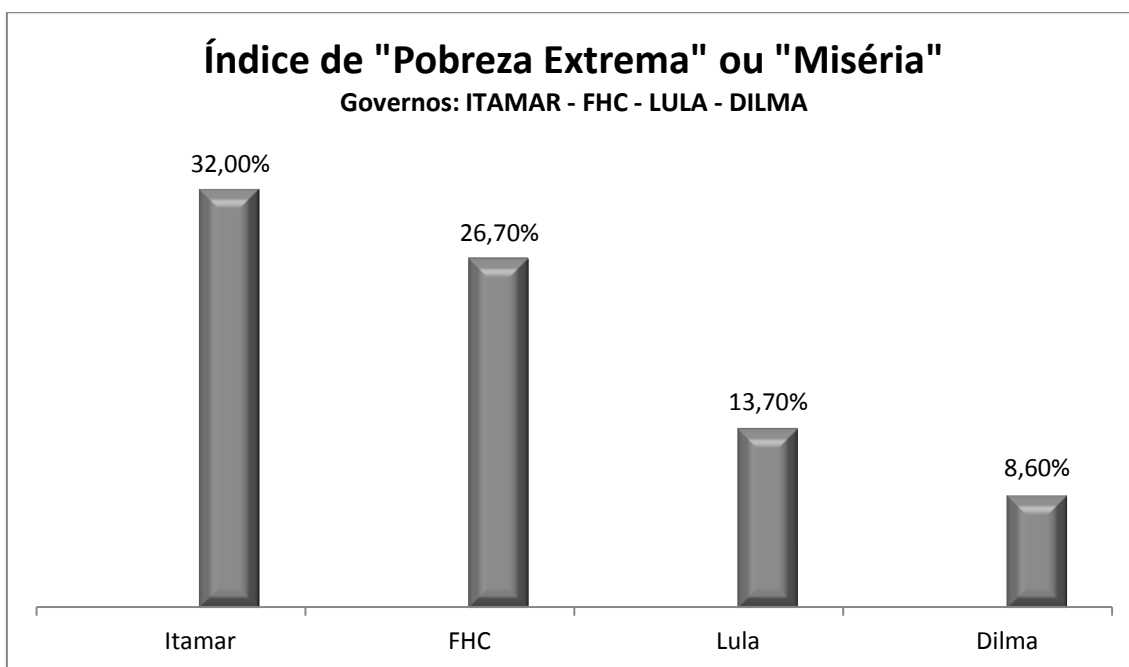
Com a ascensão do PT, através da eleição do metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva foram adotadas medidas que vieram a mitigar os problemas decorrentes da crônica e estrutural desigualdade social brasileira, visando o combate à fome e a miséria, tais como o Bolsa Família, o Crédito Consignado, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Luz para Todos. Mas com certeza o mecanismo mais efetivo para o processo de redução das desigualdades sociais foi a política de aumento real do salário mínimo que, segundo o Dieese, entre 2003 e 2011 foi de 55%. Em 2007, o governo cria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado ao investimento em obras de infraestrutura econômica social, que incluía desoneração fiscal de produtos industriais e incremento da construção civil. Esta política garantiu o crescimento econômico (ressalvado o ano de 2009 que sofre o impacto da Grande Recessão de 2008) e a redução das taxas de desemprego e da população em condição de pobreza.

GRÁFICO 7 - Taxa de desemprego no Brasil (% de janeiro de cada ano)



Fonte: PME/IBGE

GRÁFICO 8 - Índice de "Pobreza Extrema" ou "Miséria" no Brasil



Fonte: FGV

Como afirma Ermínia Maricato “não há dúvida que as políticas sociais implementadas pelos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva fizeram diferença na vida de milhões de brasileiros” (MARICATO, 2015, p. 35), no entanto, estas mesmas políticas passaram ao largo das reformas estruturais que o (PT) defendeu durante quase toda a sua existência. A Reforma Agrária que inclusive está escrita na Constituição Brasileira de 1988 como um objetivo da República brasileira, não foi implementada, mantendo-se intacta a concentradora estrutura fundiária brasileira. O sistema tributário e financeiro profundamente regressivo também não foi reformado, sendo que o Brasil é um dos poucos países que não tributam os dividendos de grandes empresas e as grandes fortunas não são taxadas, criando uma situação onde a população mais pobre é a mais tributada. Igualmente a auditoria da dívida pública prevista no texto constitucional foi relegada pelos governo petistas. Também a Reforma Política não foi encaminhada mantendo-se a estrutura clientelista e o presidencialismo de coalizão. E a Reforma Urbana, apesar dos avanços contemplados pela legislação urbanística já salientado anteriormente, não saiu do papel.

Inicialmente é importante salientar que a política de desenvolvimento urbano do ponto de vista das competências constitucionais é do Município, que a partir do Plano Diretor deveria aplicar os instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, sendo que contudo, apesar de passados mais de quinze anos, a maioria das cidades sequer aprovaram as leis municipais necessárias para a regulamentação destes instrumentos. Pedro Fiori Arantes em artigo que discorre sobre a centralidade da questão urbana no Junho de 2013, afirma, em relação à este arcabouço de legislação urbanística que surgiu a partir da aprovação do Estatuto da Cidade, que:

Constatamos hoje que a quase totalidade desses instrumentos legais não é aplicada, sobretudo no que diz respeito a garantir a função social da propriedade, sobretaxar grandes propriedades privadas, imóveis abandonados ou especulativos, forçar a urbanização de terrenos ociosos, cobrar a dívida ativa de devedores por meio da dação de imóveis, combater os crimes ambientais realizados pelos ricos, barrar despejos forçados fazendo valer o direito inalienável à moradia (pela Constituição Federal, o direito à propriedade privada no Brasil é relativo) e, por fim, orientar e planejar o crescimento das cidades em favor das maiorias, da qualidade de vida dos cidadãos e contra sua apropriação como mais um negócio do capital, agora em sua fase financeira e globalizada. (SAMPAIO JR, 2014, p.

Esta inércia por parte dos Municípios brasileiros de buscarem a efetivação dos instrumentos urbanísticos que segundo vários autores seriam indutores da reforma urbana brasileira se largamente aplicados (ROLNIK & SAULE JUNIOR, 2007) não pode per si, explicar o agravamento das condições de vida da população que vivem nas grandes metrópoles brasileiras.

Após o incremento do Programa de Aceleração da Economia (PAC) em 2007, os governos do PT, passam a impulsionar o que veio a ser o maior programa habitacional registrado no país, chamado de Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que conforme Ermínia Maricato informa retoma a “visão empresarial da política habitacional, ou seja, de construção de novas casas, apenas, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e muito menos a cidade”. (MARICATO, 2017, p. 37) De fato, o financiamento habitacional privado sofre um incremento sem precedentes, o que representou um “boom” imobiliário no Brasil.

O MCMV representou uma aposta pesada do governo federal para enfrentar a crise econômica de 2008, sendo que apresenta “pela primeira vez

uma política habitacional com subsídios do governo federal” (MARICATO, 2017, p. 38) ancorado na securitização do financiamento bancário. Em um artigo publicado ainda em 2011, Pedro Fiori Arantes e Mariana Fix já denunciavam que tal como é desenhada a atual política de subsídio do MCMV “tem na família sem-teto como “álibi social” para que o “Estado favoreça, na partição da mais-valia, uma fração do capital: o circuito imobiliário (construtoras, incorporadoras e proprietários de terra)”, sendo que, “na verdade, o subsídio financeiro está sendo dirigido ao setor imobiliário tendo como justificativa a “chancela social” dada pela habitação popular” (ARANTES & FIX, 2011).

Ermínia Maricato aponta a existência de um paradoxo que se originou a partir desta política habitacional centrada no financiamento privado, pois quando ocorreu a retomada do investimento em habitação, saneamento e transporte urbano pelo estado brasileiro, “um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis, considerada a “mais alta do mundo”. E continua exemplificando: “entre janeiro de 2008 e janeiro de 2015, o preço dos imóveis subiu 265,2%, no Rio de Janeiro; e 218,2%, em São Paulo, liderando o aumento entre as capitais do país” (MARICATO, 2017, p. 39), conforme índice FIPEZAP.

Este processo de intensa especulação imobiliária implicou principalmente no aumento da área urbana, tendo em vista o modelo de desenvolvimento urbano centro-periferia hegemônico no Brasil. Neste modelo, a especulação imobiliária incide principalmente nos imóveis mais centrais, sendo que a única opção do mercado imobiliário é buscar nas periferias das cidades e nas cidades suburbanas das grandes metrópoles os terrenos para a construção das moradias populares. Com o crescimento da população vivendo nas áreas mais afastadas no perímetro urbano implica na imediata demanda pelos chamados extensores urbanos, especialmente no que concerne o transporte coletivo.

Neste contexto o paradoxo apontado por Ermínia Maricato também é relevado por Pedro Fiori Arantes, destacando o processo de sobrevalorização

imobiliária fomentada pela política habitacional implementada a partir da crise de 2008 pelos governos do PT:

Trata-se, à primeira vista, de uma onda de valorização imobiliária rentista que parece beneficiar a todos, dos grandes proprietários aos pequenos, que veem seu capitalzinho imobiliário valorizar-se e têm a certeza de que sempre valeu a pena estar ao lado da propriedade privada. Contudo, essa valorização da terra cria uma situação desfavorável aos trabalhadores, ampliando a diferença entre renda imobiliária e renda do trabalho (salários). Hoje é cada vez mais caro comprar e alugar a moradia, os aumentos de IPTU serão inevitáveis, acima da inflação e dos salários. Daí a chance de ampliação do endividamento e da inadimplência, chegando atualmente a 70% em algumas faixas de financiamento, incluindo o MCMV, que, por isso, parece estar com os dias contados. Dessa valorização não surgiram cidades melhores, mais justas e integradas. Quanto mais se investe, mais caras e piores ficam – um aparente paradoxo, mas explicável no sistema em que vivemos. Países com grandes projetos habitacionais como o nosso, no qual se privilegiam quantidades ao invés de qualidades, e desconsidera-se o processo complexo de fazer cidades, produziram uma série de desastres urbanos e sociais, muitos deles irreversíveis. Por mais que se ataque o déficit de teto para morar, esse modelo de produção da casa-mercadoria não reverte nosso principal déficit, que é o de falta de qualidade urbana, pois a urbanização que promove é desurbanizadora (e desoladora).

Aliado a questão habitacional que sem dúvida é central na análise da crise urbana brasileira, outro elemento fundamental da conjuntura específica que influenciou diretamente para a explosão de Junho de 2013 foi a realização dos megaeventos da Copa do Mundo de 2015 e das Olimpíadas de 2016 (na cidade do Rio de Janeiro). Uma articulação engendrada entre as diversas esferas governamentais, entidades internacionais e grandes corporações e empreiteiras “é posta a funcionar, buscando legitimar, com o urbanismo de espetáculo, gastos pouco explicáveis para um país que ainda tem enorme precariedade nas áreas de saúde, da educação, do saneamento e dos transportes coletivos.” (MARICATO, 2015, p. 41). “Queremos escolas e hospitais padrão FIFA” foi um dos slogans escritos em diversos cartazes, de diversas cidades brasileiras, que sintetizava o sentimento de indignação dos manifestantes de Junho de 2013, contra a falta de critérios para o uso do dinheiro público, que não chega em quantidade suficiente para a rede pública de ensino e de saúde. Como alerta Chigo Alencar “o ‘Padrão Fifa’ que se reclamada, por óbvio, não é o da gestão da entidade, com tantas denúncias de corrupção...” (ALENCAR, 2013, p. 22)

Em seu artigo intitulado “Quando a cidade vai as ruas”, publicado no já mencionado livro “Cidades rebeldes” igualmente evidencia a importância dos megaeventos para o desencadeamento dos protestos de Junho de 2013:

Megaeventos, meganegócios, megaprotestos. Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016. De um lado, a repressão brutal e a rapidez com que a mídia e governos tentaram amedrontar e encurralar os movimentos deveu-se, ao menos em parte significativa, à preocupação em impedir que jovens irresponsáveis e “vândalos” manchassem a imagem do Brasil num momento em que os olhos do mundo estariam postos sobre o país, devido à Copa das Confederações. “Porrada neles.” A grande mídia deu o tom, e o ministro da Justiça compareceu ao telejornal da principal rede de televisão para colocar a Força Nacional à disposição de governos estaduais e municipais. (MARICATO, et al., 2013, p. 37)

Outro fator importante que evidencia o acirramento da crise nas cidades brasileiras é o incremento da violência urbana. A questão da segurança pública atualmente é uma das grandes demandas da população, que tem como causas não apenas os fatores relacionados a economia. A gestão dos conflitos urbanos sob a ótica da ideologia neoliberal dominante não só acirra as desigualdades sociais, mas também fomenta a fragmentação e segregação espacial que confina em verdadeiros guetos periféricos uma parcela significativa da população, que é concomitantemente vítima da violência estatal e das organizações criminosas integradas por traficantes e milicianos. Um indicador que evidencia esta questão é os índices de assassinatos no país, como explica Ermínia Maricato:

A contar a partir dos anos 1980, o impacto das décadas seguintes de baixo crescimento, alto desemprego e recuo das políticas públicas e sociais determinadas pelo receituário neoliberal pode ser medido por muitos indicadores, mas vamos fazê-lo aqui pelo aumento da violência urbana. A taxa de homicídios cresceu 259% no Brasil entre 1980 e 2010. Em 1980, a média de assassinatos no país era de 13,9 mortes para cada 100 mil habitantes. Em 2010, saltou para 49,9. A principal vítima dos homicídios é o jovem negro e pobre, morador da periferia metropolitana (MARICATO, et al., 2013, p. 21)

A crise urbana é uma crise sistêmica. Ela se desdobra em várias questões que emergem das múltiplas contradições inerentes à cidade capitalista. A mercantilização da cidade, a sua intensa fragmentação e segregação espacial e o papel do Estado, que privilegia o processo de acumulação do capital, em especial do capital especulativo imobiliário,

intensificam estas contradições. Dentre estas, em Junho de 2013 emergiu com destaque a questão do direito a mobilidade urbana. Como já frisado anteriormente, o direito de ir e vir nas cidades é cada vez mais restrito pelo modelo de desenvolvimento urbano adotado, que engendra o “inferno urbano” já mencionado por Marilena Chauí e que, segundo Pedro Fiori Arantes pode ser considerado um verdadeiro “apocalipse motorizado”.

3.7 O apocalipse acontece nas ruas das grandes cidades

Em Junho de 2013 a questão urbana específica que foi evidenciada pela juventude paulistana, liderada pelo MPL, foi a questão da mobilidade. Mobilidade é a condição necessária para a efetivação do direito à cidade. A questão urbana não se limita a questão da mobilidade urbana, mas sem o direito de ir e vir não se tem o acesso aos outros direitos como ao trabalho, a saúde, educação, ao lazer e à moradia, que integram em seu conjunto o direito à cidade.

As contextualizações apresentadas anteriormente nos artigos de Marilena Chauí e de Plínio Sampaio Junior talvez dão conta de evidenciar a centralidade da questão da mobilidade urbana como impulsionadora dos acontecimentos de Junho de 2013, no entanto, busca-se na presente tese reforçar o entendimento de que este fator é essencial para buscar a compreensão deste fenômeno social.

A questão da mobilidade urbana no Brasil, e em especial nas grandes e médias cidades, ganha cada vez mais contornos de uma iminente tragédia. Um dos indicadores deste quadro é o número de acidentes fatais no trânsito brasileiro, quem em 2012 foi de cerca de 61 mil mortes em todo o Brasil, conforme consta do quadro estatístico a seguir representado, fornecido pelo Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT):

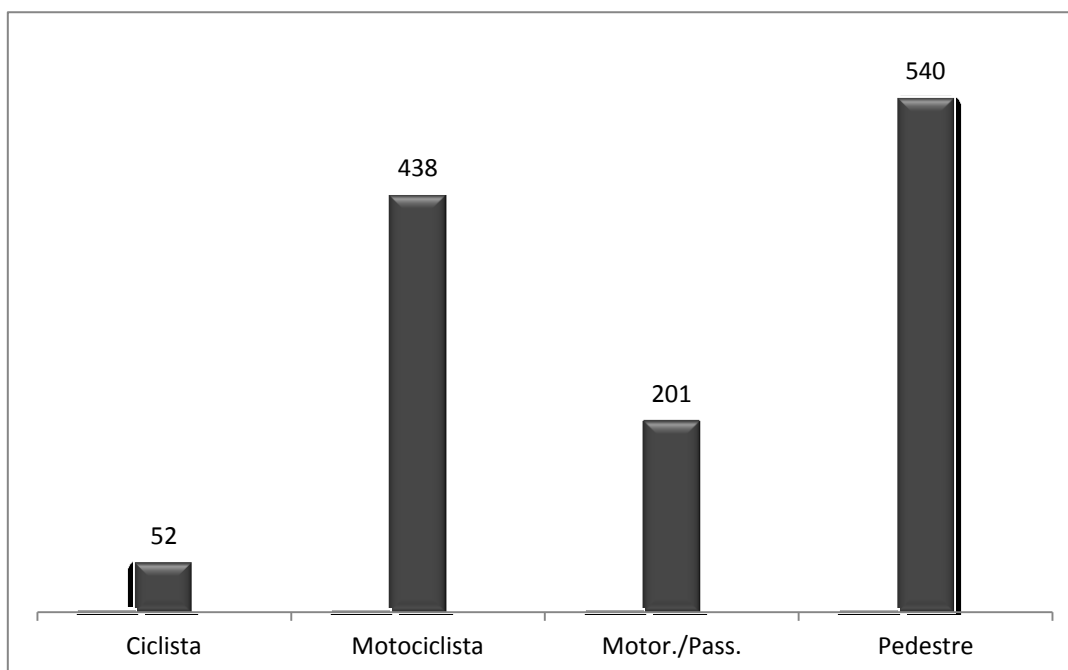
TABELA 8 - Sinistros indenizados no âmbito do seguro DPVAT, por ano de indenização

Ano de indenização do sinistro	Sinistros de morte	Sinistros de invalidez permanente	Sinistros de despesas com assistência médica	Total
2002	37018	16280	41306	94604
2003	34735	16929	56087	107751
2004	34591	22391	61538	118520
2005	55024	31121	88876	175021
2006	63776	45635	83707	193118
2007	66838	80333	104959	252130
2008	57116	89474	125413	272003
2009	53052	118021	85399	256472
2010	50780	151558	50013	252351
2011	58134	239738	68484	366356
2012	60752	352495	94668	507915
2013	54767	444206	134872	633845
2014	52226	595693	115446	763365
2015	42501	515751	94097	652349

Fonte: DPVAT

Estes dados nacionais incluem obviamente as mortes decorrentes de acidentes ocorridos nas rodovias brasileiras, sendo que é notório, o entendimento de que tais acidentes são mais letais que aqueles ocorridos nas áreas urbanas, principalmente considerando a velocidade de tráfego dos veículos. No entanto, os números de vítimas fatais de acidentes na cidade de São Paulo também são significativos e expressam a violência do trânsito urbano. Segundo os dados do Centro de Engenharia de Tráfego do Município de São Paulo (CET) em 2012 contabilizou-se 1.231 vítimas fatais em acidentes de trânsito na cidade de São Paulo, sendo que 540 delas eram pedestres e 52 ciclistas, que constituem a parcela mais vulnerável das vítimas do trânsito paulistano:

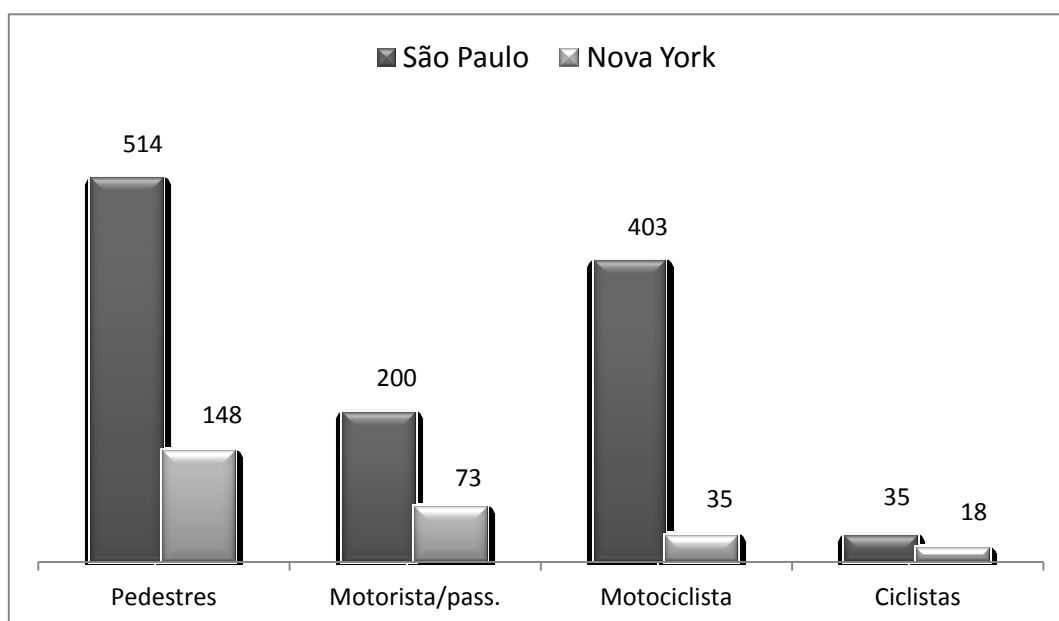
GRÁFICO 9 - Mortes, por tipo de usuários das vias - SP



Fonte: CET-SP

Para se ter um quadro comparativo com outras cidades do mesmo porte de São Paulo destaca-se o gráfico disponibilizado pelo sítio Mobilize.org da ONG Mobilidade Sustentável Brasil, comparando o número de mortes no trânsito com Nova York:

GRÁFICO 10 - Número de mortes no trânsito São Paulo/Nova York (2013)

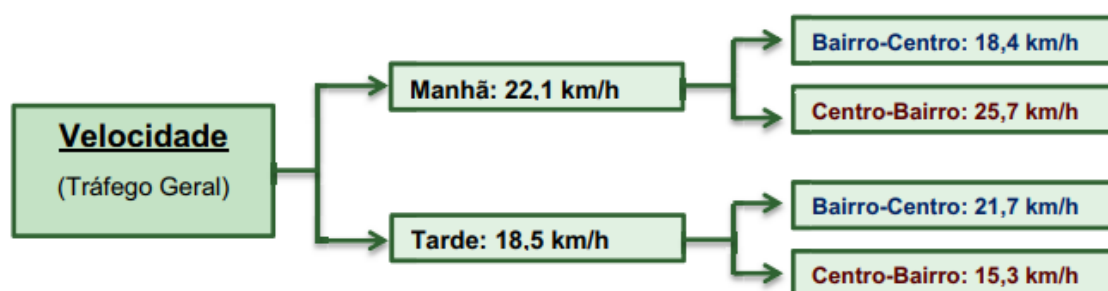


Fonte: Mobilize.org

Outros dados permitem ter uma melhor compreensão da situação caótica da imobilidade urbana, principalmente na cidade de São Paulo. Segundo o relatório da Associação Nacional de Transportes Públicos do ano de 2012, o tempo médio das viagens em São Paulo era de 2 horas e 42 minutos, sendo que para um quinto da população a média de quatro horas. Conforme afirma Ermínia Maricato “uma parte da vida se passa nos transportes, seja ele um carro de luxo ou num ônibus ou trem superlotado – o que é mais comum.” (MARICATO et al., 2013, p. 25).

O congestionamento do tráfego paulistano também é impactante e pode ser aferido pela velocidade média no trânsito das ruas da cidade, conforme esquema abaixo fornecido pelo relatório de mobilidade do CET-SP, referente ao ano de 2012:

ILUSTRAÇÃO 10 - Fluxograma da velocidade de tráfego em São Paulo

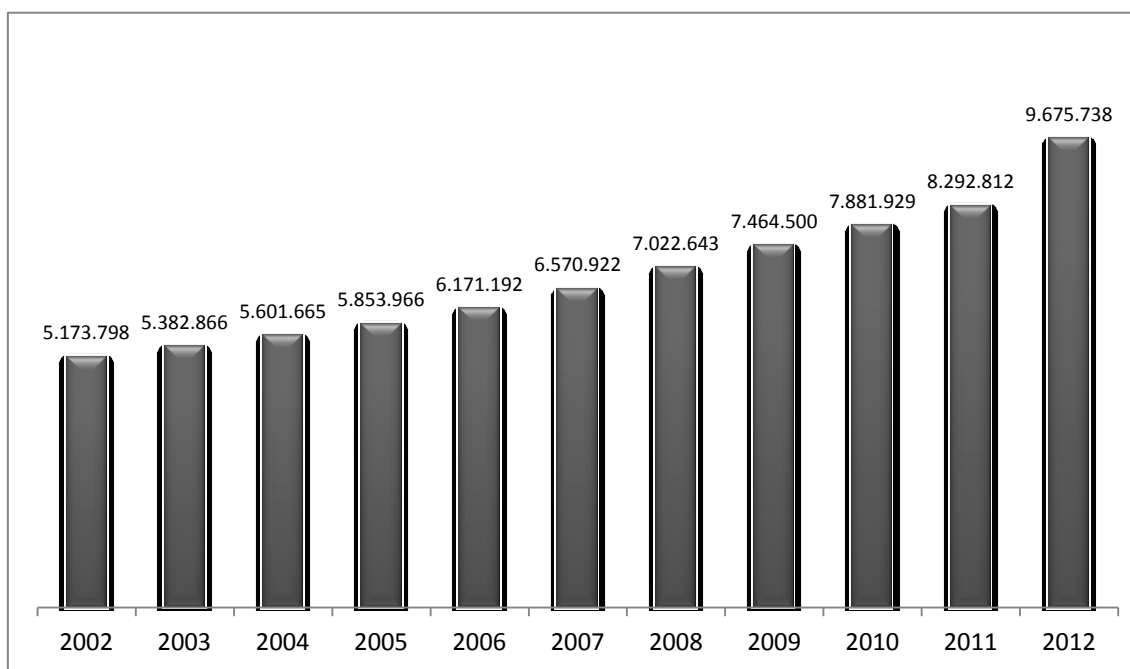


A velocidade média de 22,1 km/h dos automóveis nas ruas paulistanas corresponde a velocidade de uma bicicleta. Aliás o número de automóveis na região metropolitana de São Paulo em 2012 era de 8.675.738, conforme estudo apresentado elaborado pelo Observatório das Metrópoles partir dos dados do Denatran:

São Paulo, a metrópole mais populosa, contava, em 2012, com a maior frota, aproximadamente 8,6 milhões, o que equivale a 17,3% de toda a frota nacional. Entre 2001 e 2012 a frota da metrópole paulistana cresceu em 76%, o que corresponde a mais de 3,7 milhões em termos absolutos. Embora abaixo do crescimento das metrópoles e do crescimento do Brasil (119,6%) é uma soma considerável, principalmente se considerarmos a frota já existente em 2001, que era de 4,9 milhões de automóveis. (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2013)

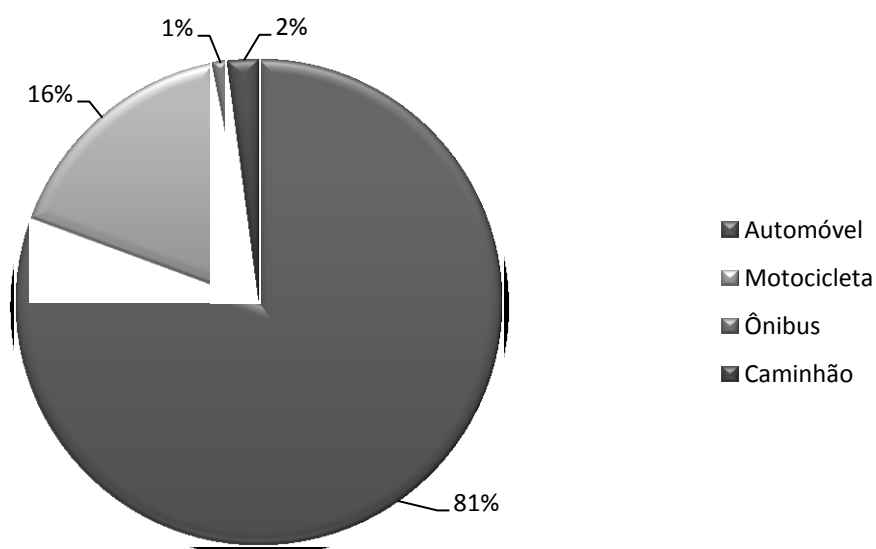
Em comparação com o número de outros veículos que integram a frota paulistana os automóveis representavam em 2012 o equivalente a 79% de todos os veículos que trafegavam nas ruas paulistas, conforme dados do CET-SP:

**GRÁFICO 11 - Frota de automóveis - Região Metropolitana de São Paulo
(2001 a 2012)- em milhões**



Fonte: CET-SP

GRÁFICO 12 - Composição da frota em São Paulo - 2012



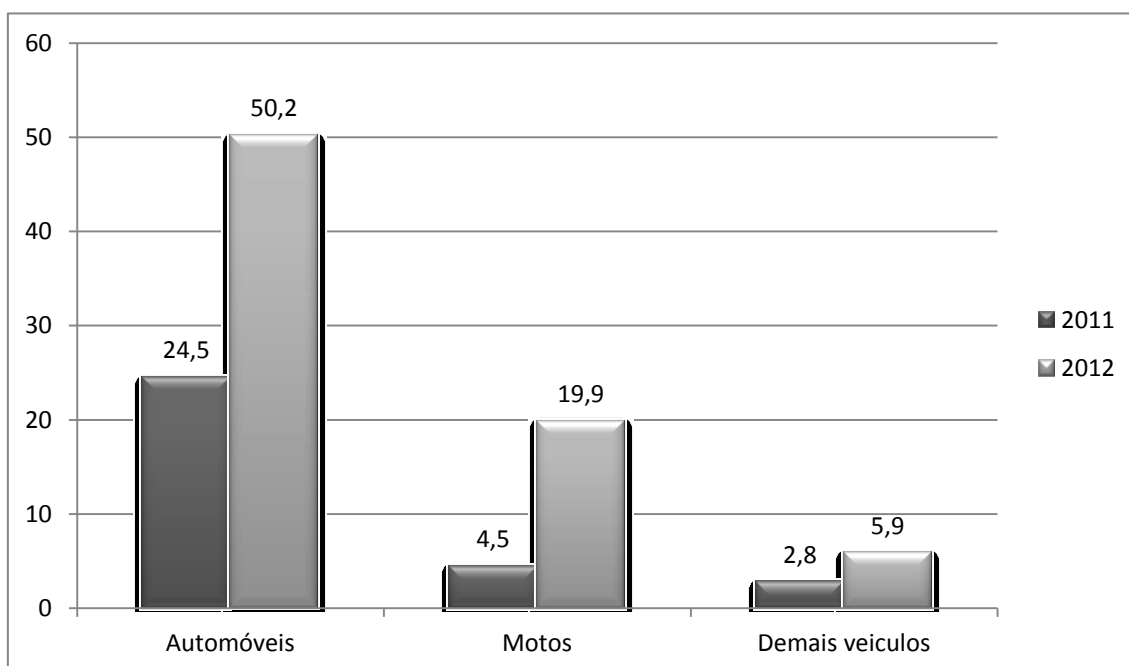
Fonte: CET-SP

Pedro Fiori Arantes afirma que o automóvel é uma mercadoria “sui generis”, e explica:

Tomado individualmente, como objeto técnico cada vez mais aperfeiçoado para locomoção individual ponto a ponto, ele é uma das maravilhas do progresso técnico e do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Contudo, do ponto de vista do consumo coletivo do automóvel, enfileiram-se (ou engavetam-se) os paradoxos. Trata-se de uma mercadoria que, quanto mais vendida e consumida, mais torna-se inoperante. Isso porque o automóvel é um bem privado consumido no espaço público, que é limitado, por mais que se ampliem as obras de ruas e avenidas. Como dois corpos não ocupam o mesmo espaço, quanto mais carros nas ruas, menos andam. A trava do sistema de mobilidades produz um efeito dominó de irracionalidades: desgaste dos equipamentos, consumo excessivo de combustíveis, poluição do ar e sonora, stress, acidentes, gastos em saúde pública etc. Mesmo assim a indústria especializa-se em carros superpotentes e gigantes, que ficam parados em congestionamentos monstro. (ARANTES, 2013)

O estudo já citado anteriormente, elaborado pelo Observatório das Metrópoles, aponta que o número de automóveis “passou de pouco mais de 24,5 milhões, em 2001, para 50,2 milhões, em 2012. Isso significa que a quantidade de automóveis exatamente dobrou, com um crescimento de 104,5%” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2013), conforme demonstra o gráfico abaixo:

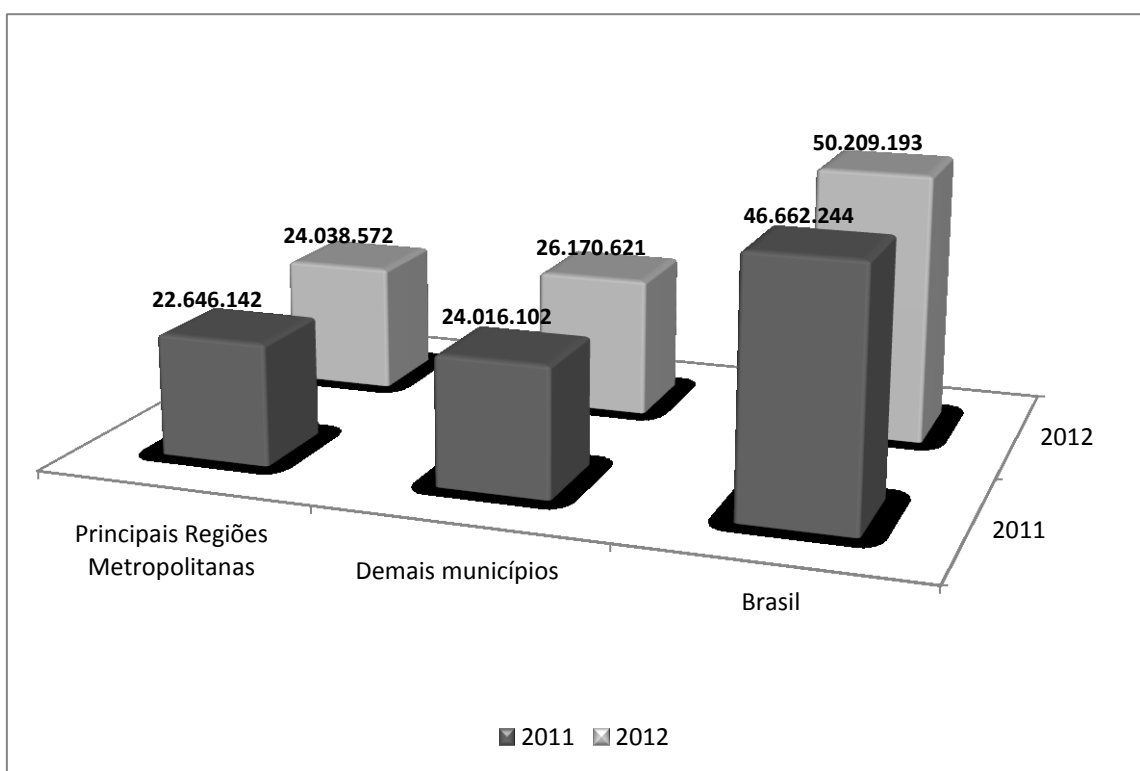
GRÁFICO 13 - Frota de veículos automotores no Brasil por tipo (2001-2012) - em milhões de unidades



Fonte: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Outro elemento de análise importante é a constatação que quase a metade da frota de automóveis no Brasil estão concentradas nas vinte e três grandes metrópoles, o que corresponde a uma imensa concentração espacial dos automóveis em todo o território brasileiro, tornando ainda mais caótica a situação vivenciada pelos habitantes destes grandes centros populacionais brasileiros. Esta concentração é expressa no gráfico abaixo:

GRÁFICO 14 - Frotas de automóveis - Brasil, Principais RMs e Demais municípios (2011 - 2012)



Fonte: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES

Esta prioridade ao transporte individual também se reflete nos investimentos em obras de infraestrutura dedicadas à circulação de automóveis. Conforme tabela abaixo elaborada em relatório apresentado pela Associação Nacional de Transporte Público, entre 2003 a 2014 o patrimônio em infraestrutura no transporte coletivo saltaram de 120 bilhões para 272 bilhões, sendo que no transporte individual evoluiu de 426 bilhões para 933 bilhões.

TABELA 9 - Valor estimado do patrimônio envolvido na mobilidade urbana, por tipo (bilhões de reais)												
Tipo	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
TC-Veíc.	34	38	39	42	44	44	47	55	64	70	73	82
TC-Infra.	120	127	134	146	154	164	171	185	197	238	254	272
Sub.Tot.-TC	154	164	173	188	198	208	218	240	261	308	328	354
TI-Veíc	495	546	600	630	738	834	932	1.069	1.220	1.383	1.548	1.729
TI-Infra.	426	467	499	522	558	610	643	692	741	794	870	933
Sub.Tot.-TI	921	1.013	1.099	1.152	1.296	1.444	1.575	1.761	2.176	2.176	2.418	2.662
Total	1.076	1.177	1.272	1.339	1.494	1.652	1.793	2.001	2.484	2.484	2.745	3.016

Fonte: ANTP

Segundo Ermínia Maricato esta política voltada ao incremento das estruturas destinadas ao transporte individual são “verdadeiros assaltos aos cofres públicos, os investimentos em obras de viadutos, pontes e túneis, além de ampliação de avenidas, não guardam qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário” (MARICATO et al., p. 25).

É importante frisar que a política de desenvolvimento urbano que marcou o primeiro decênio deste século no país coincidiu com os governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Como frisado anteriormente, o Estatuto da Cidade aprovado em 2001, que prometia constituir a base jurídica para uma Reforma Urbana pautada no combate a especulação imobiliária e na efetivação do direito à cidade sustentável não saiu do papel. O próprio Ministério das Cidades após o período em que teve a frente o petista Olívio Dutra, na lógica da governabilidade calcada na conciliação de classes, foi entregue ao Partido Progressista, partido herdeiro da ditadura militar cujos quadros sempre estiveram alinhados com as grandes corporações imobiliárias e proprietários urbanos. A política de incentivos e renúncias fiscais ao setor automobilístico foi

o grande responsável pelo incremento do transporte individual, aliada a uma política de facilitação ao financiamento para aquisição de veículos. Pedro Fiori Arantes destaca:

De outro lado, a expansão vertiginosa do crédito ao consumo de automóveis, a juros zero e parcelas a perder de vista, permitiu o crescimento artificial do setor, com altos riscos, como demonstrou a crise do crédito *subprime* nos Estados Unidos. Por aqui as taxas de inadimplência também cresceram, com veículos sendo retomados pelas financiadoras, gerando prejuízos a ponto de a principal financeira de automóveis ter sido semiestatizada pelo governo: o Banco Votorantim, do ex-mais rico do Brasil, Antonio Ermírio de Moraes, teve 49,9% de suas ações compradas por quase R\$ 5 bilhões pelo Banco do Brasil para tampar o rombo na inadimplência da BV Financeira de automóveis. O Itaú foi outro a perder bilhões com inadimplência no crédito de veículos. (ARANTES, 2013)

Neste cenário, emerge Junho de 2013, com os jovens tomando as ruas para protestar contra o caos urbano que vivenciam no seu cotidiano. E não foi coincidência que o estopim das manifestações ocorreu na metrópole paulistana tendo como motivação a questão da mobilidade urbana. O “inferno apocalíptico” das grandes e médias cidades brasileiras conseguiu catalisar o sentimento de indignação de uma parcela importante da população.

4 UTOPIA

4.1 Território da utopia

Território aqui tem correspondência com a definição proposta por Marcelo Lopes de Souza, ou seja, “é, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2006, p. 331). Para definir o que é poder o autor utiliza a ideia de poder enquanto potência de Hannah Arendt, que exemplifica: “a revolta popular contra governantes materialmente fortes pode gerar um poder praticamente irresistível, mesmo quando se renuncia a violência face às forças materiais vastamente superiores”. (ARENDT, 2003, p. 212) Então, para Hannah Arendt o poder não é sinônimo de força, mas sim a capacidade transformadora que pode ser expressa na revolta (mesmo que pacífica) dos povos contra governos (mesmo aqueles que se impõe pela força).

Este “poder praticamente irresistível” das revoltas sociais somente se potencializa quando fundado em um projeto utópico igualmente irresistível. E também quando o embate ocorre em determinado território apropriado para o exercício deste poder-potência popular. Qual seria então o território que melhor desenvolve as lutas emancipatórias propícias para o desenlace dos projetos utópicos neste determinado momento histórico? A resposta que se revela sem dúvida é que são as ruas dos grandes centros urbanos. Então em Junho de 2013 as ruas e as praças constituem não apenas o cenário onde se desenvolve os embates, mas também o território em que se projetam as Novas Utopias.

Como visto anteriormente o estopim de Junho de 2013 foi a manifestação convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL), contra o aumento da tarifa dos ônibus do transporte público em São Paulo, que contou com a participação de pouco mais de duas mil pessoas, a grande maioria estudantes, e que ganhou destaque nas manchetes dos órgãos da grande imprensa, pela violência com que a polícia militar paulista reprimiu os manifestantes. Já o auge

do movimento foi o dia 20 de junho, que mobilizou quase dois milhões de manifestantes em mais de quatrocentas cidades brasileiras. Esta explosão do movimento contestatório pode ser explicada em parte pela chamada "propagação viral" através das redes sociais da Internet e que foram utilizadas em outros protestos. Os acontecimentos de Junho de 2013 marcaram a disputa de visões antagônicas de cidade: de um lado a cidade capitalista caracterizada pelo intenso processo de mercantilização e segregação espacial e de um lado o projeto de uma "cidade sem catracas" proposta pelo MPL.

Defende João Alexandre Peschanski em seu artigo "O transporte público gratuito, uma utopia real" publicado na já referida obra "Cidades Rebeldes" o caráter propositivo dos protestos de Junho de 2013, que se mobilizaram não apenas "contra" o aumento da tarifa do transporte público coletivo mas a "favor" de algo: "O MPL colocou na pauta de discussão política a proposta de tarifa zero, isto é, do transporte gratuito". (MARICATO et al., 2013, p. 59). Pedro Fiori Arantes igualmente enfatiza este aspecto:

O MPL (Movimento do Passe Livre) e outros grupos de luta por transportes (como o Bloco de Luta por Transporte Público, de Porto Alegre) não apenas obtiveram na rua a vitória dos vinte centavos em dezenas de cidades como conseguiram disseminar no imaginário coletivo a possibilidade da tarifa zero nos transportes, como direito urbano fundamental que conecta os cidadãos a outros direitos (educação, saúde, lazer, cultura, esportes). Afinal, sabe-se que o transporte onera excessivamente a renda de muitos trabalhadores e que 1/3 das populações das cidades não tem sequer como arcar com a tarifa, tendo que andar a pé. Ter que pagar para ir à escola, ao hospital, ao centro cultural, ao museu, ao parque e à praça, quase todos serviços gratuitos, pode ser um impedimento ao seu acesso para muitos cidadãos. (ARANTES, 2013)

Para esta pesquisa a grande contribuição do artigo de João Alexandre Peschanski é trazer ao debate acadêmico e político a dimensão utópica do projeto de cidade defendida pelos manifestantes de Junho de 2013 através da consigna "Tarifa Zero Já!". A proposta da gratuidade no transporte coletivo numa análise mais superficial não confrontaria o capitalismo, no entanto, em seu escopo está inserido uma contradição irremediável com as grandes corporações que lucram com a cidade capitalista:

Do ponto de vista econômico, o capitalismo não é incompatível com o passe livre. Desejável e viável, aliás, a proposta contribui para a eficiência da reprodução do capitalismo. Mas, e nisso reside o caráter explosivo da proposta, também é compatível, principalmente, com

uma alternativa social – em que elementos de justiça social e econômica não são residuais, mas o centro gravitacional de toda a atividade econômica – e se coloca como um desafio aos interesses de grupos capitalistas poderosos. As montadoras têm, evidentemente, interesse em manter a sociedade dependente dos carros que fabricam. Para garantir seus lucros, precisam manter essa dependência e investem para pressionar os governos locais e federal de forma a preservar seu controle sobre o sistema de transporte. (MARICATO et al., 2013,62)

Apesar deste forte componente utópico, segundo João Alexandre Peschanski a efetividade de um sistema de transporte público gratuito não seria viável apenas numa configuração social futura ou hipotética, e acentua o seu caráter utópico-realista, conceito que empresta do sociólogo estadunidense Eric Olin Wright². A proposta do MPL de transporte coletivo gratuito então “combina o diagnóstico da irracionalidade da sociedade dependente de automóveis individuais e uma alternativa possível nos parâmetros estabelecidos pela própria economia convencional.” (MARICATO et al., 2013, p. 60), sendo que neste contexto a tarifa zero se justificaria economicamente pelos seus impactos positivos na diminuição dos custos sociais relacionados à

² A ideia de utopias reais está enraizada no que pode ser denominado de reivindicação fundamental de todas as formas de sociologia crítica: nós vivemos em um mundo em que formas de sofrimento humano e os déficits de florescimento humano são o resultado da organização de nossas estruturas e instituições sociais. Pobreza em meio à abundância não reflete alguma lei inalterável da natureza; ela é o resultado do caminho existente de organizações sociais de poder e desigualdade que afetam massivamente as possibilidades de florescimento humano. Esta reivindicação fundamental sugere três tarefas centrais para uma sociologia crítica: primeiro, o diagnóstico das causas sociais desses danos; segundo, a elaboração de instituições e estruturas alternativas; e terceiro, o desenvolvimento de uma teoria da transformação que nos diz como percorrer este caminho. O estudo de utopias reais é um caminho de abordagem da segunda destas tarefas. A utopia em “utopia real” significa pensar sobre alternativas para instituições dominantes no sentido de incorporar nossas mais profundas aspirações para um mundo justo e humano. Isto é fundamentalmente uma questão moral: figurando fora dos padrões morais pelos quais as instituições devem ser julgadas e explorando como arranjos institucionais alternativos podem realizar tais valores de forma mais completa. O real em “utopia real” também explora alternativas para instituições dominantes, mas focam no problema da dinâmica das consequências não-intencionais e autodestrutivas. O que nós precisamos é de cabeças abertas e modelos rigorosos de alternativas viáveis para a existência de instituições sociais que incorporem nossas aspirações mais profundas de florescimento humano e também leve a sério o problema do desenho prático de instituições operacionalizáveis – e, portanto, estarem atentas para o que é preciso para trazer essas aspirações para o mundo real. Explorar utopias reais implica em desenvolver a sociologia do possível, não apenas do atual. Mas como nós fazemos isso sem cair em uma especulação inútil? Uma das mais férteis estratégias é identificar configurações já existentes que violam as lógicas básicas das instituições dominantes de maneira a incorporar aspirações emancipatórias e prefigurar utopias alternativas mais amplas. A tarefa da pesquisa é verificar como estes estudos de caso funcionam e identificar como eles facilitam o florescimento humano; para analisar suas limitações, dilemas e consequências não-intencionais; e entender formas de desenvolvimento de suas potencialidades e expansão de seu alcance. A tentação neste tipo de pesquisa é se tornar um torcedor, exaltando acriticamente as virtudes de promissores experimentos. O perigo é ser um cínico, vendo as falhas como sua única realidade e a potencialidade como uma ilusão. (WRIGHT, 2011)

poluição e suas consequências para a saúde da população; na diminuição dos custos de manutenção do tráfego urbano e dos acidentes de trânsito; no aproveitamento do tempo gasto nos engarrafamentos; extinção dos custos de operação e fiscalização relacionados a cobrança da tarifa, etc.

No entanto, para o desenvolvimento da presente tese dois aspectos são relevantes ao se destacar o caráter utópico dos protestos de Junho de 2013. Um deles é que “a difusão de uma alternativa utópico-realista rompe o marasmo da política sem questionamentos, de pactos consensuais, e abre espaço para polarizações propositivas, articuladas a novos discursos e ideologias” (MARICATO et al. 2013, p. 63). O outro aspecto marcante de Junho de 2013 é que a formulação dos projetos utópicos se dá a partir da reflexão a partir das práticas concretas que igualmente se desenvolvem coletivamente nas ruas e demais espaços comuns, principalmente nas redes sociais informatizadas. Estes movimentos se organizam como espelho que reflete a sociedade utópica almejada: o poder potência é exercido comunitariamente e as decisões são tomadas de forma horizontal, sem a constituição de uma vanguarda dirigente que orienta as ações políticas. A contestação ao sistema econômico e político dominante é explicitada através de palavras de ordens que revelam uma pluralidade de demandas e reivindicações.

Constituídos majoritariamente por jovens, todos os grandes movimentos de massa que marcaram o início da segunda década deste novo século, refletem o deslocamento espacial das lutas sociais que no século passado tinham como palco o “chão das fábricas”. A luta pelos direitos trabalhistas dá lugar a centralidade das lutas pela efetivação do direito à cidade, definido por Henri Lefebvre como a “forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar”, bem como o “direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade privada)” (LEFEBVRE, 2008, p. 134).

Neste processo emergem as Novas Utopias, diferente do utopismo tradicional, sendo que esta tese não tem a pretensão de buscar a sistematização do projeto utópico em curso, pois sua constituição encontra-se em pleno andamento. No entanto, ao situar a rua como território onde se

desenvolve a formulação e concretização desta Nova Utopia o que se pretende destacar é a centralidade das práticas cotidianas de homens e mulheres comuns e que buscam se construir como atores de sua própria emancipação.

4.2 As Novas Utopias

No final do século passado, desfeita a quimera socialista com a queda dos muros reais e ideológicos que por trás escondiam uma sociedade longe de ser perfeita (longe da utopia construída no final do século anterior e nos primórdios do século XX), muitos vociferaram a capitulação de todas as Utopias e o próprio fim da História pelo triunfo do pensamento único expresso na realidade imposta pelo sistema dominante. No entanto, esta presunçosa proclamação dos arautos defensores do capitalismo teve um curto período de duração e, curvados pela crise estrutural do sistema que se confirmou no início deste novo século, viram ressurgir com força um novo movimento de construção de Novas Utopias.

A tese propõe inicialmente uma breve excursão no território construído por estas Novas Utopias. Nem de longe se pretende aprofundar e muito menos esgotar a análise do conteúdo delas. Como um viajante em curto passeio vai destacar as impressões mais significativas e os fenômenos que afloram neste processo de resgate do pensamento utópico. Vai descrever as utopias tradicionais que ainda inspiram as Novas Utopias para em seguida comentar a crítica ao pensamento utópico, que teve na figura de Karl Marx seu expoente.

O termo “utopia” em grego significa “não lugar” ou “em lugar nenhum” e foi usado por Thomas More (Morus em latim) para designar a ilha imaginária descrita em sua obra homônima, cujo título original é “De Optimno Publicae Statuo Duque Nova Insula Utopia”, escrita em 1516.

Thomas Morus na sua Utopia descreve uma sociedade comunista imaginária situada numa ilha governada por uma assembléia eleita que tem por principal atribuição evitar os desequilíbrios sociais e garantir a igualdade aos

seus cidadãos. A inspiração em Platão, autor da célebre “República” é evidente na obra de Morus, que também influenciou outro pensador utópico da Renascença, o italiano Tommaso Campanella, que em 1602 escreveu a sua mais importante obra intitulada “A Cidade do Sol”.

Esta tríade de autores representam os expoentes do pensamento utópico clássico que tem em comum, além do idealismo, a crítica contundente ao sistema econômico e social vigente a época dos escritos de suas respectivas utopias.

Arístocles, de cognome Platão (428 a.C a 348 a.C), pensador ateniense, teve como mestre Sócrates (470 a.C a 399 a.C) que foi injustamente condenado a morte ao contrariar os interesses da minoria que detinha o poder na democracia ateniense. Este episódio levou Platão a total desilusão com a política e a justiça de Atenas, o que vai municiar a crítica social expressa no resgate do mito de Atlântida em “Crítias”, quanto à idealização da cidade (polis) ideal descrita na “República”, onde prevalece uma divisão racional do trabalho e a governança de reis-filósofos eleitos dentre a classe dos guardiões, incumbidos de zelar pelo cumprimento das leis. Reformador radical, Platão idealiza uma sociedade onde a família deixa de existir, onde as mulheres são comuns a todos os guardiões e as crianças seriam educadas pela cidade.

Também Morus vai descrever através de sua ilha utópica uma sociedade igualitária e harmoniosa em contraste com a situação vivida na Inglaterra de sua época. Para seu intento, de sua Utopia “ele excluiu as forças potencialmente disruptivas do dinheiro, da propriedade privada, do trabalho assalariado, da exploração”, bem como a “troca interna (mas não externa) de mercadorias, a acumulação do capital e o processo do mercado (ainda que não o mercado)” (HARVEY, 2009, p. 211)

Igualmente Campanella, provido de uma mente crítica e inquieta, foi por várias vezes preso como herético e sodomista, sendo que em Calábria, sua cidade natal, chefiou uma rebelião, inconformado com a miséria e a injustiça imposta pelo jugo espanhol, permanecendo preso por vinte e sete anos, período em que escreveu a utopia “A Cidade do Sol”, onde idealizou uma sociedade

naturalista e teocrática onde seriam abolidas a propriedade privada e a família, dando lugar a uma comunidade de bens e de mulheres.

Além da crítica social implícita na construção destas sociedades utópicas imaginárias, outra característica do utopismo clássico, que se denota da leitura da tríade analisada é, como afirma David Harvey, que todas essas formas de utopia podem ser caracterizadas como ‘utopias da forma espacial’, pois a temporalidade dos processos sociais é suprimida, “ao passo que a estabilidade social é garantida por uma forma espacial fixa” (HARVEY, 2009, p. 13). Mas do que uma “utopia da forma espacial” o pensador francês Henri Lefebvre encontra na obra dos utopistas clássicos uma “espécie de comunismo urbano que não seria nem camponês, nem ascético, nem artesanal”, para afirmar a seguir que o “comunismo utópico tem fontes urbanas tanto quanto agrárias”. (LEFEBVRE, 2008, p. 98).

De fato, vamos encontrar a referência ao urbano já no próprio nome da obra de Campanella, bem como é intensa a referência a “polis” tanto na “República” como em “Crítias” de Platão. E mesmo na Utopia de Morus destacasse a referência “as cidades da ilha, com especial menção de Amaurota”, (MORE, 2005, p. 56) capital daquela república fictícia.

E finalmente, uma terceira característica comum entre as obras destacadas acima é a busca dos autores do Eterno Retorno a um passado virtuoso, que o desenvolvimento econômico e social a eles contemporâneo corrompeu. Portanto, neste sentido específico a utopia é a contrapartida para o futuro do mito de uma idade áurea, que teria existido em um remoto passado.

Estes traços marcantes do utopismo chamado de clássico, que em diferentes intensidades vão influenciar o pensamento utópico posterior, também vai refletir nas tentativas de materializações das utopias de forma espacial, em especial no que se refer as experiências dos chamados socialistas utópicos, com destaque para Robert Owen e Charles Fourier.

Bastante conhecida é a crítica contundente de Marx e Engels aos chamados socialistas utópicos que lhe eram contemporâneos, apesar de enaltecer os escritos dos fundadores destas correntes, destacando Saint-

Simon, Fourier e Owen, que “aparecem no primeiro período da luta entre o proletariado e a burguesia” e que representam “a primeira aspiração... de uma transformação geral da sociedade”. A oposição marxiana decorre da “descrição fantástica da sociedade futura” (MARX; ENGELS, 1986, p. 118) e pela aversão à ação revolucionária e ao protagonismo da classe operária das correntes utopistas do socialismo. No entanto, a obra de Marx e Engels não se restringe à análise da sociedade capitalista, pois resulta na formulação da práxis emancipadora do proletariado, que liberto das amarras da dominação burguesa, iria construir uma nova sociedade.

Apesar de fundamentada em um arsenal metodológico poderoso, que permitiu formular a mais consistente crítica ao capitalismo, a nova sociedade prognosticada por Marx e Engels guarda similitude com a Utopia de Morus, pois contemporaneamente aos jovens escritores do Manifesto Comunista, o socialismo era um Não-Lugar, pois não existia no mundo real. Uma das diferenças desta “utopia marxiana” com os seus antecessores é justamente a existência de um embasamento teórico, capaz de revelar as contradições inerentes à sociedade capitalista, que aliado à práxis emancipadora do proletariado, classe protagonista da revolução social, permitiria construir sob novas bases estruturais, a utopia comunista almejada.

Neste contexto, pode-se afirmar como faz David Harvey que para Marx “o futuro tem que ser construído não segundo algum molde utópico fantástico, mas por meio de transformações tangíveis das matérias-primas que temos à disposição em nossa atual condição” (HARVEY, 2009, p. 251). Como enfatiza Henri Lefebvre, Marx recusava a procura de “prever ou imaginar o futuro... pois concebia a ‘via’ e não o ‘modelo’” (LEFEBVRE, 2008, p. 102).

Então, pode-se concluir a partir da reflexão acima explicitada que, se entender possível falar em “utopia marxiana”, ela se aproxima do conceito de “utopismo do processo social” definido por David Harvey. O geógrafo inglês faz a distinção entre “o utopismo do processo temporal ao lado utopismo da forma espacial” (HARVEY, 2009, p. 228) e que seja considerado também utópicos os esquemas imaginários dos processos sociais. O pensamento de Marx pode ser enquadrado nesta categoria de processo social temporal utópico

onde através da luta de classes “as classes-em-si, ao se transformar em classes-para-si, movem a história na direção do Estado aprimorado da sociedade comunista pós-revolucionária sem classes – em que o próprio Estado acaba por desmanchar-se no ar.” (HARVEY, 2009, p. 229).

Apesar de Marx ser considerado o grande adversário das concepções utópicas clássicas (de forma espacial) ao derrotar os defensores do socialismo utópico e propor o socialismo científico, pode-se afirmar que sua proposta de utopia do processo social foi exitosa. O pensamento de Marx constituiu a base teórica das grandes revoluções socialistas, que a partir da Revolução Soviética replicaram em grande parte do globo. No entanto, a vitória da “utopia marxista” foi efêmera, uma vez que o chamado “socialismo real” se revelou em grande parte uma distopia (ou antitopia), ou seja, uma sociedade autoritária e opressora, que renegou na prática, a quimera de igualdade e justiça social preconizada pelo movimento comunista.

Ao longo do século passado, enquanto perdurou a divisão do mundo entre países capitalistas e comunistas o conceito de utopia, que já se encontrava totalmente desacreditado ante a falência dos projetos utópicos posto em prática por Fourier, Owen e Étienne Cabet, entre outras experiências malogradas, foi totalmente refutada, pois os projetos de organização social concebidos passam a ter como paradigma experiências concretas: o socialismo real e o Estado de Bem Estar Social instituído principalmente na Europa pelos governos liderados pelos partidos socialistas e trabalhistas de matiz reformista.

O pensamento utópico somente vai ressurgir no final dos anos sessenta do século passado a partir dos movimentos liderados pelos estudantes franceses inspirados nas teorias de Herbert Marcuse e ganha mais força com a derrocada das ideologias socialistas e neoliberais, que vão ocorrer no final dos anos oitenta e no final da primeira década do Século XXI. Surgem então as Novas Utopias.

4.3 A Utopia Dialética de David Harvey

A partir do processo de retomada do pensamento utópico que ocorreu no final do século passado e continua neste período, muitos teóricos tem se destacado na formulação de conceitos e projetos utópicos. Merece destaque como precursor deste movimento de resgate da utopia Karl Mannheim, sendo que vários autores se debruçaram sobre o tema contemporaneamente.

Com certeza uma das significativas contribuições sobre o estudo das concepções utópicas é aquela apresentada por David Harvey em seu livro “Espaços de Esperança”, publicado em 2000, onde ao longo capítulo “O Momento Utópico” discorre uma consistente crítica tanto dos utopismos tradicionais (de forma espacial) como aqueles que se caracterizam como utopias do processo social, para então apresentar o conceito de Utopismo Dialético.

O Utopismo Dialético parte da premissa de que desde Einstein “não é possível separar de modo coerente o tempo e o espaço” (HARVEY, 2009, p. 239) o que implica na concepção de um utopismo explicitamente espaço-temporal, que busca a superação das debilidades encontradas tanto na utopia tradicional da forma espacial como a do processo social.

Harvey contextualiza o atual debate acerca do resgate utopista a partir do “colapso de formas utópicas específicas”, onde “o comunismo se acha em profundo descrédito como projeto utópico, e em nossos dias o liberalismo vem sendo visto cada vez mais como um projeto que não pode dar certo.” (HARVEY, 2009, p. 256). E preconiza que “há um momento e um lugar no incessante labor humano de mudança do mundo em que as visões alternativas, por mais fantásticas que sejam, oferecem a base para moldar poderosas forças políticas de mudança. Creio que nos encontramos precisamente num desses momentos” (HARVEY, 2009, p. 257).

Importante frisar que Harvey não labora com a contraposição da ideologia e a utopia e classifica como utopia dos processos o que denomina utopia do mercado que “se fundava nas atividades racionais do ‘homem econômico’ num contexto de mercados perfeitos.” (HARVEY, 2009, p. 230).

Realizada a crítica as formas utópicas específicas passa então Harvey a desenvolver sua proposta de Utopia Dialética que consiste em construir um utopismo espaço-temporal “que tenha raízes fincadas em nossas possibilidades presentes ao mesmo tempo que aponta trajetórias diferentes para os desenvolvimentos geográficos desiguais humanos” (HARVEY, 2009, p. 258). Para tanto, o geógrafo inglês vai fazer uso da alegoria que compara o trabalho dos arquitetos e abelhas, sendo que a principal distinção entre ambos é que “o arquiteto concebe na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” e “ao final do processo obtém-se um resultado que já existia na imaginação do trabalhador desde o começo.” (MARX, apud HARVEY, 2009, p. 263).

E contrariando a tradição marxista que a renega Harvey vai enfatizar a existência de uma natureza humana através da concepção de “ser em nossa espécie” o que implica em “nossas capacidades de transformar o mundo por meio do trabalho e, por meio disso, transformar a nós mesmos” e se soma a capacidade “de falar de como por em prática nossa imaginação, ainda que sujeita a restrições, na busca de realização de tal projeto” sendo que a partir da caracterização desta natureza do homem de “seres sensoriais em relação com o mundo que nos cerca” (HARVEY, 2009, p. 271/272) leva a formulação de um repertório básico de opções estratégicas para a ação humana que consiste na: competição e luta pela existência; a adaptação e diversificação em nichos ambientais; a colaboração e a ajuda mútua; as transformações ambientais; as organizações espaciais; e as ordenações temporais. Os seres humanos então se distinguem das outras espécies animais pela capacidade de chegar “as formas ricas e flexíveis de combinar os diferentes elementos” deste repertório básico “em complexos sistemas sociais” (HARVEY, 2009, p. 275).

A concepção de uma utopia dialética em Harvey vai enfatizar o que ele chama de responsabilidade perante a natureza e perante a natureza humana, o que corresponde à incorporação de um determinado discurso ecológico que contemple o equilíbrio entre a defesa da natureza e a defesa dos direitos sociais. Harvey afirma que:

Isto requer como reação que se organize um projeto de classe igualmente forte de prevenção e redução de risco, de recuperação e controle de recursos, em que a classe trabalhadora, os destituídos e os marginalizados assumam um papel de liderança. No momento em que eles estiverem desempenhando este papel, vai ser possível trazer à baila toda a questão de construir um modo alternativo de produção, de troca e de consumo que não apenas reduza os riscos, como também seja ambiental e socialmente justo e sensível. (HARVEY, 2009, p. 292)

Assim, após a explanar a relação entre o utopismo espaço-temporal e as qualidades ecológicas implicitamente necessárias para a compreensão do projeto utópico proposto, David Harvey, passa a discorrer sobre as potencialidades e capacidades, bem como das ações concretas deste “arquiteto rebelde”, figura que traveste todos aqueles que se empenham em transformar o mundo.

Segundo Harvey este arquiteto rebelde é uma pessoa corporificada que ocupa um espaço exclusivo por um dado período de tempo e “dotado de certas capacidades e habilidades passíveis de ser usadas para transformar o mundo” (HARVEY, 2009, p. 307). Apesar de reconhecer a importância da “pessoa política”, Harvey salienta que a construção da utopia dialética não pode prescindir “de algum tipo de coletivização do impulso e desejo de mudança”, sendo que a comunidade surgida neste processo “deveria ser vista como uma delicada relação entre processo fluidos e regras relativamente permanentes de pertinência e associação”. (HARVEY, 2009, p. 312-314).

Outra contradição que é necessária superar para a compreensão do modelo utópico proposto por Harvey é aquela que envolve o particularismo militante (onde todos os movimentos políticos de base ampla têm por origem lutas específicas em lugares momentos particulares) e a tendência de busca dos universais que se constroem através das traduções de aspirações políticas variáveis e heterogêneas. Deste processo resulta a constituição de princípios universais que balizariam a ação política transformadora.

David Harvey propõe uma lista de direitos universais que julga necessários percorrer para a construção do projeto utópico, são eles: direito a oportunidade de vida; direito à associação política e a um “bom” governo; direitos dos trabalhadores envolvidos diretamente com o processo produtivo; direito à inviolabilidade e à integridade do corpo humano; direito de imunidade

para o exercício da desestabilização do que existe; direito a um ambiente de vida decente e saudável; direito ao controle coletivo de recursos de propriedade comum a todas as pessoas; direitos daqueles que ainda vão nascer; direito à produção do espaço; direito à diferença, incluindo o direito ao desenvolvimento geográfico desigual; e, finalmente os direitos como seres de espécies, que se “traduz no direito de explorar a possibilidade de diferentes combinações dos itens de nosso repertório evolutivo” (HARVEY, 2009, p. 330). E complementa que:

O arquiteto rebelde tem que de ser um defensor desses direitos. Ao mesmo tempo, ela ou ele têm de reconhecer com clareza que sua formulação advém da vida social e que essa formulação permanece fútil e privada de sentido exceto se concretizada de modo tangível em instituições mediadoras, processos de transformação de comunidades e nas maneiras como o pessoal é entendido e se faz ação na forma do político. (HARVEY, 2009, p. 331)

Finalmente o autor deste projeto utópico em análise vai situá-lo em uma perspectiva de uma revolução histórico-geográfica permanente que se desenvolve em uma pluralidade de práticas que exigem o diálogo aberto e interativo para potencializar o seu poder de transformação, sendo que só assim “será possível evitar que o impulso rumo ao utopismo dialético se dissolva no utopismo árido, e em última análise destrutivo, seja da forma espacial fechada ou dos processos temporais de perpétua destruição criadora” (HARVEY, 2009, p. 332)

Sem dúvida a Utopia Dialética proposta por Harvey se traduz em um arcabouço teórico para que se possa, em tempos de florescimento da aspiração utópica que se atravessa entender o processo de diálogo e interação entre as práticas transformadoras que atualmente se revelam nas grandes manifestações que ocorrem nas metrópoles de vários países.

4.4 Utopia e ideologia.

Embora inegável a importância da contribuição de David Harvey para a compreensão das Novas Utopias, ela não antagoniza o conceito de utopia com

o conceito de ideologia, sendo a oposição utopia-ideologia é essencial para a conceituação da Nova Utopia que é adotada pelo autor da tese. Tal confrontação não é nova e pode ser expressa na frase “utopias são ideias inspiradoras das classes em rebelião e ascensão, em oposição às ideologias que racionalizam e estratificam o pensamento das classes dominantes” de autoria de Karl Mannheim escrita em sua obra “Ideologia e Utopia”, publicada pela primeira vez em 1929, a priori resolve de forma sintética esta contraposição. Porém, é necessário para clarificar esta oposição entre os conceitos explicitar o que se entende aqui por ideologia.

Talvez não exista conceito mais desgastado atualmente do que o de ideologia. O poeta Cazuzu cantou “Ideologia! eu quero uma para viver” (Cazuzu, 1988) cansado daquelas que marcaram sua geração e que ele presenciou desmoronarem. O desabafo do artista também encontra eco (ou vice versa) entre os pensadores sociais. Destacamos, como exemplo, o seguinte trecho da obra “A produção do espaço” de Henri Lefebvre:

A noção de ideologia, ferida de obsolescência, periga mesmo se a teria crítica ainda admite sua necessidade. Esse conceito nunca se elucidou; abusou-se dele: ideologia marxista, ideologia burguesa, ideologia proletária, revolucionária, socialista, etc. Distinções incongruentes entre a ideologia em geral e as ideologias particulares, entre “aparelhos ideológicos” e instituições do saber, etc. (Lefebvre, 2006, p.73)

A tese aqui vai de encontro a este sentimento e propõe justamente resgatar o conceito de ideologia que soa mais antipático em alguns círculos acadêmicos, aquele formulado pelos jovens Karl Marx e Friedrich Engels na “Ideologia alemã”, que implica em um sentido pejorativo ao termo ideologia. O que se pretende é buscar a definição marxiana de ideologia, destacando o seu sentido de “crítica à ideologia”.

A primeira vez que o termo ideologia apareceu foi no livro “Elementos de Ideologia”, publicado em 1804 por Destutt de Tracy, integrante da corrente sensualista do pensamento francês. Segundo Jacob Gorender, em sua Introdução a “Ideologia Alemã” de Marx e Engels, ideologia para esta corrente “seria o estudo da origem e da formação das ideias, constituindo-se numa ciência propedêutica das demais” (MARX & ENGELS, 1998, p. 21). Marilena

Chauí, em “O que é ideologia”, informa que Destutt de Tracy e seus colegas ideólogos pretendiam nesta obra “elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente” através da elaboração de uma “teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas ideias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória)”. (CHAUÍ, 1989, p. 22)

Tão quanto apresentar a concepção do termo ideologia dos ideólogos franceses é importante resgatar a trajetória política desta corrente sensualista, integrantes do partido liberal e com posições contrárias a igreja e a monarquia. Conforme explica Marilena Chauí eles apoiaram o golpe de 18 Brumário imposto por Napoleão pois o julgavam um liberal continuador dos ideais da Revolução Francesa, sendo que todavia “logo se decepcionaram com Bonaparte, vendo nele o restaurador do Antigo Regime” passando em seguida a oposição ao regime napoleônico. (CHAUÍ, 1989, p. 23)

Napoleão, em resposta a postura oposicionista dos ideólogos franceses, vai apresentar um sentido pejorativo ao termo ideologia em um discurso onde ataca seus antigos apoiadores, taxando-a de “tenebrosa metafísica”. Conforme afirma Marilena Chauí, decorre do significado napoleônico do termo a ideologia que “inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das ideias calcadas sobre o próprio real, passa a designar um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação real com o real” (Chauí, 1989, p. 25). O ideólogo passa a ser identificado como aquele que inverte a relação entre o ideal e o real.

Na sua obra “Ideologia Alemã” Karl Marx e Friedrich Engels vão apresentar o seu conceito de ideologia. Este manuscrito escrito nos anos 1845-1846, que somente veio a público em 1932, tem por objeto a crítica aos pensadores materialistas alemães denominados de neohegelianos (principalmente Feuerbach, Strauss, Stirner e os irmãos Bauer).

O conceito marxiano de ideologia neste contexto se aproxima do sentido pejorativo dado por Napoleão. Para Marx e Engels ideologia pode ser entendida como um mascaramento da realidade social que serve a exploração e dominação de uma determinada classe, o que implica em uma falsa consciência desta realidade pela classe dominada. Segundo a concepção

marxiana o que caracteriza a ideologia é a desvinculação entre a produção das ideias e as condições sociais e históricas nas quais são produzidas, e inversamente a este sentido asseveram que “a produção de ideias, de representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real.” (MARX & ENGELS, 1998, p. 18).

No entanto, como salienta Jacob Gorender, Marx e Engels nunca chamaram de ideologia sua própria teoria, pois a consideravam “como reconstrução científica da realidade social e, ao mesmo tempo, expressão dos interesses de classe do proletariado” (MARX & ENGELS, 1998, p. 23). O enfoque marxiano inicial da ideologia enquanto falseamento da realidade vai perseverar durante toda a obra dos autores, sendo que não obstante, o conceito de ideologia ganhará diversos significados em outros círculos marxistas. Jacob Gorender destaca que “Lenin se referiu à ideologia socialista como sinônimo de marxismo, ou seja, da teoria científica revolucionária. Assim, a ideologia não era em todos os casos consciência falsa da realidade. No caso da classe operária, a ideologia socialista é uma consciência verdadeira da sociedade” (MARX & ENGELS, 1998, p. 23).

Existem de fato, concepções que partindo do conceito marxiano de ideologia, avançam na reflexão acerca de outros elementos que não foram enfatizados por Marx e Engels e atualizam o enfoque inicial sob a perspectiva das transformações históricas do sistema capitalista.

Temos um campo que questionam o caráter pejorativo do conceito de ideologia que impregna o pensamento marxiano, dentre os quais se destaca o Antônio Gramsci. De outro lado, temos aqueles que enfatizam a definição de ideologia enquanto falsa consciência que busca perpetuar a reprodução da sociedade fundada na dominação de classe, como defende Louis Althusser.

Porém, não se tem a pretensão de aprofundar as distinções entre as diversas definições de ideologia que afloraram a partir do conceito inicialmente formulado por Marx e Engels. O que é importante destacar que ambas as conceituações acima citadas, dentre muitas outras de ideologia, apesar de serem conflitantes, à “ideologia dominante” incorporam a ideia de dualidade de ideologias, expressa no conceito “ideologia orgânica” ou “ideologia da classe

dominada”, respectivamente, sendo que estes não teriam o caráter pejorativo impingido pela ideologia no sentido marxiano do termo.

Leandro Konder um dos principais estudiosos do pensamento gramsciano no Brasil atesta que Gramsci propunha a existência de diferenças internas da ideologia, distinguindo as ideologias “historicamente orgânicas”, que são necessárias, e as “ideologias arbitrárias”, que deveria merecer a crítica e ser desqualificadas. As ideologias “historicamente orgânicas” que “constituem o campo no qual se realizam os avanços da ciência, as conquistas da “objetividade”, quer dizer, as vitórias da representação ‘daquela realidade que é reconhecida por todos os homens, que é independente de qualquer ponto de vista meramente particular ou de grupo” (GRAMSCI, apud KONDER, 2002).

Já Louis Althusser em uma determinada passagem de sua obra onde apresenta o conceito de “Aparelhos Ideológicos do Estado” (referenciados pela sigla AIE) expressamente afirma a existência de uma ideologia da classe dominada:

Porque, se é verdade que os AIE representam a forma na qual a ideologia da classe dominante deve necessariamente realizar-se, e a forma com a qual a ideologia da classe dominada deve-se necessariamente medir-se e afrontar-se, as ideologias não «nascem» nos AIE, mas das classes sociais envolvidas na luta de classes: das suas condições de existência, das suas práticas, das suas experiências de luta, etc. (ALTHUSSER, 1970, p. 120)

No entanto, sempre é importante salientar que na obra de Marx não aparece o termo ideologia numa perspectiva “positiva” como a empregada por Antonio Gramsci, ou mesmo, a existência de uma ideologia da classe dominada, como atesta Louis Althusser, sendo que a rigor não há elementos para subentender que o pensamento marxiano admite a existência da ideologia para além de seu aspecto pejorativo, ou seja, de um mascaramento da realidade legitimador da exploração e dominação de classe.

Mesmo na frase, talvez a mais difundida dentre as extraídas da “Ideologia Alemã”, de que “as ideias [Gedanken] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes” (Marx e Engels, 2004, p. 80), não se permite afirmar que Marx e Engels ao referir, logo em seguida do texto, a expressão “ideias revolucionárias”, subentendiam a existência de uma “ideologia revolucionária”.

Primeiramente, do ponto de vista semântico Marx e Engels utilizam nesta célebre frase a expressão “Gedanken” no manuscrito original em alemão, que pode significar “pensamento”, ao invés de “Idee”, que literalmente se traduz pôr em “ideia”. Portanto, já do ponto de vista etimológico não se pode afirmar que “ideia dominante” no contexto da frase extraída da “Ideologia Alemã” poderia se traduzir no conceito de “ideologia dominante”. De fato, neste parágrafo Marx e Engels explicam que “os pensamentos dominantes serão cada vez mais abstratos, ou seja, assumiram cada vez mais a forma de universalidade” (Marx & Engels, 1998, p. 50), tornando-se, neste processo histórico, em ideologia. Em segundo lugar Marx e Engels, reiteramos, não utilizam em nenhum momento desta obra o termo ideologia da classe dominada ou se refere ao conceito de ideologia em uma perspectiva positiva. Pode-se afirmar que os autores da “Ideologia Alemã” jamais tiveram a intenção de formular uma “ideologia revolucionária” e coerentemente permaneceram adstritos a crítica as diversas ideologias que serviram para a manutenção do processo de dominação e exploração imposta, a sua época, pela classe burguesa.

Com certeza, sem desmerecer as grandes contribuições de diversos autores, não apenas de matiz marxista, mas também de outras vertentes de pensamento, é premente a necessidade de resgate do conceito marxiano de ideologia. Hodiernamente, constata-se a “crise das ideologias”, que se acentuou a partir da última década do século passado, especialmente após derrocada do chamado “socialismo real” e de sua “ideologia” correspondente, chamada de “socialista”, por alguns, de “comunista”, por outros, ou ainda de “ideologia marxista-leninista”, para aqueles que associam aqueles regimes às ideias destes autores.

Na verdade, a experiência histórica do “socialismo real” corresponde a um total fracasso da tentativa de transformar o pensamento de Marx e Engels em uma “doutrina ideológica”, pois como a ideologia burguesa, ela também se transformou em falsificação da realidade, objetivamente perpetuar o estamento burocrático que assaltou o poder nos países ditos socialistas.

Por outro lado, com a queda do Muro de Berlim o mundo presenciou a ascensão e derrocada fulminante da ideologia neoliberal que através do grande conclave celebrado em Washington, realizado em 1989, foi ungido como

ideário consensual que emerge da vitória do capitalismo contra o comunismo soviético. O “big crash” de 2008, cujos efeitos perduram até os dias atuais representou a pá de cal sobre esta ideologia que proclamava de forma presunçosa “o fim da história”.

O resgate do conceito de ideologia marxiana neste contexto representa igualmente o resgate da teoria crítica que propõe o desvelar do conjunto de ideias e instrumentos que buscam falsear a realidade e desta maneira perpetuar a dominação de classe na sociedade hodierna.

Este resgate estaria vinculado a uma proposta de retomar de forma resoluta a tradição da crítica radical do capitalismo proposta por Marx e Engels, refutando a ilusão de construir uma “ideologia revolucionária” ou uma “ideologia contra hegemônica”.

4.5 Ideologia e representação

No entanto, a mera denúncia do caráter ideológico das ideias da classe dominante não é suficiente para colocar em cheque a dominação burguesa da sociedade. É preciso entender o processo que “cria” a ideologia. A ideologia não se trata apenas de uma falsificação da realidade. Segundo Marilena Chauí ela é “uma forma específica do imaginário social moderno.” (Chauí, 1982, p. 3). Para entendermos plenamente esta assertiva é preciso definir o conceito de imaginário. Segundo Lucrécia D’Aléssio Ferrara imaginário social é “àquelas representações que, entremeadas e articuladas, correspondem, sistematicamente e em linha ascendente, a desejos, expectativas, projetos, valores, crenças e hábitos.” (FERRARA, 1998, p. 45).

Esta sistematicidade que alude a definição acima, segundo Marilena Chauí, nasce do discurso ideológico que:

Pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique o pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante.” (Chauí, 1982, p. 3)

Portanto, ideologia não é apenas uma representação falsa da realidade, mas uma representação que busca ocultar e dissimular a realidade, que se realiza através de um determinado discurso, que Marilene Chauí, designa

como um “discurso competente”, em sua obra “Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas”.

Discurso segundo Hannah Arendt é “o que faz do homem um ser político” (ARENDT, 2003, p. 11), daí podemos afirmar que nem todo discurso é ideologia, pois através da oposição dos discursos é que se faz o embate político, não apenas das ideias, mas dos projetos de mundo, onde se defrontam o “discurso competente” que dissimula o real buscando perpetuar a dominação de classe e o discurso crítico, ou “contra discurso”, termo utilizado por Marilena Chauí, que busca representar a crítica a esta dominação.

O discurso se materializa em uma representação específica: a linguagem, mas existem outras representações que se expressam por outros símbolos, que vamos enfatizar na sequência.

O autor da tese utiliza de uma determinada forma de linguagem, a escrita, para expor suas ideias. Será que as ideias aqui expostas, através da linguagem escrita, trata-se de ideologia no sentido marxiano do termo, ou seja, de dissimulação da realidade? O que está por detrás deste discurso?

Será que toda a representação é ideologia? Se a resposta for sim, do ponto de vista marxiano toda representação da realidade seria ideológica. Mas, como veremos a seguir, nem toda a representação pode ser considerada mascaramento ou dissimulação do real.

Henri Lefebvre, em sua obra dedicada ao estudo das representações, intitulada “La presencia e la ausencia: contribucion a la teoria de las representaciones”, ainda não traduzida para o português, afirma categoricamente que “los marxistas confundieron a menudo ideología y representación” (LEFEBVRE, 1982, p. 15).

O problema menor seria se a confusão acima explicitada estivesse restrita aos círculos marxistas. Assim bastaria buscar nas contribuições formuladas em outras correntes de pensamento para elucidar esta questão. Todavia, a mixórdia entre os conceitos de ideologia e representação se generaliza, por fatores diversos, em outras vertentes teóricas, que não se definem como marxistas.

O ramo geográfico que aprofunda o estudo das representações espaciais é a Geografia Cultural, que sofre uma grande influência do chamado “culturalismo” da Escola de Chicago, que segundo Marcelo Lopes de Souza

reduz “os conflitos a uma competição interindividual nos marcos de uma sociedade sem luta de classes e em analogia com a “luta pela vida” do mundo natural” (Souza, 2005, p. 43)

Mesmo os autores que não se vinculam ao darwinismo social e ao funcionalismo, ou seja, as principais “ideologias culturalistas” (aqui no sentido pejorativo do termo) tendem a se referenciar no conceito “positivo” de ideologia.

Temos como exemplo a contribuição de Vicent Berdoulay que é um geógrafo a ousar excursionar no tema. Em seu artigo intitulado “Espaço e cultura”, que integra o livro *Olhares Geográficos*, discorre sobre “a dimensão ideológica da paisagem cultural”:

Como usar a noção de ideologia em geografia cultural? Se nos limitarmos a observar a marca de uma grande ideologia sobre a paisagem, nos restringimos a fazer uma geografia cultural na qual a paisagem representa a projeção de valores, mas nada sabemos sobre as escolhas e as opções das pessoas têm sobre o funcionamento da sociedade ou da cultura. Todavia, é possível obter uma abordagem mais analítica concentrando-se sobre o referencial que oferecem as ideologias para a ação. Quando um indivíduo precisa tomar uma decisão, ele se apoia em valores disponíveis em sua cultura: são “referentes ideológicos”. Eles constituem um reservatório de ideias fundamentais, um conjunto de representações (crenças, valores, pressuposições, atitudes, sensibilidades) que o indivíduo utiliza para justificar ou guiar suas condutas, especialmente diante de situações particulares (Berdoulay, 2012, p. 113)

Para Vicent Berdoulay, segundo a concepção proposta, o objetivo de “recorrer a noção de ideologia é ver o funcionamento da cultura como ação”. No entanto, do ponto de vista marxiano a noção de “cultura como ação” não pode prescindir da crítica à ideologia, pois sem o desvelar da dissimulação do real em proveito da classe dominante, toda a “ação” tende a perpetuar esta dominação. Neste contexto, a proposição do geógrafo francês de “referentes ideológicos” é contraditória, pois, a princípio, estes seriam, em última análise, expressão “das ideias dominantes”, da ideologia burguesa.

Karl Marx no prefácio de sua “Contribuição à crítica da economia política”, também conhecida como “Manuscritos de 1859”, de certa forma contribuiu para estabelecer a confusão entre representação e ideologia. Marx afirma que:

Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e

as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. (MARX, 2008, p. 48)

Uma interpretação versicular, dogmática e historicamente descontextualiza, deste trecho da obra de Marx, pode efetivamente induzir o entendimento de que para Marx a ideologia corresponde ao conceito de superestrutura.

O marxismo é uma concepção materialista e histórica da sociedade. Para os jovens Marx e Engels a humanidade começa “a se distinguir dos animais logo que começam a produzir os seus meios de existências” e, por consequência os indivíduos dependem “das condições materiais de sua produção” (MARX & ENGELS, 2004, p. 45). Assim, os condicionantes econômicos “estruturam” a sociedade, e uma vez satisfeitas as necessidades materiais básicas necessárias para a reprodução humana surgem novas necessidades na sociedade. Com a divisão social do trabalho (inicialmente com a divisão entre o campo e a cidade) a partir deste processo emergem as superestruturas sociais (jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas) que menciona Marx no texto acima referido.

A passagem acima referida está inserida em uma obra que para muitos autores representa a passagem dos escritos do “jovem Marx” para sua “fase madura”, onde se aprofunda a crítica a economia capitalista. Marx no seu prefácio dos “Manuscritos de 1859” expõe a síntese de suas principais obras até então produzidas, fazendo entender como “regras gerais” seus conceitos e teses, porém, se refere a uma época histórica específica, ou seja, a formação do modo capitalista de produção, e em um espaço geográfico determinado, o continente europeu. Esta contextualização específica vai então marcar a obra do “velho Marx”.

Dentro deste contexto se permite afirmar que Marx descreve no trecho destacado acima a “tendência” de todas as representações se transformarem em ideologia e compor desta forma a superestrutura “ideológica” no modo de produção capitalista. Análogo ao dom mitológico de Midas o Capital conseguiria transformar em ideologia todas as demais representações. Claro que este processo não é nem mágico e instantâneo, mas se realiza através dentro de um marco histórico-espacial determinado.

Marilena Chauí afirma que a ideologia somente pode realizar-se nas sociedades por ela denominadas de “propriamente históricas” que define como “aquela que não pode, senão sob a forma da violência e da máscara, repousar numa identidade fixa, onde se reconheceria a si mesma. Justamente por isso nessa sociedade o fenômeno da ideologia ganha sentido concreto” (CHAUÍ, 1982, p. 16).

Dando seguimento a este raciocínio existem sociedades ou grupos sociais, onde as representações da realidade não se traduziriam em ideologias. É como explica Marilena Chauí:

Diferentemente dessa sociedade, há formações sociais que oferecem para si mesmas uma explicação – mítica ou teológica – sobre sua origem e permanência, de tal modo que o momento de sua instituição ou de sua fundação possa ser representado por seus membros na dependência de um saber e de um poder exteriores, anteriores e transcendentais à sociedade. A exterioridade do saber-poder fundador lhe garante intemporalidade e esta se transmite à sociedade que pode, então, representar-se a si própria como pura identidade consigo mesma e como intemporal. (CHAUÍ, 1982, p.16)

Na sociedade “propriamente histórica” atual, a sociedade capitalista, o papel desempenhado pela ideologia é fazer que as divisões, diferenças e contradições que lhe são inerentes aparentam:

Como simples diversidade das condições de vida de cada um, e a multiplicidade das instituições, longe de ser percebida como pluralidade conflituosa, apareça como um conjunto de esferas identificadas uma à outras, harmoniosa e funcionalmente entrelaçadas, condição para que um poder unitário se exerça sobre a totalidade do social e apareça, portanto, dotado da aura de universalidade, que não teria se fosse obrigado a admitir realmente a divisão efetiva da sociedade em classes. (CHAUÍ, 1982, p. 21)

Na sociedade capitalista a ideologia opera no imaginário social através da ação dos ideólogos a serviço da burguesia, que atuam na produção de suas próprias representações e no desvirtuamento das representações do real produzidas pelas demais classes sociais, inclusive incluindo aquelas que vão se esboçar enquanto um contra discurso. Assim a ideologia dissimula os conflitos de classe que não desaparecem na sociedade capitalista, mas que são conduzidos através de ritos e normas (além de outras representações), e que permitem equacioná-las dentro de limites e parâmetros definidos pela própria ideologia, ou seja, de acordo com os interesses da classe dominante.

Portanto, na sociedade capitalista as representações ou como preferiu Marx, as “formas” jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, que

constituem a sua superestrutura, tendem a tornarem “representações ideológicas”, ou simplesmente, ideologia. A ideologia, neste sentido, “está” na superestrutura, mas não “é” a superestrutura da sociedade capitalista.

Feitas todas estas ponderações pode-se inferir que toda ideologia é uma representação (falseada) da realidade, mas nem toda representação é uma ideologia.

Mas a ideologia estaria presente apenas na superestrutura da sociedade? Com certeza não. Talvez a mais sofisticada das críticas à ideologia formulada por Karl Marx é a do fetiche da mercadoria, que se situa, em um primeiro momento, no âmbito da estrutura, ou seja, na produção econômica das condições materiais da sociedade capitalista.

Este artigo então passa agora a analisar influência da ideologia na produção social do espaço.

4.6 Ideologia e espaço

ILUSTRAÇÃO 11 - "Os retirantes" de Portinari



A imagem acima é uma representação artística criada por Cândido Portinari intitulada “Os retirantes”. A força dos traços do artista que acentuam as expressões dos personagens estampados dá conta da tragédia vivida por eles. A miséria, a fome, a morte, enfim os sofrimentos e tragédias humanas são fendidos de maneira que fica evidenciada a denúncia, que o autor intensamente apresenta, das injustiças sociais impostas a classe camponesa na realidade brasileira.

Com certeza esta representação artística não se enquadra ao conceito de ideologia utilizada nesta tese. Muito pelo contrário, pode-se afirmar que se trata verdadeiramente de um “contra discurso” que não se exprime através dos signos da linguagem escrita, mas pela arte da pintura.

De forma subliminar a dramaticidade explícita na obra de Portinari se ressaltava pela espacialidade retratada na obra, marcada pela aridez cáustica do cenário que situa a família de retirantes retratada. O espaço sutilmente complementa e ao mesmo tempo enfatiza o imaginário instigado pela obra do artista.

Esta alegoria serve de proêmio para discorrer sobre a relevância e a complexidade da produção do espaço enquanto representação. Apesar desta constatação verifica-se que poucos foram os autores que relevaram a produção ideológica do espaço.

Para grande parte dos pensadores marxistas, a discussão acerca da espacialidade foi relegada a um aspecto secundário, como informa Edward Soja, “o marxismo, entretanto, escondeu a imaginação geográfica num sótão estrutural, deixando-a acumular a poeira das lembranças descartadas e meio maculadas.” (SOJA, 1993, p. 57) Somente a partir dos anos setenta do século passado vai surgir, segundo Edward Soja, uma “geografia decididamente marxista”, que no entanto, privilegia a ideia do espaço enquanto “estrutura social”, sendo que as considerações acerca das representações e ideologias espaciais, permanecem marginais.

Neste mesmo período emerge a corrente denominada de “Geografia Humanística”, e em seguida, nos anos oitenta, ressurgiu com força a “Geografia Cultural”. Estas correntes geográficas se debruçam no estudo das representações espaciais, no entanto, a ideia de ideologia praticamente

inexiste ou desaparece, especialmente, na forma marxiana, de crítica à ideologia.

A partir deste quadro geral em que, ora se negligencia a espacialidade da sociedade, e em outro momento, se olvida do conceito de ideologia, é que surge como mais importante exceção, a contribuição de Henri Lefebvre.

Em sua obra “A produção do espaço”, de 1974, releva de forma contundente a relação entre a ideologia e o espaço socialmente produzido:

O que é uma ideologia sem um espaço ao qual ela se refere, que ela descreve, do qual ela utiliza o vocabulário e as conexões, do qual ela contém o código? (...) Mais geralmente, o que se denomina “ideologia”, só adquire consistência intervindo no espaço social, na sua produção, para aí ganhar corpo. Em si, ela não consistiria sobretudo num discurso sobre esse espaço? (...) A ideologia, enquanto distinta do saber, caracteriza-se pela retórica, a metalinguagem, portanto, verborreia e elucubração (não mais pela sistematização filosófico-metafísica, pela “culturas” e “valores”). (LEFEBVRE, 2006, p. 75)

No entanto, para entender o “espaço produzido” de Henry Lefebvre é importante compreender o que o autor entende por “produção”. De forma didática Ana Fani Carlos, apresenta no seu livro “A condição espacial” o conceito lefebvreniano de produção:

Em vários momentos de sua longa obra, Lefebvre insiste sobre a dupla determinação da noção de produção a partir da observação de que ela tem um duplo caráter. O primeiro deles é o caráter de produção “*latu sensu*”, que diz respeito ao processo de produção do humano. Baseado na tradição hegeliana, Lefebvre aponta a produção do ser enquanto ser genérico. O segundo é o da produção “*stricto sensu*”, que diz respeito, exclusivamente, ao processo de produção de objetos. (CARLOS, 2011, pg. 49)

É importante salientar que na produção do espaço, para Henri Lefebvre, a reprodução social e a produção material estão de tal forma imbricados, que a própria divisão clássica entre estrutura/superestrutura desaparece, para dar lugar a uma relação dialética diferenciada que graficamente representamos pela expressão termo “[RE]PRODUÇÃO”, que representa esta unidade conceitual.

Feitas tais considerações a tese tenta sintetizar este processo sob a luz dos conceitos e formulações desenvolvidas por Henri Lefebvre, na tentativa de expor como se dá o processo de [re]produção ideológica do espaço.

Primeiramente, é preciso trazer à tona a relação dialética “*sui generis*” formulada pelo autor, que envolve uma tríade de momentos: o percebido, o

concebido, e o vivido, pela sociedade que “[re]produz” o espaço. Que por sua vez guardam correspondência com três níveis distintos deste processo:

- a) A **prática espacial**, que se relaciona com o espaço percebido, e engloba a produção e reprodução da realidade cotidiana dos membros de uma determinada sociedade e a realidade urbana, esta, constituída pelos caminhos e itinerários que liga os lugares do trabalho, da vida privada, dos lazeres.
- b) As **representações do espaço**, ou seja, o espaço concebido, pelos urbanistas, planificadores e tecnocratas, onde prevalece as representações (signos) verbais. Este é o espaço privilegiado da ideologia aqui entendida em seu sentido marxiano.
- c) Os **espaços de representação**, ou seja, o espaço vivido através de imagens e símbolos que é o espaço dos “habitantes” e dos “usuários”, onde prevalecem as representações “não ideológicas”.

Para Henri Lefebvre a ideologia opera na produção do espaço ao contrapor o espaço historicamente produzido ao “espaço abstrato” concebido pelos ideólogos do Capital, onde impera o poder do dinheiro e do Estado político. Segundo Lefebvre, como observa Edward Soja, a sobrevivência do capitalismo está “baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental, e também socialmente mistificadora, escondida da visão crítica sob véus espessos de ilusão e ideologia.” (SOJA, 1993, p. 65)

Como vimos anteriormente, etimologicamente ideologia significa o saber das ideias. Mas como demonstraram Marx e Engels as ideias são produtos da realidade material e somente podem ser produzidas a partir das relações materiais da sociedade. A ideia é a linguagem (as representações) da vida real. Mas a ideologia não é composta apenas por ideias abstratas que habitam o “pensamento” dos indivíduos. Evidente que para ser operada a ideologia precisa adquirir certa materialidade que extrapola o mundo do “pensamento”, pois ela se traduz em de signos, símbolos e marcas, que não apenas representam o real, mas precisam substituir o real uma vez que a realidade é o que a ideologia pretende ocultar. A ideologia é “quase material”.

A expressão “quase material” aqui utilizada é para contrapor a tese formulada por Louis Althusser que a “ideologia tem uma existência material” (Althusser, 1970, p. 83), pelo simples fato de que se admitir que ideologia seja

matéria, ela se confundiria com a realidade material de tal forma que seria impossível distinguir o real e as representações do real do que é ideológico, impedindo desta forma que as contradições do sistema capitalista (e que a ideologia tem justamente o papel de ocultar) deixem de ser “percebidas” condenando-se assim, a humanidade a completa imobilidade histórica.

O espaço, em especial o espaço urbano, é produzido enquanto ideologia. Ele é “concebido” pelos urbanistas e outros ideólogos a serviço das classes dominantes e torna-se operativo através das práticas espaciais. O êxito da “ideologia espacial” é proporcional a sua capacidade de fazer com que o “vivido” pelos habitantes das cidades se confunda com o “concebido” pelos ideólogos. A ideologia não constitui a integralidade da prática espacial, mas ela é operacionalizada por meio de práticas que são “[re]produzidas” no cotidiano dos cidadãos de forma que aparente como a única realidade possível, tornando as contradições da sociedade urbana naturais e irremediáveis. Desta forma a ideologia transforma o espaço urbano em uma miragem, com será explicitado adiante.

Como afirma Marx e Engels na “Ideologia alemã”, surge historicamente da primordial divisão social do trabalho, ou seja, a divisão da cidade e do campo. Como o desenvolvimento dos modos de produção, a cidade, que se define como espaço de concentração das diversas determinações da realidade social em detrimento ao campo, o espaço da dispersão destas mesmas determinações, também passa a ser cada vez mais o espaço da concentração das ideologias. Assim os ideólogos são impelidos a formularem (conceberem) práticas ideológicas mais sofisticadas, em virtude da “complexificação” da sociedade, pois na sociedade urbana a divisão social do trabalho e as contradições inerentes decorrente dos conflitos de classe se tornam cada vez mais complexos.

Diante de tal sofisticação da ideologia seria no mínimo ingênua a aposta em conceber uma “ideologia revolucionária” do espaço e da cidade. Por isto se enfatiza a necessidade de retomar o conceito marxiano de ideologia e a tradição de crítica ao capitalismo iniciada por Marx. Diante da magnitude da ideologia imposta pela classe dominante a única aposta possível é que, através do desvelar da exploração e dominação do Capital sobre as demais classes sociais, se possa construir coletivamente uma proposta de nova cidade e de

sociedade, que se reproduza no imaginário social, em uma representação específica: a utopia.

Quanto ao termo miragem, que exprime esta “materialidade” específica das representações e das ideologias na produção social do espaço, vale replicar a explanação apresentada anteriormente pelo autor da tese em sua dissertação de mestrado:

A miragem é uma imagem causada pelo desvio da luz refletida por um determinado objeto, ou seja, é um fenômeno físico, real e não apenas uma ilusão de óptica. Portanto, a alegoria do viajante perdido no deserto, que alucinado enxerga um oásis inexistente no horizonte, é parcialmente falso. De fato, este viajante vê a miragem, que é um fenômeno óptico real, mas as suas condições subjetivas o induzem a imaginar a existência do oásis no lugar onde ocorre o desvio da luz refletida. A cidade é um fenômeno concreto. Mas é vista pela maioria como uma miragem, que não é provocada por um fenômeno óptico, mas por uma ideologia, através de mecanismos (aparelhos) utilizados pelo Estado capitalista, na sua precípua missão de perpetuar a dominação de classe. A miragem na cidade capitalista também é um fenômeno real e objetivo, que se traduz na concretude destes instrumentos ideológicos, mas que conta com o fator subjetivo para alcançar o efeito almejado: a ausência da autoconsciência da realidade por parte da maioria dos cidadãos. O morador confinado em um determinado espaço da urbe, pode até sentir-se vítima desta segregação, mas nem sempre compreende as razões que determinam esta realidade. O materialismo dialético é o método que permite revelar a cidade capitalista e fazer emergir as contradições que lhe são inerentes, uma vez que possibilita enxergar para além desta miragem ideologicamente construída. E ao se alcançar a realidade urbana são expostos os mecanismos estruturais da dominação burguesa. Este domínio de uma classe sobre outra guarda ainda uma dimensão social, cultural e histórica que está imbricada com a primordial divisão social do trabalho, que originou a cidade como sede da classe dominante que expropriou o excedente produzido do campo. Porém, o desenvolvimento histórico da cidade, apesar das miragens criadas pelas classes dominantes, sempre foi marcado pelo antagonismo de classes. A hodierna cidade capitalista foi precedida por formas de organização urbana que refletiam diferentes modos de produção. No ocidente a cidade antiga foi palco das rebeliões de escravos e plebeus e os muros da cidadela medieval testemunharam as rebeliões camponesas contra o regime feudal. Além da revolta contra a dominação a que eram submetidos, outro sentimento mobilizavam os explorados, especialmente nos momentos que estes conflitos atingiram seu ápice revolucionário: a aspiração de construir uma nova cidade, livre da opressão e das injustiças. (STEFANIAK, 2015, p. 237).

Neste contexto Junho de 2013 representa a emersão histórica de uma Nova Utopia e que contrapõe a miragem da cidade capitalista. Esta Nova Utopia é frontalmente antagônica a ideologia imposta pela classe dominante e recoloca na ordem do dia a perspectiva de uma emancipação revolucionária de todos os cidadãos. Junho de 2013 é a expressão concreta de uma nova correlação de forças que tem por base material as relações existentes em uma nova sociedade, para além da sociedade industrial: a sociedade urbana.

5. REVOLUÇÃO

Revolução isto é: descobrimento
Mundo recomeçado a partir da praia pura
Como poema a partir da página em branco
— Catarsis emergir verdade exposta
Tempo terrestre a perguntar seu rosto

Sophia de Mello Breyner Andresen

5.1 Qual revolução?

Quando falamos de revolução via de regra estamos associando à uma transformação radical e abrupta e geralmente violenta da realidade política, social, econômica ou cultural, ou simultaneamente, de toda a sociedade. Como consequência as revoluções quase sempre se traduzem na ruptura com a ordem estabelecida e resultam de processos acumulativos de transformações históricas pontuais. Florestan Fernandes em um artigo “O que é revolução?”, publicado no início dos anos 80 do século passado, mas ainda referenciado, afirma que “mesmo na linguagem de senso comum, sabe-se que a palavra [revolução] se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade. (...) uma mudança que “mexe nas estruturas”, que subverte a ordem social imperante na sociedade” (FERNANDES, 2000, p. 56).

Mas outro aspecto do conceito de revolução será relevado na tese. Revolução, historicamente traz em seu bojo a ideia da mudança. Neste contexto revolução significa a concretização do devir que se consubstancia na materialização de um projeto de transformação virtualmente concebido. Aqui revolução se aproxima da utopia, já referida no capítulo anterior. Outro aspecto é que, também do ponto de vista histórico, a revolução não se caracteriza por um determinado momento de ruptura apenas, mas por todo um “processo revolucionário” com desencadeamento de vários acontecimentos. Então a questão a ser enfrentada é sobre o caráter revolucionário de Junho de 2013. Seria os acontecimentos de Junho de 2013 prenúncio de um processo de

transformação radical das estruturas do sistema capitalista? Neste capítulo tentar-se-á responder esta questão a partir da contribuição encontrada na obra de Henri Lefebvre.

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (16 de junho de 1901 – 29 de junho de 1991) nasceu na pequena comuna de Hagetmau, no departamento de Landes, região da Aquitânia, no extremo sudoeste da França. Graduiu-se em 1920 em filosofia na Universidade de Paris. Em 1961, Lefebvre tornou-se professor de sociologia na Universidade de Estrasburgo, antes de se juntar à nova Universidade de Paris Nanterre em 1965.

Autor prolífico, a obra de Henri Lefebvre é bastante extensa, sendo que escreveu mais de setenta trabalhos, abrangendo análises do marxismo do século XX. Entre as décadas de 50 e 60 do século passado dedicou-se aos estudos sobre a questão agrária e em 1963 publica “La vallée de Campan - Etude de sociologie rurale”, sua tese de doutoramento em sociologia. Ingressou no Partido Comunista Francês (PCF) em 1928 e se tornou um dos mais proeminentes intelectuais marxistas franceses durante o segundo quarto do século passado, antes de se juntar à Resistência Francesa. De 1944 a 1949, foi diretor da “Radiodiffusion Française”, uma emissora de rádio em Toulouse. Publica em 1947 “Critique de la vie quotidienne”, considerado seu primeiro trabalho sobre o método regressivo-progressivo emprestado centralmente por Jean Paul Sartre em “A crítica da razão dialética” (1960). Durante toda sua militância mantém no PCF intenso debate com grandes filósofos da época, incluindo o próprio Sartre, opondo-se aos marxistas ortodoxos e criticando os estruturalistas althusserianos. Segundo Sérgio Martins este embate “lhe custou a periferia dos panteões institucionais lastreados por um “pensamento” cada vez mais circunscrito ao economicismo e aos dogmatismos” (LEFEBVRE, 2008, p. 8).

No Brasil é principalmente conhecido pela criação do termo “direito à cidade” com o qual defendeu o direito ao acesso à vida urbana e que foi desenvolvido no livro de mesmo nome publicado em 1968: “Le droit à la ville”. Em seus estudos, marcadamente otimistas, recusava-se a criar modelos teóricos e a estabelecer programas de desenvolvimento acabados. Sua teoria

não possui contornos fixos, pois, sob a influência do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, a linguagem de Lefebvre possui algo de poético, numa clara tentativa de reencontrar a totalidade do social, possível pela “obra”, em oposição ao “produto” resultado do trabalho alienado. Sua contribuição para a geografia foi mais profunda, pois grande parte da teoria atual desta disciplina se deve à tese de que o espaço é social, ou seja, socialmente produzido, influenciando grandes nomes da geografia do final do último século, tais como David Harvey e Milton Santos.

Durante as décadas de sessenta e setenta do século passado, Henri Lefebvre, ocupou-se em refletir sobre a temática do urbano e da cidade. Deste período destacam-se as obras “La droit à la ville” (1968), “Du rural à l’urbain” (1970), “La révolution urbaine” (1970), “La pensée marxiste et la ville” (1972), “Espace et politique” (1973) e “La production de l’espace” (1974). Além destes livros referentes a esta temática a presente tese vai explorar também a obra “La Irrupcion: de Nanterre au somment” (1968), que no Brasil pode ser encontrado no livro cujo título é “A irrupção - a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos”.

A hipótese teórica da sociedade urbana como sucedânea da sociedade industrial, que corresponde a atual fase do desenvolvimento do capitalismo, é exposta na obra de Henry Lefebvre intitulada “A Revolução Urbana”. Vale frisar que ao empregar termo “revolução urbana” Henri Lefebvre situa uma transformação em andamento e, fiel ao método regressivo-progressivo, parte de uma reflexão de uma realidade futura e virtual, para tentar compreender o presente e justificar o passado. É neste sentido que a utopia está presente como forma de projetar uma estratégia que perpassa não apenas pela análise do real, mas pela identificação de problemas potenciais e de concepções imaginativas, ligadas à reflexão de um futuro possível. Aliás, para Henri Lefebvre a utopia é imprescindível para a construção do pensamento, como afirma:

Lembro uma tese que tive a oportunidade de sustentar aqui e alhures. Hoje, mais que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real.

Como se diz: seremos *realistas*... mas não pensaremos! Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação.” (LEFEBVRE [1973], 2008, 73)

Nesta mesma linha segue David Harvey, ao contextualizar a luta pelo direito à cidade no atual período afirma que este “não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente” (HARVEY, 2009), sendo que esta transformação deve estar assentada em uma prática que vai além da constatação do real, mas transpondo a realidade, através de um projeto que vá de encontro de forma clara aos interesses do capital.

Neste mesmo sentido, Henri Lefebvre propõe uma utopia baseada nas experiências vividas no cotidiano das pessoas, pois qualquer pensamento crítico deveria gerar uma reflexão sobre o futuro, sendo que a utopia deve assumir este caráter experimental.

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem-sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?” (LEFEBVRE, 2004, p. 108)

Vale frisar que o pensamento lefebvriano antagoniza de forma bem contundente as experiências vividas no cotidiano das pessoas que buscam a efetivação do direito à cidade com a cidade concebida nos “planos” dos urbanistas, que via de regra, reproduzem a ideologia capitalista, caracterizada pelo pensamento fragmentado do urbano. Para Lefebvre o urbanismo trata-se de um pseudoconceito do urbano “isto é, aplicação da racionalidade industrial e evacuação da racionalidade urbana.” (LEFEBVRE, 2006, p. 48)

Henri Lefebvre propõe uma maneira de se pensar o fenômeno urbano e de relacionar o real com o virtual que denomina de “transdução”. Neste contexto os intelectuais que estudam o espaço, como geógrafos, arquitetos, urbanistas, sociólogos, economistas, políticos e filósofos, tem o papel de realizar este exercício mental com o objetivo de gerar uma utopia possível que anteveja as novas formas e relações presentes na sociedade urbana.

As pessoas acima relacionadas, tomadas separadamente ou em equipe, podem limpar o caminho; também podem propor, tentar, preparar formas. E também (e sobretudo) podem inventariar a experiência obtida, tirar lições dos fracassos, ajudar o parto do possível através de uma maiêutica nutrida de ciência.” (LEFEBVRE [1968], 2004, 107)

Contra a fragmentação do racionalismo pseudocientífico, Henri Lefebvre pensa o urbano como totalidade, considerando sua permanente capacidade de mutação, a partir de uma dialética que à práxis política a utopia e a imaginação, criadora estratégia única: a estratégia urbana. E acrescenta: “a estratégia do conhecimento não pode ficar isolada. Ela visa a prática, ou seja, em primeiro lugar, uma confrontação incessante com a experiência e, em segundo lugar, visa a constituição de uma prática global, coerente, a prática da sociedade urbana.” (LEFEBVRE , 2006, p. 131)

A partir destas reflexões pode-se introduzir os acontecimentos de Junho de 2013 dentro de uma perspectiva de luta pelo direito à cidade, onde claramente se pauta a confrontação da realidade urbanística imposta pelo capital e a busca da transformação desta realidade a partir da experiência vivida e a construção de um projeto urbano emancipador. A tese irá esmiuçar alguns dos elementos que apontam que Junho de 2013 não pode ser interpretado meramente como um fenômeno espontâneo fruto de uma indignação alienada e pontual. Junho de 2013 expressa algo muito mais profundo ele pode ser entendido como um processo de construção de uma nova utopia. Uma utopia que pode ser a antevisão da revolução urbana.

ILUSTRAÇÃO 12 - Henri Lefebvre

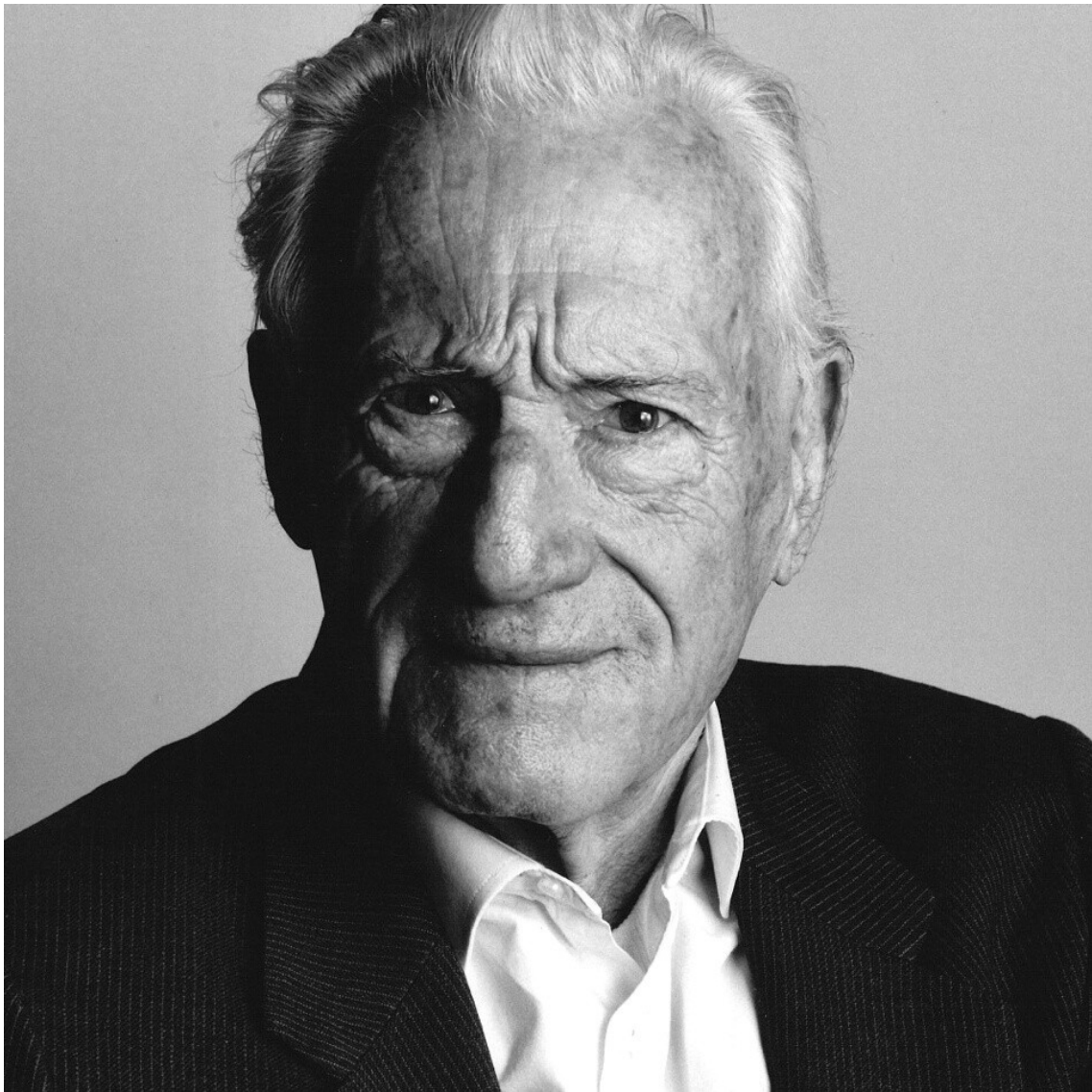


Foto: Jean-Robert Franco

5.2 Dialética tridimensional

Abrir um parênteses é necessário antes de prosseguir o desenvolvimento da tese. Como já anunciado a tese vai utilizar da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre e explorar a hipótese formulada no livro “La révolution urbaine” para tentar compreender os acontecimentos de Junho de 2013. No entanto, para a melhor compreensão do pensamento de Lefebvre

é fundamental buscar entender os fundamentos da sua epistemologia peculiar calcada em uma leitura bastante original da obra de Karl Marx, além da influência decisiva de outros autores, com destaque para Georg Hegel e Friedrich Nietzsche.

Para realizar a análise do pensamento de Henri Lefebvre a luz da sociologia do conhecimento será utilizado o artigo “A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional” do geógrafo e urbanista suíço Christian Schmid, que considera que os debates acerca das questões sobre o espaço têm recebido grande atenção em face aos processos combinados de urbanização e globalização, onde novas geografias se desenvolvem em diversas escalas, o que faz emergir novas configurações espaço-temporais que exigem novos conceitos e teorias correspondentes às condições sociais contemporâneas:

A teoria da produção do espaço de Lefebvre parece ser altamente atraente neste contexto. Sua significância reside especialmente no fato de que ela integra sistematicamente as categorias de *cidade* e *espaço* em uma única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais em diferentes níveis. E mais, a ampla recepção da teoria de Lefebvre de modo algum fez uso dessas categorias em sua totalidade. Acima de tudo, sua reformulação e monopolização pós-modernas tem contribuído para uma grande confusão. (SCHMID, 2012)

Schmid vai buscar no percurso do artigo esclarecer os elementos que formam a estrutura básica bem como os fundamentos da epistemologia de Henry Lefebvre, destacando que na sua análise, três aspectos fundamentais para a compreensão da sua teoria: seu conceito específico de dialética triádica, a sua teoria da linguagem e a influência da fenomenologia francesa.

Segue Schmidt explanando sobre a concepção relacional de espaço e tempo que está inserida no conceito de “produção de espaço” lefebvriano, sendo que esta formulação representou uma mudança paradigmática no conceito sociológico de espaço-tempo ao romper com a concepção generalizada de espaço como uma realidade existe em “si mesma”. Henri Lefebvre propõe uma teoria que entende o espaço vinculado à realidade social, onde o espaço “em si mesmo” não pode servir como um ponto de partida epistemológico. O *espaço* representa simultaneidade, a ordem sincrônica da

realidade social e o *tempo*, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social.

Sociedade aqui não significa nem uma totalidade espaço-temporal de “corpos” ou “matéria”, nem uma soma total de ações e práticas. São centrais para a teoria materialista de Lefebvre, os seres humanos em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas. (SCHMIDT, 2012)

Já foi demonstrado anteriormente como se opera na teoria lefebvriana a produção do espaço em suas três dimensões ou processos dialeticamente interconectados: de à tríade da “prática espacial”, “representações do espaço” e “espaços de representação”, momentos que se referem ao espaço “percebido”, “concebido” e “vivido”, respectivamente. Segundo Schmidt essas três dimensões existem, em um estado de incerteza na obra lefebvriana, introduzida primeiramente como aproximações e exploradas e modificadas ao longo de suas incursões teóricas.

Desta forma o que sucedeu foi uma confusão quase total de opiniões sobre essas três dimensões na recepção da teoria de Henri Lefebvre, sendo que para entendê-las é necessário, segundo Schmidt, a compreensão da sua obra em sua totalidade, começando pelo pensamento dialético.

A dialética tem como premissa o reconhecimento de que a realidade social é marcada por contradições e que somente pode ser entendida por meio da compreensão dessas contradições. Um exemplo do afloramento destas contradições é o conceito de rua que utilizamos anteriormente. O conceito mostrou que a rua não é apenas lugar de encontro das pessoas, mas é igual e concomitantemente o seu oposto, lugar da alienação e da reificação dos indivíduos.

A permanente busca das contradições inerentes aos fatos sociais é a marca do dialética tridimensional adotada por Henry Lefebvre que não tem nenhum paralelo na teoria do conhecimento. “Num nível geral, a figura dialética fundamental na obra de Lefebvre pode ser compreendida como a contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético.” (SCHMIDT, 2012)

Desta forma, conforme Schmid a dialética lefebvriana se desenvolve como uma figura tridimensional da realidade social. “Desta maneira, uma figura dialética tridimensional emerge em que os três momentos são dialeticamente interconectados: prática social material (Marx); linguagem e pensamento (Hegel); e o ato criativo, poético (Nietzsche).” (SCHMID, 2012). Entender esta dialética tridimensional é fundamental para de a compreensão da obra de Lefebvre, pois desaparece a síntese de Hegel ou a negação da negação de Marx:

Cada um deles pode ser compreendido como uma tese e cada um se refere aos outros dois e permaneceria uma mera abstração sem eles. Essa figura triádica não termina numa síntese como no sistema hegeliano. Ela liga três momentos, que permanecem distintos entre si, sem reconciliá-los numa síntese – três momentos que existem em interação, em conflito ou em aliança entre si. (...) Ela postula três momentos de igual valor que se relacionam entre si por meio de relações variadas e movimentos complexos em que ora um, ora outro, triunfa sobre a negação de um ou de outro. A reivindicação de Lefebvre não é mais a interpretação do devir, nem mesmo a produção do devir, mas a análise do devir. Seu método analítico possibilita a descoberta ou reconhecimento do sentido: um horizonte de devir – de possibilidades, incertezas, probabilidades. E isso permite a formulação de uma estratégia – sem a certeza de se atingir o objetivo. (SCHMID, 2012)

Em seu artigo Christian Schmid também informa sobre a aplicação da dialética tridimensional de Lefebvre nos seus estudos sobre a semiótica, que foram desenvolvidos, principalmente em “Le langage et la société”. Neste contexto a aplicação da dialética tridimensional do espaço corresponde a um sistema de palavras e símbolos. Por exemplo, a “prática espacial” seria um conceito que designa a dimensão material da atividade e interação sociais inerentes a vida cotidiana, tal como a conexão diária entre casa e o local de trabalho ou o processo de produção (relações de produção e troca). A “representação do espaço”, imbricado com uma imagem que desta forma também definem o espaço. As representações abarcam as formas verbalizadas (descrições, definições e especialmente teorias científicas do espaço) além de mapas e plantas, informação em fotos e signos. E finalmente “espaços de representação”: a terceira dimensão da produção do espaço é definida por Lefebvre como a inversão terminológica da “representação do espaço”. Trata-se da dimensão simbólica do espaço, sendo que os símbolos do espaço poderiam ser tomados da natureza como as árvores ou formações topográficas

proeminentes, ou eles poderiam ser artefatos, prédios e monumentos; eles poderiam também se desenvolver a partir da combinação de ambos, como, por exemplo, as “paisagens”. Nesta interação entre a produção e a linguagem Schmid defende que:

De acordo com esse esquema, o espaço (social) pode ser analisado em relação a essas três dimensões. Na primeira, o espaço social aparece na dimensão da prática espacial como uma cadeia ou rede de atividades ou interações interligadas, as quais por sua parte residem sobre uma base material determinada (morfologia, ambiente construído). Na segunda, esta prática espacial pode ser linguisticamente definida e demarcada como espaço e, neste caso, constitui uma representação do espaço. Esta representação serve como um esquema organizador ou um quadro de referência para a comunicação, que permite uma orientação (espacial) e, assim, ao mesmo tempo, codetermina a atividade. Na terceira, a “ordem” material que aflora na superfície pode tornar-se ela mesma um veículo transmitindo significados. Dessa maneira, um simbolismo (espacial) se desenvolve expressando e invocando normas, valores e experiências sociais. (SCHMID, 2012)

Outra vertente que Schmid destaca como necessária para a plena compreensão da dialética lefebvriana diz respeito a influência da fenomenologia no pensamento do filósofo francês, encontrado na utilização dos termos básicos: percebido (*perçu*), concebido (*conçu*) e vivido (*vécu*), embora a atitude de Henri Lefebvre em relação a concepção fenomenológica da percepção é um tanto cética, especialmente em relação à Husserl, o fundador da fenomenologia, e seu discípulo Merleau-Ponty, aos quais critica pelo caráter subjetivista e idealista. Contra esta subjetividade extrema Lefebvre formula uma fenomenologia que incorpora processos ativos individuais e sociais concomitantemente:

Espaço percebido: o espaço tem um aspecto perceptível que pode ser apreendido por meio dos sentidos. Essa percepção constitui um componente integral de toda prática social. Ela compreende tudo que se apresenta aos sentidos; não somente a visão, mas a audição, o olfato, o tato e o paladar. Esse aspecto sensualmente perceptivo do espaço relaciona-se diretamente com a materialidade dos “elementos” que constituem o “espaço”. *Espaço concebido*: o espaço não pode ser percebido enquanto tal sem ter sido concebido previamente em pensamento. A junção de elementos para formar um “todo” que é então considerado ou designado como espaço presume um ato de pensamento que é ligado à produção do conhecimento. *Espaço vivido*: a terceira dimensão da produção do espaço é a experiência vivida do espaço. Essa dimensão significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana. Neste ponto, Lefebvre é inequívoco: o vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica. (SCHMID, 2012)

A ausência desta análise do conceito de produção do espaço lefebvriano induziu, segundo Schmid ao que ele denomina de “confusões dialéticas”, onde ele situa autores como David Harvey, Edward Soja, Rob Shields e Stuart Elden, que foram os principais propagadores do pensamento de Henri Lefebvre no âmbito das ciências sociais, em especial a geografia. Não se vai aqui, mesmo resumidamente, entrar nas considerações apresentadas por Schmid, mas sim, salientar a grande dificuldade de compreensão da dialética tridimensional lefebvriana.

Segundo Schmidt a teoria da produção do espaço identifica três momentos da produção: a produção material; a produção de conhecimento; e, a produção de significados. O foco da teoria de Lefebvre não é o “espaço em si mesmo”, nem mesmo o ordenamento dos objetos e artefatos materiais. O espaço deve ser entendido em um sentido ativo e dinâmico como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. E conclui o artigo que estas três dimensões da produção do espaço precisam ser entendidas como um todo. O espaço é concomitantemente percebido, concebido e vivido e “nenhuma dessas dimensões pode ser imaginada como a origem absoluta, como “tese”, e nenhuma é privilegiada. O espaço é inacabado, assim, ele é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo.” (SCHMID, 2012).

Fechemos este parênteses afirmando que a tese não pretende fazer uma releitura da obra de Lefebvre a luz dos paradigmas epistemológicos por ele formulados de forma tão original. O que se pretende é a análise dos elementos principais de uma pequena parte da obra lefebvriana para tentar buscar a compreensão de um acontecimento histórico determinado: Junho de 2013, passados quase trinta e cinco anos daquele acontecimento que, com certeza, serviram de inspiração para as análises empreendidas por Henri Lefebvre, em especial, o Maio de 1968, em Paris. O autor da tese, apesar de estar ciente das questões epistemológicas específicas presentes na obra lefebvriana não pretende adotar a dialética tridimensional ou o método regressivo-progressivo para conduzir o seu raciocínio, pois, o seu pleno domínio exigiria um aprofundamento das obras da sociologia do conhecimento elaborada por Henri Lefebvre. A análise proposta é menos audaciosa.

Do ponto de vista demográfico a urbanização da humanidade parcialmente se consumou pois os demógrafos afirmam que algum momento na primeira década deste novo século a população mundial se tornou majoritariamente urbana. Passados quase trinta e cinco anos após os protestos que sacudiram a França na primavera de 1968 a análise proposta por Henri Lefebvre daqueles acontecimentos podem ajudar a compreender Junho de 2013?

5.3 Irrupção

A comparação com os acontecimentos de Maio de 1968 na França é imprescindível para buscar a compreensão de Junho de 2013 sobre a luz da obra de Lefebvre. O Movimento de 22 de Março de 1968, que foi estopim para os fatos que se seguiram, foi na verdade um protesto onde cerca de cento e cinquenta jovens estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Paris Nanterre, ocuparam os serviços administrativos da Faculdade de Letras, em protesto contra a prisão de seis estudantes que, dias antes, se tinham manifestado contra a guerra do Vietnam. Ninguém imaginaria que aquele audacioso mas pequeno ato viesse a desencadear uma avalanche de manifestações que culminou com uma greve geral que se estabeleceu em todo território francês, mobilizando de dez milhões de trabalhadores, que representava cerca de dois terços da força de trabalho na França. Igualmente, ninguém imaginava que os protestos de 6 de junho de 2013 em São Paulo contra o aumento da tarifa do transporte coletivo gerasse uma onda de protestos de tamanha magnitude como visto nos capítulos anteriores da tese.

A repressão policial que seguiu ao serem decretado fechamento dos cursos pelo reitor da Universidade de Nanterre impulsionou a adesão dos estudantes a partir de 3 de maio de 1968, da forma que a revolta popular contra a violência contra os manifestantes paulistanos e cariocas aumentou a adesão a Junho de 2013. E também, apesar da destacada presença de Daniel Cohn-Bendit dentre outros estudantes de Nanterre em Maio de 1968, nas

barricadas em Paris não tiveram a presença de lideranças vinculadas à partidos e organizações tradicionais, tal como Junho de 2013.

No entanto, diferentemente de Junho de 2013, a adesão da Confédération Générale du Travail, a federação sindical de esquerda ligado ao Partido Comunista Francês (PCF) teve um forte impacto no movimento inicial, sendo que além dos protestos estudantis, as greves e ocupações de fábricas marcaram os acontecimentos de Maio de 1968.

Após os acontecimentos de Maio de 1968, o governo presidido por Charles de Gaulle, chegou a beira do colapso, tendo que antecipar as eleições parlamentares para 23 de junho. A partir de junho de 1968 os protestos arrefecem e as últimas manifestações estudantis são duramente reprimidas. Nas eleições que se seguiram o partido ghoullista sai fortalecido e os protestos cessam em todo território francês.

Henri Lefebvre, viveu no olho do furacão do Maio de 1968. Seu cotidiano, que provavelmente incluía caminhadas pela Place de La Defense, perto de onde lecionava, a Faculdade de Letras da Universidade de Paris Nanterre, foi abalado pela insurreição estudantil. Tinha acabado de publicar “Droit à la Ville” e com certeza os fatos que presenciava naquela tumultuosa primavera parisiense lhe parecia um grande laboratório social onde as suas teses e proposições poderiam ser testadas. Ainda no calor da rebelião juvenil de Maio de 68, elaborou um ensaio intitulado “La Irrupcion: de Nanterre au somment” que talvez permita, em um sucinto quadro comparativo, ajudar na decifração do enigma surgido a partir de Junho de 2013.

O sociólogo Leo Lince no seu artigo “Irrupção, fim de ciclo e interregno” analisa Junho de 2013 sob a ótica dos acontecimentos de Maio de 1968 e da obra lefebvriana:

Henri Lefebvre, um marxista atento às réplicas da história, ao analisar ainda no calor das refregas a rebelião juvenil de maio de 68 na França, sacou conclusões que, talvez, possam nos ajudar na decifração do enigma atual. Estavam presentes na crise de então - as “*barricadas do desejo*” em Paris e a greve geral que paralisou a sociedade francesa por semanas - todos os ingredientes que no protocolo da esquerda definem uma típica “situação revolucionária”. Mas, segundo Lefebvre, não haveria revolução. Sequer se

produziria, como de fato não se produziu, uma momentânea “dualidade de poder”. Por conta de características elencadas em tempo real, a gigantesca onda contestatória que não desemboca em revolução ou contrarrevolução foi chamada por Lefebvre de irrupção. (LINCE, 2013)

Para Leo Lince a irrupção contestatória seria um tipo de movimento que revelava a emergência de novas contradições no solo cristalizado da política. "Contradições nascidas por acréscimo, superpostas às antigas que foram atenuadas, dissimuladas, “reduzidas”, sem que nunca tenham sido resolvidas, no interior dos jogos do poder." (LINCE, 2013). E continua a análise destas contradições que vão desencadear a irrupção contestatória reforçando a oposição política, que se amolda ao “aparato total”, deixando de expressar a dinâmica dos conflitos que ficam contidos na base da social e "quando os chamados “corpos intermediários” se mostram momentaneamente absorvidos pela rotina da repetição do “mesmo”, entre a política institucional e a chamada sociedade civil abre-se um imenso vazio." (LINCE, 2013).

ILUSTRAÇÃO 13 - Maio de 1968



E é justamente para preencher tal vazio que brota a onda contestatória. E acrescenta Leo Lince:

Ela [a onda contestatória] carrega a suprema pretensão de substituir, recompor, refazer a partir do zero as mediações sociais e políticas por intermédio das quais as demandas deveriam se elevar ao nível global. Ao constatar a ineficácia dos partidos e dos "corpos intermediários" cooptados pela lógica do poder dominante, a contestação se volta contra o institucional em geral. Questiona a política, mas não é despolitizada. Expressa e aspira outro tipo de política. Ao contrário da política regular-profissional, não trabalha na perspectiva de "acumulação de forças" no interior de uma determinada racionalidade política. O sentido imediato da onda contestatória é o da recusa à integração. Nasce das profundezas, abaixo das raízes da vida social organizada, de costas para o Estado e longe de suas instituições. Para usar uma expressão feliz de Lefebvre, são movimentos localizados "abaixo da base". (LINCE, 2013).

O artigo de Leo Lince enfatiza o papel da juventude nos acontecimentos de Maio de 1968 partindo da definição dada por Henri Lefebvre. A juventude para o filósofo das cidades não é entendida apenas como uma determinada faixa etária e sim, parafraseando o sociólogo franco-argelino Jacques Berque, se define mais como uma "relação com o mundo" (LEFEBVRE, 1968, p. 111), e é por excelência o agente da irrupção contestatória, sendo que tanto em Maio de 1968 como em Junho de 2013, o jovem teve um papel social "antirredutor" no interior do sistema.

Outro aspecto destacado por Henri Lefebvre em sua análise dos acontecimento de Maio de 1968 foi a espontaneidade. Para ele "a contestação nasce espontaneamente. Ela se define como espontaneidade, com o horizonte e os limites da espontaneidade" (LEFEBVRE, 1968, p. 112), e acrescenta:

Sem espontaneidade, não haveria nenhum acontecimento, nenhum movimento. Nada aconteceria. Por conseguinte, para todos os poderes a espontaneidade é o inimigo. Sem que, por isso, ela se constitua num poder. Têm condições, portanto um sentido. (LEFEBVRE, 1968, p. 113).

Lefebvre contrapõe a crítica a espontaneidade leninista, que segundo ele conduz a uma percepção dogmática que nega e condena o espontâneo a algo irracional, a ponto de considera-lo algo nulo. Contrariamente Lefebvre vê um sentido na espontaneidade dos acontecimentos, que somente pode ser definido para além do institucional. O lócus da espontaneidade é a rua, pois "na rua [em Maio de 1968] se manifestou a espontaneidade: no lugar social não ocupado pelas instituições" (LEFEBVRE, 1968, p. 114). Leo Lince explana desta forma este aspecto da irrupção lefebvriana:

Mas, como no caso analisado por Lefebvre, a irrupção não se configura como um polo ordenado de lutas, no qual se condensam vetores orientados por alternativas programáticas bem delineadas. Pelo contrário. Há de tudo na babel de vozes que toma de assalto o espaço livre das ruas. Pululam postulações desencontradas. A falência do modelo dominante e o ocaso de um ciclo político não aparecem como resultante do acúmulo ordenado de pequenas mudanças. A crise se mostra na forma da fratura exposta. A explosão contestatória abala o mundo da política, desloca o eixo em torno do qual tal mundo gira, mas o seu clarão, por si só, não ilumina caminhos de mudança. É um fenômeno que, por sua própria natureza, dispara variáveis fora de qualquer controle. Diante do agito colossal, todos se assustam: ninguém hegemoniza e, ao mesmo tempo e pela mesma razão, de imediato ninguém se sente interdito por ele. Daí o espetáculo das múltiplas leituras interessadas, dos recuos táticos, da busca rápida de "agendas positivas" que possibilitem acertar o passo com o ritmo da novidade que chegou para ficar sem ter dito, ainda, a que veio. (LINCE, 2013)

Contestação, espontaneidade e protagonismo juvenil são elementos evidentes que confluem e se relacionam nos acontecimentos de Maio de 1968 e Junho de 1968. São os aspectos exteriorizados da irrupção lefebvriana que somente podem ser compreendidos em sua profundidade a partir do conceito de "mutação" que prenuncia, no artigo agora analisado, a hipótese da "sociedade urbana" e que somente vai ser consolidada na "La Revolution Urbaine". Henri Lefebvre parte do conceito de "Movimento" sem se preocupar em defini-lo, mas sim de situá-lo espacialmente, pois "a teoria do movimento só pode provir do próprio movimento" (LEFEBVRE, 1968, p. 133). Em seguida o "filósofo da cidade" engendra uma reflexão a partir dos fenômenos urbanos: inicialmente situa Nanterre, a "faculdade parisiense fora de Paris". Localizada no subúrbio a Faculdade convive com as favelas e as moradias proletárias. A segregação espacial e sexual (com a separação entre moças e rapazes) se apresenta como um vazio e a "ausência é o lugar onde a infelicidade assume uma forma". Distante, a Cidade passa a ter um valor utópico para "as moças e rapazes instalados na 'heteropia' geradora de tensões" e "torna-se o lugar das aspirações e das rebeliões sexuais" (LEFEBVRE, 1968, p. 135). E a faísca acesa em Nanterre chega ao Quartier Latin: o rastilho segue o caminho do subúrbio para o centro de Paris e o movimento "vai se deslocar sobre um novo terreno" e as "pessoas vindas da periferia, do exterior em que foram projetadas, onde só encontraram um vazio social, se reúnem e vão em direção aos centros urbanos para reconquistá-los." (LEFEBVRE, 1968, p. 143). Por fim, em um terceiro momento o Movimento se amplia de forma impressionante, e

ganha novamente a periferia, com a adesão massiva dos operariado francês. É o auge do Movimento que depois refluí. "A ocupação maciça dos locais de produção, as reivindicações potentemente sustentadas, mas parciais fazem esquecer que os locais do poder e os centros de decisão retomaram suas funções." (LEFEBVRE, 1968, p. 146). A Cidade não é mero palco dos acontecimentos. A irrupção descrita por Henri Lefebvre é um "fenômeno urbano" por excelência, sustenta Leo Lince, e novamente Junho de 2013 e Maio de 1968 se confluem:

Seu impulso [da irrupção] é habitado por aspirações grandiosas de reconstruir a sociedade através de um tipo de exercício democrático radical, constituinte e instituinte, onde todos os conflitos e interesses estariam, mais do que representados, presentes em ato, nas ruas e praças, ou seja, nos lugares ainda não totalmente controlados pelas amarras do sistema dominante. São momentos fugazes, onde se vive a ilusão do exercício pleno da recomposição do corpo da política. São movimentos de larga envergadura e que, quase sempre, remetem para o ciclo longo e para o prazo longo. No conjuntural imediato, tais movimentos se destinam a produzir um tipo original de interferência no processo concreto da luta política. (LINCE, 2013)

O Movimento não pode prescindir do seu sentido de mudança, de "mutação". Apesar de recusar defini-lo Lefebvre busca caracterizá-lo pela sua práxis. "Não foi este ou aquele pensamento político [se refere aos pequenos círculos revolucionários, trotskistas, maoistas, etc.] que mostrou sua eficácia, foi antes o ato inicial de um pensamento que se recusa a condição anterior, um ato coletivo, apesar das divergências, que permitiu a formação do movimento." (LEFEBVRE, 1968, p. 139) Tal como aconteceu em Junho de 2013, em Maio de 1968 emerge uma nova prática calcada na negação aos agentes políticos tradicionais. A irrupção é um grande laboratório onde é gestada novas formas de se pensar e fazer a ação política:

A irrupção contestatória costuma semear novidades (novas lideranças, nova pauta de debates, novos sujeitos, nova morfologia na estrutura dos movimentos) que se destinam a produzir, como bombas de efeito retardado, alterações profundas na cultura política. Nem sempre na conjuntura imediata, mas no entranhado das estruturas. (LINCE, 2013)

Finalmente, a "mutação" delineada por Henri Lefebvre vai repercutir nas análises e formulações anunciadas na sua obra "La Droit à la Ville", destacando a "integração dos centros e das periferias" anunciando uma "nova esfera social, política, cultural: a sociedade urbana". Lefebvre observa que "A

centralidade obtida e conservada pelo movimento o envia para as margens da realidade urbana" e "dessas margens, o movimento repercute e volta aos centros de decisão" (LEFEBVRE, 1968, p. 147).

Os acontecimentos de Maio de 1968 permitem a Lefebvre a percepção da sociedade urbana que se anuncia enquanto projeto e que se estabelece na explosão então em curso na cidade. A "base" material e social desta sociedade urbana se manifesta na superação das segregações e das dissociações múltiplas inerentes a cidade capitalista.

No desenvolvimento desigual da sociedade, em cima das contradições antigas e novas, três camadas de superestruturas (instituições, ideologias) se sobrepõem, não sem interações:

a) Superestruturas datando da época pré-capitalista, quando predominavam ainda a produção agrícola e a vida rural, com suas imagens e suas representações de mundo;

b) Superestruturas datando da industrialização, nos quadros sociais determinados pela burguesia, o capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção (lembrando que a base técnica de industrialização não para de se transformar: automação, informática).

c) Superestruturas incertas, ainda mal definidas, incitadas pela transformação da sociedade que se opera nos quadros já definhantes (em outras palavras: os quadros da sociedade de consumo, do capitalismo de organização ou capitalismo monopolístico ligado ao Estado). Essa transformação em profundidade se define como sociedade urbana em gestação que emerge com sua problemática e suas exigências. (LEFEBVRE, 1968, p. 143)

Dos elementos apontados acima, a partir dos artigo de Henri Lefebvre, pode-se afirmar que: a irrupção contestatória, o protagonismo juvenil e sua espontaneidade, além da novidadeira práxis política do movimento, são encontradas e fundamentadas pela análise de Leo Lince ao comparar os acontecimentos de Maio de 1968 e Junho de 2013. Já quanto a "mutação" que induz à sociedade urbana, apesar de reconhecer o caráter urbano dos fenômenos, ela não é salientada por este articulista. Justamente esta polêmica formulação lefebvriana será abordada na parte final da tese. Serão os acontecimentos de Junho de 2013 prenuncio desta sociedade urbana que se anuncia em nosso país?

A comparação dos acontecimentos ocorridos em França em 1968 e no Brasil em 2013 é fundamental, se como nesta tese, o referencial teórico parte

da contribuição de Henri Lefebvre. É importante salientar que tal quadro comparativo tem como pressuposto tanto a compreensão do desenvolvimento urbano desigual e combinado, tanto a tese da "urbanização pretérita" brasileira sustentada por Milton Santos, que justifica a atualidade do Maio de 1968 para se compreender Junho de 2013, mesmo considerando a distância temporal de quarenta cinco anos que separam os eventos.

A anunciada sociedade urbana por Lefebvre talvez seja a sua contribuição teórica mais polêmica e é justamente sobre ela que a tese irá agora se debruçar. No entanto, para a sua plena compreensão é importante revelar o caráter iminentemente político do espaço socialmente produzido.

5.4 Espaço e política

No segundo capítulo a tese buscou situar a questão urbana como aspecto fundamental da análise dos acontecimentos de Junho de 2013. A partir da definição da rua como locus principal dos protestos para em seguida situar a crise econômica e urbana o capítulo encerra com a conceituação de produção social e ideológica do espaço. A centralidade da questão urbana, destarte o emaranhado de determinantes que envolvem os acontecimentos de Junho de 2013, resta evidenciada tanto pela motivação inicial dos manifestantes, relacionada com a questão da mobilidade urbana, bem como pelo contexto de crise de legitimidade política institucional, que refletiu na estratégia de tomar as ruas ("retomar a cidade") adotada pelos protagonistas do movimento.

Apesar desta evidente centralidade, a questão urbana é compreendida pela maioria dos analistas, em especial os cientistas políticos, como um fator de natureza econômica e social, minimizando ou até descartando o seu caráter político. Ocorre que para analisar Junho de 2013 iluminado pela obra de Henri Lefebvre se faz necessário enfatizar a questão urbana como iminentemente política, e especialmente, salientar o caráter político da produção do espaço.

Ao chegar neste ponto da tese pode-se entender que este aspecto já foi suficientemente desenvolvido no segundo capítulo. No entanto, mais um reforço é necessário para o encadeamento da tese que buscará ao final contextualizar os acontecimentos de Junho de 2013 a luz da polêmica tese lefebvriana da constituição da "sociedade urbana".

Além dos apontamentos extraídos da obra de Lefebvre, em especial da "La production de l'espace", a pesquisa aqui vai utilizar da contribuição de Grégory Busquet, em seu artigo intitulado "Espaço político na obra de Henri Lefebvre: ideologia e utopia". Sociólogo, Busquet é professor da Universidade de Paris - Nanterre, e em seu artigo se alinha claramente àqueles que buscam enfatizar na obra lefebvriana o seu conteúdo subversivo e com objetivo emancipador, como todas as referências ao conflito e à luta de classes, que não permitem que o pensamento sobre o espaço seja desassociado de uma análise de classe, ou seja, em termos iminentemente políticos (BUSQUET, 2012). Neste contexto Busquet critica as versões populistas e "pós-marxista", em voga tanto em França, como no resto da Europa, que despolitizam a obra de Henri Lefebvre.

Inicialmente em seu artigo Gregory Busquet resgata a trajetória do pensamento lefebvriano. A partir da década de 1940, Henri Lefebvre começou a se interessar pela vida cotidiana no mundo moderno que gradualmente levaria a um interesse sobre a cidade e a vida urbana. Para ele, isso significava que as atividades de indivíduos e grupos na vida cotidiana lançam as bases para prática social e, portanto, sobre essa atividade diária é o que o filósofo deve refletir para entender o mundo moderno e para poder revolucioná-lo. Lefebvre assim formula a hipótese de que a vida cotidiana é alienada e alienante, e que é através da vida diária que as relações sociais são reproduzidas, e é no tempo fora do trabalho que a revolução proletária será capaz de ocorrer. (BUSQUET, 2012).

A cidade e o próprio habitat, ou seja, o pano de fundo para essa vida cotidiana onde a sociedade ocorre e reproduz, são alienantes particularmente devido ao urbanismo, prática pelo qual o Estado e o sistema capitalista organizam e racionalizam o espaço para produção e reprodução social. Desde

o final da década de 1960, através dessas reflexões sobre o urbanismo, Lefebvre dedicou-se à análise e crítica do Estado e o modo de produção capitalista, que não é em si mesmo novidade. O que é novo é que ele os critica do espaço e no espaço, destacando o aspecto político das cidades e do espaço como um produto político e um possível instrumento de mudança. (BUSQUET, 2012)

Talvez da assertiva mais conhecida de Henri Lefebvre, Busquet vai inserir o debate do espaço político: "o espaço (social) é um produto (social)" (LEFEBVRE, 2006, p. 50). Para Busquet o espaço além de social é obviamente político, sendo simultaneamente um produto político e uma participação política. É antes de mais um produto político porque é o resultado de contradições, de fatos conflitantes, estratégias, representações, apropriações e práticas, que sustentam, de acordo com os modelos socioculturais, os interesses específicos de cada grupo e as relações sociais (de classe). Como o modo de produção capitalista produz um espaço específico, de acordo com Lefebvre, uma estratégia revolucionária terá que criar outro modo de produção de espaço, por meio de uma reapropriação coletiva da cidade, bem como por via de uma reapropriação e libertação da vida cotidiana, algo que é claro, é impossível, exceto em um modo de produção não-capitalista. (BUSQUET, 2012)

Busquet reflete sobre a existência, de dominantes espaços e espaços dominados. Na produção capitalista do espaço social, o espaço dominado seria os espaços experientes, os espaços representativos e os espaços de vida cotidiana. Como afirma Lefebvre, por outro lado, as representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido é o espaço dominante numa sociedade (LEFEBVRE, 2006, p. 66). De acordo com Lefebvre o cotidiano é onde as apostas de um revolucionário devem ser colocadas. A luta é encontrada no urbano. Mas essa dominação do espaço decorre principalmente da dominação relacionada às relações sociais das produções capitalistas (modo de produção). Essas lutas para e no espaço podem, é claro, ser violentas, mas também simbólicas. Pelo espaço é o que os grupos sociais e as

classes estão competindo. Como o espaço adquiriu um valor de mercado, as desigualdades sociais nele materializam, particularmente entre a burguesia e as classes desfavorecidas. (BUSQUET, 2012)

Pode-se concluir então, segundo Busquet, que o espaço urbano é político em vários aspectos. Em primeiro lugar, é um produto político na medida em que está obviamente sujeito a políticas públicas (estatais): a promulgação das políticas urbanas a escala nacional ou local certamente se referem à visão de um objetivo específico e desejável. Devido ao vínculo entre o desenvolvimento espacial e social em representações, a produção do espaço está ligada à questão do poder que é mantido ou conquistado (poder sobre o espaço, mas também sobre os grupos sociais). Finalmente, ainda em conexão com essas duas características, o espaço urbano é político, pois é uma das apostas nas lutas. (BUSQUET, 2012)

Interessante constatar que estes aspectos da reflexão acima se ajustam perfeitamente aos acontecimentos paulistanos de Junho de 2013: inicialmente temos uma determinada política pública - de mobilidade urbana - totalmente vinculada a um objetivo específico que é garantir a acumulação capitalista do cartel das empresas concessionárias do transporte público; este sistema de mobilidade urbana privatizado busca manter o fluxo de mercadorias e de pessoas necessárias a reprodução do processo de acumulação em geral; sendo que a aposta dos manifestantes em "tomar as ruas" obstruindo este fluxo no período mais crítico (horário de pico) representou uma séria afronta ao poder instituído, ou seja, ao Estado e os representantes do capital. A resposta a este movimento foi acionar o aparato repressivo estatal que abusou da violência física contra os manifestantes para tentar garantir a "liberdade de ir e vir" dos cidadãos. Pode-se afirmar que Junho de 2013 foi um fenômeno inserido na disputa do espaço político.

Assim, longe de ser apenas um meio neutro - ou receptáculo - de atividades sociais, este espaço engendra uma participação e um meio para representações e estratégias sociais conflitantes. Estas estratégias contraditórias ligadas a interesses divergentes podem levar a pensar sobre a instrumentalização política do espaço nas ideologias urbanas, que é

exatamente o que Lefebvre tentou desenvolver em seu tempo, bem como o espírito utópico que ele invocou. Isso permite aprofundar essas relações tecidas entre o espaço urbano e o político, já que o interesse em ideologias e utopias urbanas também significa estar interessado na orientação política das representações sociais do espaço, que conduzem a teorização, práticas e, obviamente, ação pública. Então, no artigo Busquet está interessado nas relações espaço/política começando com as representações politicamente direcionadas pelo espaço e como elas contribuem para a sua produção. Isso coloca a questão do político e da instrumentalização do espaço e, portanto, seu papel e status, tanto na "utopia" de Lefebvre, tanto nas ideologias que acompanham os processos de urbanização que ele se esforçou para criticar. (BUSQUET, 2012)

Henri Lefebvre definiu a ideologia espacial como um sistema de significados da realidade espacial, produto de uma "estratégia política" que impõe suas representações, de fato suas necessidades e aspirações às classes dominadas. Por conseguinte, haveria alienação no espaço, através da ideologia espacial, e o espaço estaria no centro da luta ideológica. "Geralmente, o que se denomina "ideologia", só adquire consistência intervindo no espaço social, na sua produção, para aí ganhar corpo." (LEFEBVRE, 2006, p. 73) A ideologia está imbricada com a produção do espaço, e pode ser entendida como uma produção social. Este espaço, portanto, engendraria ideologia, tal como poderia ser aproveitado por elas, e de igual forma ser "criado" por elas, tornando-se um espaço repressivo e alienante. (BUSQUET, 2012)

Desde Karl Marx e posteriormente com as análises do sociólogo Karl Mannheim, o conceito de ideologia refere-se a um sistema de representações falsas da realidade ("falsa consciência") destinado a perpetuar a reprodução e as hierarquias sociais, enquanto a utopia seria uma forma de pensamento tendo a mudança social como objetivo. Busquet em seu artigo salienta que Henri Lefebvre observou, na virada do período de trinta anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, o surgimento de uma "ideologia da mudança" (modernista): o urbanismo. Esta seria, de fato, uma ideologia, e não uma utopia, mesmo que muitas vezes tenha sido interpretada como tal. De um

modo mais geral, a ideologia urbana, como todas as ideologias - mas sob o pretexto de aspectos utopistas e de progresso - só manteria e reproduziria dominação e divisão no espaço. Na opinião de Lefebvre, a cidade moderna estava especialmente perdendo seu histórico "valor de uso", no significado marxiano do termo (valores adotados para atender às necessidades sociais e "desejos") e estaria cada vez mais sujeito a valor de troca (caracterizado pela comoditização). Lefebvre elaborou uma crítica fervorosa do que ele chamou de "urbanismo tecnocrático". O urbanismo moderno nos mostra que a ideia de progresso não está necessariamente ligada à utopia e ao potencial bem-estar social, mas que o "progresso" pode ser sinônimo da preservação do que já existe. Lefebvre considerou assim que o urbanismo, que pretende ser uma ciência ou uma prática, não passa de ideologia e "mistificação": a organização voluntarista do espaço (espacialismo). Essa ideologia torna a ordem social dependente do fator espacial e impõe ação no espaço para preservar ou transformar essa ordem. (BUSQUET, 2012)

Embora Lefebvre seja utopista, segundo Busquet sua utopia confronta com o "espacialismo" urbanista. Mesmo reconhecendo que exista uma conexão entre as relações sociais e o espaço, entre lugares e grupos humanos, seria necessário modificar radicalmente as estruturas do espaço. Alterar a cidade para mudar a vida é, portanto, na opinião de Lefebvre, sinônimo de erro e de divagação e, embora defenda mudanças sociais e espaciais, ele sugere abordar o problema do outro lado: é a mudança social e a mudança na "vida cotidiana" que possibilita a autotransformação do modo de produção do espaço e do próprio espaço. Nesse processo, o papel do arquiteto seria apenas o de um guia. Mas uma transformação social pode, no entanto, ir de mãos dadas com uma transformação espacial, ou por um modo de produção diferente do espaço. Por outro lado, a transformação do espaço e do seu modo de produção seria inútil sem uma transformação radical da estrutura (capitalista) e das relações sociais. Em outras palavras, diferentes relações sociais levariam inevitavelmente a diferentes modos de produção do espaço e, portanto, a um espaço diferente apropriado a essas relações. Vice versa, tais relações só seriam possíveis com um espaço apropriado para elas. (BUSQUET, 2012)

Afirma Busquet, que Lefebvre se passa como um utópico (habitante de uma Utopia), a utopia sendo entendida aqui no sentido de Karl Mannheim como um sistema de idéias que "transcende" uma dada situação histórica ou social, não negando-a, mas superando-a. Assim, a utopia que ele propõe não nega a realidade social, espacial, histórica, mas leva em consideração - lida com isso - precisamente para explorar suas possibilidades. E o próprio espaço urbano está cheio de marcas e potencialidades de mudança: está particularmente sujeito aos sinais dessa utopia e, portanto, adequado para se tornar o objeto preferido dessa utopia. Assim como não pode haver ideologia sem referência ao espaço, não pode haver filosofia urbana sem utopia. Na verdade, existem três pontos claramente estabelecidos neste processo utópico: o conhecimento e crítica do real, exploração das possibilidades e, potencialmente, uma proposta para outro "mundo". Como Lefebvre explicou com frequência, para poder imaginar e propor uma realidade diferente, nós devemos, obviamente, analisar e conhecer e compreender a realidade real.

A crítica da ordem existente é uma crítica do poder, é claro, mas também da sociedade que moldou-o, bem como uma crítica do espaço que esta mesma sociedade moldou e que por sua vez molda a sociedade. Então, para Lefebvre, a cidade se torna o lugar de tudo o que é possível, o melhor e o pior. Um modo de produção diferente do espaço só pode ser acompanhado de uma "visão diferente do mundo"; não é mais uma ideologia, mas uma utopia concreta que é positiva e ativa, ou seja, que não está fora do tempo ou espaço social. Lefebvre então aplica o que poderia ser descrito como um "método utópico" para a ordem social: agarrar a realidade sócio-espacial como é (com seus problemas, ativos e contradições) e descobrindo seus "possíveis escondidos" criar um projeto utópico a partir das práticas e experiências vividas no cotidiano. Esta é a proposta de "utopia experimental" de Lefebvre:

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços "bem sucedidos", isto é, nesses espaços favoráveis a felicidade? Isto que interessa. (LEFEBVRE, 2008, p. 110).

Então para Henri Lefebvre essa utopia é a "revolução urbana". E sua condição é o "direito à cidade". E concomitante seu meio e fim é a sociedade urbana: "o desenvolvimento da sociedade só pode ser concebido na vida urbana, através da realização da sociedade urbana" (LEFEBVRE, 2006, p. 144). Justamente entender a sociedade urbana proposta é próximo requisito necessário para entender Junho de 2013 sob a luz da obra lefebvriana.

5.5 Sociedade urbana

Com base na análise da vida cotidiana das cidades e na crítica da ordem urbana Lefebvre, nas vésperas da rebelião que explodiu em Maio de 1968, apresenta o "direito a cidade", sendo que em 1970 passa a denominar "direito à sociedade urbana". Mais do que um direito à habitação ou aos serviços que a cidade oferece, este "direito" corresponde à apropriação genuína pelos habitantes de sua vida como moradores da cidade. A este direito, ele acrescenta um direito a apropriação de seus símbolos e funções a partir da perspectiva de uma cidade entendida como uma "obra coletiva": "se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que um produção de objetos" (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 52). A luta pelo direito à cidade corresponde então a uma utopia concreta: a revolução urbana.

Essa utopia (experimental) defendida por Lefebvre não é destinada a servir de "modelo". Inicialmente só é possível tomar conhecimento da evolução urbana no nível teórico, para depois ser inserido em um planejamento espacial que não contraponha as práticas sociais, os desejos ou as liberdades. Portanto, a revolução urbana não é uma utopia "espacialista" ou de "forma espacial", como já visto anteriormente na tese. Longe de ser estático, o pensamento de Lefebvre está em permanente mutação. No curto período temporal de dois anos, entre 1968 e 1970 quando publica a sua obra "La Révolution Urbaine", Lefebvre vai "da cidade à sociedade urbana" ou seja "a sociedade que nasce da industrialização" (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 13).

Inicialmente parte o autor da hipótese da urbanização completa da sociedade. Quase cinquenta anos depois, pode-se entender como banal e evidente esta formulação. Mas sempre é importante salientar, que o mesmo o gráfico apresentado no capítulo anterior, que demonstra que em determinado momento de 2010 a maioria da humanidade passou a habitar as cidades, mostra que em 1960 dois terços da população mundial ainda era rural. Portanto, a hipótese da urbanização completa da sociedade seria em 1970 uma grande ousadia: "denominaremos "sociedade urbana" a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real". (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 13) Esta sociedade urbana é portanto, uma hipótese teórica "que o pensamento científico tem o direito de formular e tomar como ponto de partida. Tal procedimento não só é corrente como necessário. Não há ciência sem hipóteses teóricas." (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 14) Tal assertiva está circunscrita do ponto de vista metodológico ao conceito de "transdução" criado pelo próprio Lefebvre:

A transdução. É uma operação intelectual que pode ser realizada metodicamente e que difere da indução e da dedução clássicas e também da construção de "modelos", da simulação, do simples enunciado de hipóteses. A transdução elabora e constrói um objeto teórico, um objeto possível, e isto a partir de informações que incidem sobre a realidade, bem como a partir de uma problemática levantada por esta realidade. A transdução pressupõe uma realimentação (feedback) incessante entre o contexto conceitual utilizado e as observações empíricas. (...) Ela introduz o rigor na invenção e o conhecimento na utopia. (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 109)

Assim, para Lefebvre "o conhecimento não é necessariamente cópia ou reflexo, simulacro ou simulação, de um objeto já real", na transdução utilizada para conceituar a sociedade urbana "o objeto se inclui na hipótese, ao mesmo tempo em que a hipótese refere-se ao objeto", e acrescenta que "se esse objeto se situa além do constatável (empírico), nem por isso ele é fictício". (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 14) Portanto, a sociedade urbana além de ser um objeto "virtual" é um objeto "possível".

Graficamente Lefebvre expõe seu raciocínio, através de um "eixo espaço-temporal":

Por hipótese, tracemos da esquerda para a direita um eixo que vai do zero de urbanização (a inexistência da cidade, a predominância completa da vida agrária, da produção agrícola, do campo) à

urbanização cem por cento (absorção do campo pela cidade, predominância completa da produção industrial até mesmo na agricultura). Este esquema abstrato coloca em parênteses, momentaneamente, as descontinuidades. Permitirá, numa certa medida, que se situem os pontos críticos, isto é, as próprias cesuras e descontinuidades. (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 77)

Portanto, a tese, não será centrada no objeto "possível" da obra lefebreviana: a sociedade urbana, mas sim, se situará "ao redor deste ponto crítico": as cesuras (conflitos) e descontinuidades encontrados na passagem entre a cidade industrial (sociedade industrial) e a sociedade urbana.

Alerta Lefebvre que o método utilizado na sua exposição não é histórico na acepção habitual do termo:

Apenas aparentemente tomamos o objeto "cidade" para descrever e analisar sua gênese, suas modificações, suas transformações. Em verdade, colocamos primeiramente o objeto virtual, o que nos permitiu traçar o eixo espaço-temporal. O futuro iluminou o passado, o virtual permitiu examinar e situar o realizado. (...) Um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existem tempo e historicidade: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo). (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 31)

Partindo deste arcabouço metodológico extremamente original, Lefebvre vai situar então de forma concisa este "ponto crítico" que orientará a sua análise:

Paradoxalmente, nesse período em que a cidade se estende desmesuradamente, a forma (morfologia prático-sensível ou material, forma de vida urbana) da cidade tradicional explode em pedaços. O processo duplo (industrialização-urbanização) produz o duplo movimento: explosão-implosão, condensação-dispersão (estouro) já mencionado. É portanto ao redor desse ponto crítico que se situa a problemática da cidade e da realidade urbana (do urbano). (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 77)

Este "ponto crítico", que se aprofunda "em um processo induzido que se pode chamar de a "implosão-explosão" da cidade", tem a sua forma que é o "tecido urbano". "Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes", e em um sentido inverso, "muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas." (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 18). O tecido urbano não é uniforme mas "uma espécie de rede de malhas

desiguais, que deixam escapar setores mais ou menos amplos" identificados tanto com a sociedade agrária como a industrial.

O "direito à sociedade urbana" se materializa, segundo Lefebvre, em duas proposições, que vão constituir a "estratégia urbana": a) um programa político de reforma urbana; b) projetos urbanísticos. Em relação a reforma urbana ela não pode se limitar ao "reformismo", pois "das questões de propriedade da terra aos problemas de segregação, cada projeto de reforma urbana põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas" (LEFEBVRE, 2008 [1968], f. 113). Ao defender a criação de projetos urbanísticos Lefebvre não está de modo algum defendendo o planejamento total da sociedade no espaço, mas uma mudança nas relações sociais "em" um espaço, cujo desenvolvimento não deve ser restritivo, ou preocupado apenas com o caráter atualmente realizável ou não, utópico ou não. A "realização da sociedade urbana" não significa apenas planejamento, pois "são permitidas todas as audácias. Por que limitar essas propostas à morfologia do espaço e do tempo? Não se excluem proposições referentes ao estilo de vida, ao modo de viver na cidade, o desenvolvimento do urbano em relação a este plano." (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 114).

A utopia de Lefebvre ecoa assim uma teoria ligada a uma prática, neste caso, revolucionária:

Uma revolução que não produz um espaço novo não vai até o limite de si própria; ela fracassa; ela não muda a vida; ela só modifica superestruturas ideológicas, instituições, aparelhos políticos. Uma transformação revolucionária se verifica pela capacidade criadora de obras na vida cotidiana, na linguagem, no espaço, um não acompanhando, necessariamente, o outro, igualmente. (LEFEBVRE, 2006, p. 86)

E, de fato, a modificação das relações sociais e a abolição do modo de produção capitalista são as apostas da utopia:

Se é verdade que a produção do espaço corresponde a um salto adiante das forças produtivas (técnicas, conhecimentos, dominação sobre a natureza); se por consequência, no limite (dito de outra forma: certos limites transpostos) resulta um outro modo de produção que não mais seria o capitalismo de Estado, nem o socialismo de Estado, mas a gestão coletiva do espaço, a gestão social da natureza, a superação da contradição "natureza/anti-natureza", não

se pode mais utilizar somente as categorias "clássicas" do pensamento marxista. (LEFEBVRE, 2006, p. 151)

Em suma, à esta "revolução urbana" terá que acompanhar uma revolução econômica (autogestão e planejamento da produção direcionada para satisfação das necessidades sociais), uma revolução política (controle democrático do aparelho estatal), uma revolução cultural e uma revolução na vida cotidiana. Por isso, a "sociedade urbana" também significa participação efetiva - conquistada, não concedida - por parte dos habitantes e habitantes da cidade nas decisões e planos do urbanismo. Para Lefebvre, a "autogestão generalizada" que compreende não só a autogestão dos modos de produção, é condição fundamentação para uma estratégia política urbana:

Com efeito, a autogestão introduzida, não sem dificuldades, na indústria pode "induzir" a autogestão urbana. Mas esta pode adiantar-se e induzir, por seu turno, a prática da autogestão na indústria. Assim como na indústria, a autogestão da vida urbana não se basta. Tomada à parte, no que concerne a cada unidade isolada, está fada ao fracasso. (LEFEBVRE, 2006, p. 173)

Essa "autogestão urbana" só é possível com base em novas relações sociais e um outro modo de produção, sem o qual correríamos o risco de cair em "participação falsa". Assim, a autogestão urbana é uma condição e uma consequência da revolução urbana. Um modo de produção diferente para o espaço, portanto, não pode ocorrer sem a modificação das relações sociais: o direito à cidade não pode ser consagrado no sistema capitalista. Henri Lefebvre e após ele David Harvey, de fato, demonstraram que o espaço era necessário para o desenvolvimento, senão a sobrevivência do capitalismo. De acordo com Lefebvre, este espaço também é necessário para o advento da sociedade urbana que desejava tão fervorosamente.

Finalmente, o último aspecto necessário a ser destacado acerca do conceito de "sociedade urbana" diz respeito a discussão acerca do seu caráter estrutural/superestrutural. Se em 1968 ainda poderia se admitir que a efetividade "direito à cidade" corresponderia apenas a uma nova fase do desenvolvimento capitalista, em 1970, Lefebvre situa a sua "revolução urbana" como uma utopia para além do sistema capitalista, sendo que em 1974, na sua "La production de l'espace" sustenta:

Na estrita tradição marxista, o espaço social podia ser considerado como uma superestrutura. Como resultado de forças produtivas e de estruturas, de relações de propriedade entre outras. Ora, o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso. Portanto, ele não se situa a tal ou tais “níveis”, “planos” classicamente distinguidos e hierarquizados. O conceito do espaço (social) e o próprio espaço escapam, portanto, à classificação “base estrutura-superestrutura”. (LEFEBVRE, 2006, p. 8)

A discussão acerca da "sociedade urbana" orienta toda reflexão da tese. A questão que se buscará a resposta diz respeito a caracterização do fenômeno estudado, ou seja, Junho de 1968: tais eventos estariam circunscritos na caracterização acima exposta? Junho de 1968 seria parte integrante da "revolução urbana" em andamento?

5.6 Desvelando o campo cego

Acima foi referido o "ponto crítico" que dentro do desenvolvimento metodológico proposto por Lefebvre corresponde as "cesuras e descontinuidades" no eixo espaço-temporal que situa o processo de desenvolvimento urbano da sociedade. O ponto crítico seria o duplo movimento de explosão-implosão, de condensação-dispersão, que por sua vez corresponde ao processo de industrialização-urbanização.

O conceito de cidade pode ser expresso na assertiva marxiana, onde a cidade é de fato o local da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto o campo mostra exatamente o oposto, isto é, o isolamento e a dispersão (Marx & Engels, 1998, p. 55). Este conceito tem o mérito de salientar que a cidade é o espaço de concentração de múltiplos determinantes, não apenas o demográfico (“população”), mas também de elementos estruturais (“dos instrumentos de produção” e “capital”) e além de determinações políticas e culturais (“dos prazeres e necessidades”) (STEFANIAK, 2015, p. 71). No entanto, o conceito marxiano não contempla todas as especificidades da cidade capitalista, que do ponto de vista sustentado por Lefebvre vai incorporar

além do movimento de concentração destes determinantes, outro, de expansão/dispersão do urbano. São, portanto, fenômenos deste período crítico: concentração urbana, exodo rural, extensão do tecido urbano, subordinação do agrário ao urbano, conurbação, etc., apontados por Lefebvre e que refletem a "extensão desmesurada" das cidades.

Em 1970, o filósofo francês incorpora na sua formulação teórica um novo conceito em acréscimo ao "ponto crítico". "O eixo espaço-temporal permite situar algumas relações entre cidade e campo, e suas transformações. Nele não estão todas, nem as contém totalmente" (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 32), admite Lefebvre. Surge então a concepção do "campo cego", que emerge da confluência de três outros campos "não apenas de 'fenômenos sociais', mas de sensações e de percepções, de espaços e de tempos, de imagens e de conceito, de linguagem e de racionalidade, de teorias e de práticas sociais:" o rural; o industrial e o urbano. (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 35) Entre estes campos em conflitos encontra-se os "campos cegos", no mesmo sentido que há um ponto cego, na retina, centro de visão e que, contudo, é sua negação. Portanto, nós ainda não conseguimos ver o urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana), sendo que é neste sentido que Lefebvre anuncia finalmente era do urbano:

Aqui, nos limitaremos a mostrar, globalmente, que há um novo campo ainda ignorado e desconhecido. (...) Nessa nova época, as diferenças são conhecidas e reconhecidas, consideradas, concebidas, e ganham significados. (...) O pensamento urbanístico, isto é, a reflexão acerca da sociedade urbana, reúne os dados estabelecidos e separados pela história. Sua fonte, sua origem, seu ponto forte não se encontram mais na empresa. Ele não pode colocar-se senão do ponto de vista do encontro, da simultaneidade, da reunião, ou seja, dos traços específicos da forma urbana. (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 42)

E completa Lefebvre:

Este espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições. (...) De sorte que todo espaço urbano carrega em si esse possível-impossível, sua própria negação. De sorte que todo espaço urbano foi, é, e será, concentrado e poli(multi)cêntrico. A forma do espaço urbano evoca e provoca esta concentração e essa dispersão: multidões, acumulações colossais, evacuações, ejeções súbitas. (...) É a u-topia (real, concreta) (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 44)

Feitas tais considerações a tese irá tentar realizar justamente o desvelar, ainda que parcial, deste campo cego. Do ponto de vista epistemológico, mesmo partindo de um método diverso daquele desenvolvido e utilizado por Lefebvre, ou seja, o método regressivo-progressivo, esta análise pode ser considerada justamente um "feed-back" entre o contexto conceitual utilizado pelo filósofo e as observações teóricas e empíricas realizadas na presente tese, conforme a transdução proposta originalmente pelo filósofo francês. Junho de 2013 será o horizonte próximo que norteará esta análise.

A análise pode começar justamente pela afirmação de que somente através de movimentos da magnitude de Junho de 2013 que se pode romper a "cegueira" provocada pelas ideologias (miragens) reproduzidas no cotidiano alienante e alienado das grandes cidades: "o urbano, velado, escapa ao pensamento que se cega e se fixa apenas nas luminosidades atrasadas em relação ao atual." (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 35) O "mito da caverna" de Platão parece ser uma alegoria para explicar esta assertiva. Somente a luminosidade intensa do Sol permite desvelar a falsa realidade projetada como sombras pela luminosidade das "fogueiras" acesas por aqueles que interessam manter a "cegueira" que impede-nos de "ver o urbano". Esta cegueira, segundo Lefebvre, "consiste em não ver a forma do urbano, os vetores e tensões inerentes ao campo [urbano], sua lógica e seu movimento dialético, a exigência imanente: no fato de só ser ver coisas, operações, objetos (funcionais e/ou significantes de uma maneira plenamente consumada)". (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 45) Pode-se afirmar que a própria perplexidade que tomou conta dos analistas políticos e mesmo da academia ao se confrontarem com Junho de 2013 decorre do fato de este fenômeno não pode ser entendido através de uma teoria pré-concebida, ou seja, "plenamente consumada".

A adesão espontânea das massas nas manifestações de Junho de 2013 pode ser, inclusive, entendida a partir do movimento de "explosão/implosão" que caracteriza a forma urbana. Este movimento de concentração/dispersão inerente ao espaço urbano explica a força latente das milhares de pessoas que são coagidas pelo cotidiano asfixiante das cidades.

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. O quadro dessa miséria generalizada não poderia deixar de se fazer acompanhar pelo quadro das "satisfações" que a dissimulam e que se tornam os meios de eludi-la e de evadir-se dela. (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 118)

Mas se a espontaneidade, que é característica não apenas de Junho de 2013, mas de outros grandes protestos que marcaram o início deste novo século pela mobilização de milhares de pessoas nas grandes cidades de diversos países e continentes, pode ser explicada pelas características inerentes a forma urbana, especialmente, pelo seu movimento de "explosão/implosão", por outro lado, isto não corresponde a totalidade específica do fenômeno. É preciso incluir na análise a ação consciente do que Lefebvre veio a designar, "guerrilha urbana":

Os sintomas da passagem ao período urbano já se manifestam com força. (...) A reforma urbana, que resgataria o solo das servidões devidas à propriedade privada (e por conseguinte da especulação) já tem um alcance revolucionário. Continentes inteiros passam das formas anteriores de ação revolucionária à guerrilha urbana, aos objetivos políticos concernentes à vida e à organização urbana. (...) Começa o período das revoluções urbanas. (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 47)

Como já foi enfatizado no capítulo inicial da tese o Movimento do Passe Livre (MPL) assumiu um papel protagonista nos protestos paulistanos de Junho de 2013. Em outras cidades este papel foi cumprido por outros movimentos que igualmente tem na temática da questão urbana o centro da sua atuação. Estes movimentos inovam tanto na sua práxis militante como em sua formulação teórica, se comparados com os movimentos sociais tradicionais. A efetividade do direito a cidade e a reforma urbana, em seus vários aspectos e questões, são incorporados ao conjunto das pautas e reivindicações destes movimentos. Integrariam estes movimentos a "guerrilha urbana" preconizada por Lefebvre? Se considerarmos seus objetivos, que concernem à vida e à organização urbana, ou seja, sua vinculação às questões urbanas específicas, certamente a resposta é sim.

Mas seria a espontaneidade explosiva das massas urbanas e/ou a esta especificidade dos novos movimentos sociais urbanos suficientes para desvelar a sociedade urbana? Não seria a tradicional classe operária a real protagonista da revolução?

O próprio Lefebvre em 1968, ao proclamar o "direito à cidade", asseverou que "só se a classe operária e seus mandatários políticos se encarregarem da planificação é que será possível modificar a vida social e abrir uma segunda era: a era do socialismo nos países neocapitalistas". (LEFEBVRE, 2008 [1968], p. 139) No entanto, a luz dos acontecimentos de Maio de 1968, ele se debruça acerca do "novo proletariado" que viu irromper nas ruas de Paris:

A "nova classe operária"? Eles não se encontram nas indústrias de base altamente técnicas, mas nas moradias de baixo aluguel, nas grandes cidades, cidades e bairros novos. Esse proletariado não sente mais nem a antiga penúria, nem os antigos estigmas da condição proletária, como se diz. Está alojado, alimentado, distraído. Para os economistas, esse "nível de vida" pode parecer satisfatório. Não satisfaz ninguém, nem do ponto de vista das necessidades sociais e culturais, como se diz, nem do que diz respeito ao modo de viver. O estado de pobreza e de não-participação é aí suportado, mal aceito. A humilhação e a ausência de liberdades que vem da presença (e da ausência) de centros de decisão e de núcleos de vida social são aí percebidas com acuidade. A alienação multiforme é vivida obscuramente, mas até à angústia surda e profunda. A partir daí surge a espontaneidade. A juventude operária nasce com uma ira, cega ou lúcida, contra a pressão das autoridades, contra o "real" existente na sua integridade. (LEFEBVRE, 1968, p. 130)

Esta "nova classe operária" poderia ser a antevisão do atual "precariado"? De fato, o termo "precarização" surge a partir da emergência da ideologia neoliberal, para denominar o processo de "flexibilização" das relações de trabalho, incorporada a política de ajuste macroeconômico, imposto a partir do Consenso de Washington e adotada por grande parte dos países tutelados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Já o termo "precariado" é mais recente ainda, e diz respeito a considerável parcela dos trabalhadores atingidos pelas reformas neoliberais, que foram ao longo do tempo implementadas nesses países. No entanto, nos acalorados debates que se seguiram após Maio de 1968, merece destaque a intervenção de Jean Pronteau, que se referiu à participação dos estudantes naqueles

acontecimentos, argumentou que "éramos 50.000 quando eu era estudante, e agora são mais de 600.000 e há 1.200.000 alunos nos cursos finais que marcham na mesma direção", sendo que este contingente numeroso "não vão dirigir-se, a maior parte, quer queiram, quer não" para as profissões liberais, para a gestão da produção no nível mais elevado, ou para os grandes cargos do Estado, e conclui Pronteau:

Eles vão, na maioria, situar-se no que Marx definia como o proletariado: os que estão excluídos da propriedade dos meios de produção; e vão se situar, em geral, graças à evolução científica, técnica e econômica da sociedade, contra a corrente do processo de produção. São fatos bem conhecidos pelos sociólogos e economistas, mas que a consciência social não apreendeu realmente, nem mesmo as grandes organizações operárias. (LEFEBVRE, et al., 1968, p. 16)

Certamente pode-se afirmar que tanto Henri Lefebvre quanto Jean Pronteau intuíram o "precariado" hodierno quando analisaram a configuração do "novo proletariado" emergente no final dos anos 1960. Mas para a compreensão de Junho de 1968 o importante é salientar, reforçando os argumentos explicitados anteriormente, que foi este precariado que constituiu a maioria das pessoas que participaram das manifestações. O proletariado clássico, o operariado fabril, teve pífia participação quantitativa nas manifestações, tanto paulistas, como no restante do país. As lideranças dos protestos, em São Paulo articuladas pelo MPL, basicamente são constituídas de jovens precários, em sua maioria estudantes. As "grandes organizações operárias", mencionadas por Pronteau, estiveram marginais aos acontecimentos, a maioria das lideranças sindicais permaneceram a eles alheias, as vezes atônitas, em alguns casos francamente contrárias aos protestos de Junho de 2013.

Se atualmente presencia-se a passagem da "sociedade industrial" para a "sociedade urbana" e se neste contexto vislumbra-se a "revolução urbana", não seria adequado conceber o protagonismo de uma nova classe social nesta transformação? Junho de 2013 demonstrou a ascensão do precariado brasileiro ao papel de protagonista político e social. Seja uma nova classe social em gestação, seja integrante do novo proletariado, este precariado é constituído, em sua grande maioria, por jovens trabalhadores e estudantes que

encontram-se a margem do processo produtivo. Esta precária juventude carrega dentro de si a semente mais fértil da indignação, que é a desesperança. A indignação acumulada transborda em contestação generalizada. A opressão sentida e vivida no cotidiano alienante e alienado das grandes cidades amplifica este sentimento de indignação e contestação latentes. Estes elementos formam um caldo explosivo que vez ou outra irrompe como em Junho de 2013. É chegado o tempo da revolução urbana.

Por outro lado, a constituição deste novo proletariado repercute no deslocamento do lócus das lutas emancipatórias. Como vimos no segundo capítulo da tese as ruas e praças das grandes cidades passam a constituir não apenas o palco dos acontecimentos mas também o centro da estratégia da "apropriação" da cidade adotada pelo movimento. A reconfiguração das classes sociais explicitada acima por óbvio vai influir na formulação de estratégia de luta. Isto não significa que o chão das fábricas, quando das greves operárias, ou a ocupação das terras ociosas, pelos camponeses sem terra, percam o seu sentido e validade. No entanto, cada vez mais as pautas atinentes as condições de vidas nas cidades ganham relevância. As questões sociais que envolvem o cotidiano das cidades, em especial a questão da moradia e da mobilidade urbana, cada vez mais mobiliza um contingente maior dos cidadãos, não só nas grandes cidades, mas também nas médias e pequenas. As demandas ambientais urbanas (que envolve principalmente a questão dos resíduos sólidos, a preservação dos mananciais hídricos urbanos, e do patrimônio urbanístico) envolvem o engajamento cada vez maior de pessoas. O "direito à cidade" está no topo das reivindicações dos chamados "novos movimentos sociais". A "sociedade urbana" em gestação produz novos atores na luta social.

No entanto, não seria esta reconfiguração das classes sociais próprias da reestruturação produtiva inerente ao sistema capitalista? Afinal das contas, passados quase cinquenta anos da "revolução urbana" anunciada por Lefebvre, a hipótese da "urbanização completa da sociedade" está longe de se consumir. De fato, como referido anteriormente, o planeta Terra viu sua população se tornar majoritariamente urbana apenas no final da década passada. Até então a humanidade habitou majoritariamente o campo!

Para compreender o processo de desenvolvimento urbano na era da "globalização" é necessário considerar a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, assimilada na análise do desenvolvimento econômico da sociedade global. Mesmo que de maneira sucinta, anteriormente foi discorrido sobre o desenvolvimento urbano concomitantemente desigual e combinado. E é a partir desta perspectiva que deverá ser contextualizada a imbricação do processo de urbanização brasileiro e o movimento de Junho de 2013.

No segundo capítulo da tese foi defendida a centralidade da questão urbana como o principal elemento catalisador da indignação que irrompeu em Junho de 2013. Os termos "inferno urbano" e "apocalipse motorizado" mencionados por Marilena Chauí e Pedro Fiori Arantes, respectivamente, dão conta do caótico processo de urbanização brasileira. De fato, se analisarmos os dados estatísticos da evolução populacional brasileira vamos observar que no início da década de 1960, quando o processo de urbanização se intensifica cerca de 31 milhões, de um total de 70 milhões de habitantes, viviam nas cidades brasileiras. Passados cinquenta anos, em 2010 as cidades brasileiras concentram 84,3% da população. São 160 milhões de pessoas, de um total de 190 milhões. Já a população rural brasileira, neste mesmo período, manteve-se inalterada, sendo que cerca de 30 milhões de pessoas habitam a zona rural no Brasil. Do ponto de vista demográfico Milton Santos vai se referir a "urbanização concentrada" para caracterizar o período pós-64, onde as cidades milionárias, que eram duas em 1960 (São Paulo e Rio de Janeiro), são cinco em 1970, dez em 1980 e doze em 1991. Esta é a realidade da macrourbanização ou da metropolização descrita na obra "A urbanização brasileira" (SANTOS, 2009, p. 83). A partir deste novo milênio vai se intensificar o movimento migratório que desloca parte da população das grandes para as médias cidades brasileiras. Este fenômeno, descrito por Milton Santos como "desmetropolização", longe de mitigar as mazelas urbanas nas regiões metropolitanas, na verdade vai reproduzir a chamada questão urbana nestes novos centros urbanos regionais.

As consequências desta urbanização tardia e concentrada no cotidiano das pessoas foi enfatizada anteriormente. Apocalíptica e infernal esta realidade vivida pelos cidadãos é o ingrediente principal do caldo de indignação que

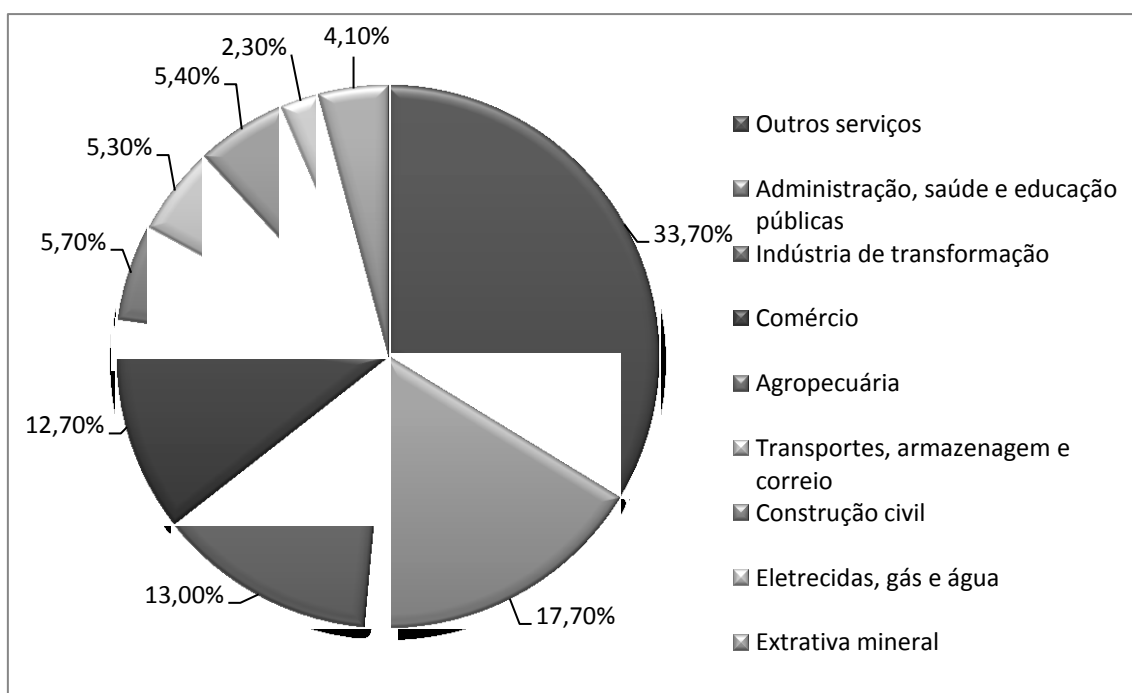
irrompeu em Junho de 2013. E o desenvolvimento urbano brasileiro, apesar de não confirmar a hipótese da urbanização completa da sociedade, revela enfaticamente a "sociedade urbana" em gestação. É irrefutável o fato de que mundialmente a humanidade caminha para a urbanização total. Apenas as nações mergulhadas na barbárie da guerra civil, onde a população foge das cidades arrasadas para os campos de refugiados, é que a reversão da urbanização se constata. As áreas demograficamente rurais se restringem a regiões do sul do México e da América Central, da África subsaariana e do sul e sudeste asiático. Na parte sul do continente americano, apenas a Bolívia e o Paraguai ainda tem um percentual significativo de pessoas vivendo no campo. Índia e a China, países mais populosos, onde o processo de urbanização é mais recente, contribuem com a maior parcela da população campesina mundial, mas a acelerada urbanização destas sociedades é uma tendência irreversível.

Lefebvre busca a legitimação da "sociedade urbana" a partir do argumento de que a "produção agrícola perdeu toda autonomia nos grandes países industriais, bem como à escala mundial" (LEFEBVRE, 2008 [1970], p. 14) Seria desnecessário reforçar tal argumento em face a evolução tecnológica do hodierno "agronegócio". Poder-se-ia afirmar que nos países ditos desenvolvidos a planta das fazendas, tanto agrícolas como na pecuária, atualmente tem um nível de automação superior as próprias fábricas francesas do final da década de 1960. No entanto, este argumento poderia ser rebatido com a afirmação de que este declínio do setor primário da economia seria decorrente da próprio processo de industrialização.

Mas, no atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o próprio setor secundário da economia perde sua relevância nos países desenvolvidos. Vejamos o exemplo do gráfico abaixo representando o Produto Interno Bruto (PIB) estadunidense (Gross Domestic Product nos EUA). Desconsiderando a indústria da construção civil, em 2013, a indústria de transformação representa apenas 13%, enquanto o setor de serviços públicos e privados corresponde a 71,7% da economia da maior potência econômica mundial. Esta preponderância do setor terciário não é característico apenas dos países desenvolvidos, mas se evidencia também naqueles considerados

em desenvolvimento. No Brasil por exemplo o setor de serviços representou 72,5%, a indústria alcançou os 20,8% e a agropecuária, 6,7%, do PIB brasileiro, conforme <http://datasebrae.com.br>. Este processo de "terciarização econômica" não pode prescindir da concentração espacial tanto dos consumidores como fornecedores de serviços. Portanto, pode-se afirmar que a atual configuração da estrutura econômica das nações desenvolvidas e, em parte das em desenvolvimento, está imbrica diretamente com o processo de urbanização. Assim a "sociedade urbana" engendraria uma nova configuração na macroestrutura econômica do sistema capitalista. É claro que no plano mundial existe o deslocamento do setor industrial dos países centrais do capitalismo para a periferia global. Mas isto não atenua esta nova potencialidade das cidades do mundo desenvolvido, de constituir fator determinante das transformações socioeconômicas contemporâneas.

GRÁFICO 15 - Participação no PIB dos EUA por setor - 2013



Fonte: Commerce Department of USA

A reflexão feita aqui com o objetivo proposto inicialmente de desvelar o campo cego enunciado por Henri Lefebvre consegue parcialmente seu intento. A "sociedade urbana" não perdeu sua condição de objeto virtual, mas a

hipótese sustentada por Lefebvre, com certeza, ganha cada vez mais corpo diante e a partir dos argumentos aqui expostos.

6 SÍNTESE

De todas as coisas seguras,
a mais segura é a dúvida.

Bertolt Brecht

Ao findar uma pesquisa, especialmente no campo das ciências humanas, um sentimento sempre aflora no pesquisador, uma mescla de angustia e euforia. Euforia por conseguir, desde a escolha de uma tema (inevitavelmente complexo uma vez que emerge das complexas relações existentes na sociedade), finalizar sua investigação com algum acúmulo reflexivo que permite, pelo menos de forma provisória, dar por encerrado uma etapa da constante e ininterrupta busca da compreensão dos complexos fenômenos estudados. A angústia sempre surge diante da impotência intelectual, subjetiva e objetiva, que impossibilita uma conclusão definitiva sobre o tema estudado.

O método adotado pelo pesquisador nesta tese permite ao menos o conforto ilusório da síntese. Se é impossível a pretensão de apresentar conclusões definitivas sobre o tema abordado, uma vez que para a dialética marxista o conhecimento é totalizante e a atividade humana de buscar o conhecimento é um processo de totalização, que nunca alcança uma etapa definitiva e acabada (KONDER, 2004, p. 36), pelo menos, existe o momento em que o termo final da investigação desenvolvida, permite o confronto das múltiplas determinações e das contradições sobre o objeto do estudo. Ao mesmo tempo, este momento de síntese é o prelúdio de uma nova etapa da eterna reflexão em busca do conhecimento verdadeiro da sociedade como totalidade.

Neste passeio prazeroso que fizemos com Henri Lefebvre pelas ruas de São Paulo, naquele úmido e abafado mês de junho de 2013, este contraditório

sentimento de angustia e euforia se intensifica. Para Lefebvre, não há conclusão. E também não há síntese. O eterno movimento de sua dialética original não permite o fôlego necessário para o pesquisador habituado com o convencional método dialético/materialista. Por outro lado, a compreensão de que o concebido/percebido/vivido, mesmo que insuficiente, permite entender que a percepção do movimento e a busca do desvelar das artimanhas que ocultam o real (as ideologias), já justificam todo o esforço da reflexão até agora empreendida sobre o fenômeno social objeto deste estudo. Assim, a síntese não seria a negação da negação, pois é apenas um estampido surdo - o efêmero momento em que se escreve estas considerações.

Junho de 2013 se revela e a passa ser compreendido como um fenômeno social situado no período de transição entre a "sociedade industrial" para a "sociedade urbana". E esta transformação não se trata de uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo. Ela só pode ser entendida a partir da perspectiva de uma efetividade plena do "direito à cidade", ou seja, a apropriação da cidade enquanto "obra coletiva" pelo conjunto dos seus habitantes.

Importante ressaltar neste momento a observação de Damiani e Seabra de que o conceito lefebvriano de "campo cego" trata-se de uma aporia e que "o movimento da cidade em direção à sociedade urbana é uma probabilidade, está no campo do possível" (DAMIANI & SEABRA, 2001). Neste contexto, sempre se considera a "sociedade urbana" como uma hipótese que não se pode comprovar integralmente em face a esta invisibilidade da forma urbana já anteriormente frisada. Mas, para Henri Lefebvre, esta aporia não pode ser compreendida do ponto de vista filosófico. Para o filósofo francês, ela é essencialmente epistemológica.

Neste sentido, esta tese não tem, e nunca teve, a pretensão de comprovar cabalmente a hipótese da transformação qualitativa da sociedade industrial na sociedade urbana enunciada por Lefebvre. O objetivo da pesquisa sempre foi mais modesto. O que se buscou foi tentar entender Junho de 2013 a partir da contribuição de Henri Lefebvre. O desvelar do "campo cego" neste sentido não se trata de uma aporética, pois não é um exercício de mera

abstração, e compreende a análise das transformações que marcaram o desenvolvimento da sociedade industrial, especialmente as mudanças que caracterizam o cotidiano das pessoas que vivem nas grandes cidades.

Vivencia-se atualmente o "ponto crítico", o interregno, ou seja, o tempo em que o reinado da "sociedade urbana" se anuncia enquanto vigora ainda a velha ordem. Assim a irrupção de Junho de 2013 deve ser inserida nesta época de transição, sendo que somente um pensamento livre das amarras das velhas e dogmáticas visões de mundo permitem o vislumbre do novo. Neste contexto a escolha da obra de Lefebvre, produzida a cinquenta anos atrás e, forjada no calor das "barricadas dos desejos", não é aleatória nesta pesquisa.

Identificado seus atores: os cidadãos que se libertam do alienante e opressivo cotidiano vivido das cidades; e seus protagonistas: os integrantes da "guerrilha urbana" que ousaram contestar e organizar a espontaneidade, em Julho de 2013 o que mobilizou os seus manifestantes foi a indignação represada que irrompeu nas ruas paulistanas e em outras cidades brasileiras. Seu projeto é a utopia concreta: a "revolução urbana".

O caldo fervente de indignação e revolta produzido em Junho de 2013 pode fazer emergir uma nova utopia concreta que mobilize os corações e mentes de pessoas capazes de transformar a realidade no futuro. E parafraseando Oscar Wilde, o futuro é a concretização de utopias.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo. v. 5 e 6, 1997. p. 25-38.

ALENCAR, C. **A rua, a nação e o sonho: uma reflexão para as novas gerações**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2013.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e os aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

ALVES, G. **A revolta do precariado do Brasil**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>> Acesso 27 jul 2018.

ANTONELLI, D. (19 de outubro de 2013). **A revolta popular que não foi por apenas 20 réis**. Gazeta do Povo. <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-revolta-popular-que-nao-foi-por-apenas-20-reis-4fqukl2x2v4oldm0ha2rxg7>> Acesso 17 jul 2018.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. **Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013**. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2694/718>> Acesso em 30 jul 2018

ARANTES, P. F. **Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades**. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/especiais/83-da-antireforma-urbana-brasileira-a-um-novo-ciclo-de-lutas-nas-cidades/9047-09-11-2013>> Acesso 17 jul 2018.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2003.

BERDOULAY, V. **Espaço e cultura**. In: Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Berthand Brasil.2012.

BUSQUET, G. **Political Space in the Work of Henri Lefebvre: Ideology and Utopia**. Disponível em: <https://www.jssj.org/wp-content/uploads/2013/09/JSSJ5-3.en_1.pdf> Acesso 28 jul 2018.

CAMPANELLA, T. **A cidade do sol**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

CARLOS, A. F.; CARRERAS, C. **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, A. F. **A. A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAVA, B. COCCO, G. **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. São Paulo: Annablume, 2014.

CAZUZA. **Ideologia**. (Em CAZUZA. Ideologia. Rio de Janeiro, 1988.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

_____. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/marilena-chaui-as-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo/>> Acesso 27 jul 2018.

DAMIANI, A. L.; SEABRA O. C. **Resenha: A revolução urbana**. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47317/51053>> Acesso 28 jul 2018

DATAFOLHA. **Contagem da manifestação no Largo da Batata**. PO813689. 17/06/2013. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/contagem-manifestacao-lgo-da-batata.pdf>> Acesso: 28 jul 2018

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEMIER, Felipe. **Nas ruas por direitos**: uma análise das jornadas de junho de 2013. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/nas-ruas-por-direitos-uma-analise-das-jornadas-de-junho-de-2013/>> Acesso 28 jul 2018

ESTANQUE, E. **Rebeliões de classe média?** Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013). Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/5540>> Acesso: 27 jul 2018

FERNANDES, E.; ROSENO, R. F. **Protesta Brasil**: das redes sociais à manifestações de rua. São Paulo: Prata Editora, 2013.

FERNANDES, F. **O que é revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

FERRARA, L. A. **Do mundo como imagem à imagem do mundo**. In: Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1998.

FERRARI, Terezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FIGUEIREDO, R. **Julho de 2013: a sociedade enfrenta o Estado**. São Paulo: Summus Editorial, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO (20 de junho de 2013). **Milhares nas ruas obrigam Alckmin e Haddad a recuar**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/114934-milhares-nas-ruas-obrigam-alckmin-e-haddad-a-recuar.shtml>> Acesso 28 jul 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO (13 de junho de 2013). **Retomar a Paulista**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>> Acesso 28 jul 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO (21 de junho de 2013). **Tarifas em queda**. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2013/06/21/15>> Acesso 28 jul 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO (7 de junho de 2013). **Protestos contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP**. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/112751-protesto-contr-aumento-de-onibus-tem-confronto-e-vandalismo-em-sp.shtml>> Acesso 28 jul 2018.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRIPP, A. **Não era pelos vinte centavos**. Jornal Folha de São Paulo. Caderno Retrospectiva. 27 de dezembro de 2013.

GRÜNER, E. **Leituras culpadas: marx(ismos) e a práxis do conhecimento**. In: A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GUERRA, E. C. **Questão urbana e ambiental em tempos de crise do capital: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo**. Disponível

em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18514/1/Eliana_2014.pdf> Acesso 27 jul 2018.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. Wall Street e o direito à cidade. **Le Monde Diplomatique**: Março de 2009. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>> Acesso: 01 mar. 2011.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

JUDENSNAIDER, E. et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

KONDER, L. **A questão da ideologia em Gramsci**. 2002. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/konder/ano/mes/ideologia.htm>> Acesso 28 jul 2018

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Umanitas, 2008.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **A produção do espaço**. 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf> Acesso 27 ago 2018.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **La presencia e la ausencia: contribucion a la teoria de las representaciones**. México: FCE, 2006.

_____. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, 1978.

LEFEBVRE, H. et al. **A irrupção - a revolta dos jovens na sociedade industrial: causa e efeitos**. São Paulo: Editora Documentos, 1968.

LIBERATO, L. M. **Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. Tese (Doutorado em Sociologia Política)-. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

LINCE, L. **Irupção, fim de ciclo e interregno**. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/colunistas/leo-lince/8794-30-08-2013-irrupcao-fim-de-ciclo-e-interregno>> Acesso 28 jul 2018.

LOPES, M. **Revolta do Vintém, o passe livre do século XIX**. <<http://www.cartaeducacao.com.br/aulas/medio/revolta-vintem-passe-livre/>> Acesso: 27 jul 2018

MANNHEIN, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

_____. **Metrópole periférica, desigualdade social e meio ambiente**. In: O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo. 2001.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MARX, K. **A contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>> Acesso 28 jul 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunistaEmGalego/index.htm>> Acesso: 28 jul 2018.

MASCARANHAS, A. **Quem morreu nas manifestações**. Disponível em: <https://www.vice.com/pt_br/article/53mdq8/quem-morreu-nas-manifestacoes> Acesso 27 jul 2018.

MOABIS, M. **A cobertura dos protestos de junho de 2013 nos jornais Diário dos Campos e Jornal da Manhã**. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/351/217>> Acesso em 29 jul 2018.

MORE, T. **A Utopia**. São Paulo: Martin Claret. 2005.

MPL. **O que é o Movimento Passe Livre (MPL)**. Disponível em: <<http://tarifazero.org/mpl/>> Acesso: 05 dez 2015.

MTST. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.mtst.info>> Acesso: 28 jul 2018.

NOGUEIRA, M. A. **As ruas e a democracia**: Ensaio sobre o Brasil contemporâneo. Brasília: FAP; Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Evolução da frota de automóveis e motos no Brasil 2001 – 2012**. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/obs/download/auto_motos2013.pdf> Acesso 27 jul 2018.

O ESTADO DE SÃO PAULO (13 de junho de 2013). **Chegou a hora do basta**. Jornal O Estado de São Paulo.

PEREIRA, L. **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.

PASUKANIS, E. B. **A teoria do direito e o marxismo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

PORTINARI, C. **Os retirantes**. 1944.

RICCI, R.; ARLEY p. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

ROLNIK, R; SAULE JUNIOR, N. **Estatuto da Cidade**: novas perspectivas para a reforma urbana. **Disponível em**: <<http://www.polis.org.br>> Acesso: 23 jul 2009.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: USP, 2009.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: EdUSP, 2012.

SCHMID, C. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre**: em direção a uma dialética tridimensional. **Disponível em**: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74284/77927>> Acesso 29 jul 2018.

SINGER, A. **Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas**. **Disponível em**: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003. Acesso 28 jul 2018.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.

SOJA, E. W. **Geografias pós modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

STEFANIAK, J. L. **Entre a miragem e a utopia**: a efetividade do direito à moradia na cidade capitalista. Ponta Grossa: URBI, 2015.

UEPG. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.